

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, INICIADA NO DIA 8 DE SETEMBRO E CONTINUADA NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2009.** -----

----- **ACTA NÚMERO OITENTA E SETE** -----

----- No dia 15 de Setembro de 2009, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência da sua Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas e Nelson Pinto Antunes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Bravo Martins de Campos, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Carlos Manuel Marques da Silva, Domingos Alves Pires, Fausto Jorge Gonçalves Teixeira dos Santos, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Francisca Maria de Campos, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco José da Silva Oliveira, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, João Álvaro Bau, João Augusto Martins Taveira, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Nuno Vaissier Neves Ferro, João Paulo Mota da Costa Lopes, João Pedro Guimarães Gonçalves Pereira, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel Virtudes dos Santos Penedo, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Joaquim Vieira Pires, José Luís Português Borges da Silva, José Luís Sobreda Antunes, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Rosa do Egipto, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, José Rui Roque, Lúcia Marta Canha Fernandes, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Filipe Graça Gonçalves, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Pedro Alexandre Valente de Assunção, Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar, Pedro Manuel Tenreiro Biscaia Pereira, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rogério

Gomes dos Santos, Rui António Francisco Coelho, Rui José Silva Marques, Rui Manuel Pessanha da Silva, Timóteo Rodrigues Macedo, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, José Manuel Cal Gonçalves, Rosa Maria Carvalho da Silva, João Maria Martins Baioneto, Fernando Manuel Catarino Narciso, Maria João Bernardino Correia, Luís José Morales de Los Rios Coelho, Luís Manuel Inês Cavaco, Feliciano Marques Martins da Cruz David, João Francisco Marques Capelo, Jorge Manuel Nascimento Fernandes, Félix Soares Gomes Lopes dos Santos, Pedro Gamito Cruz dos Santos, Rui Manuel Santos Matos Alves, Eunice da Costa Gonçalves, Luís Filipe da Costa Vieira da Silva. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Ana Patrícia de Lamy Barreiros, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Paulo Quadrado Afonso, Carlos Manuel de Melo Barroso, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias, Manuel Fernando Dias de Almeida, Deolinda Carvalho Machado. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Rodrigo Neiva Lopes (PSD), por 15 dias, sendo substituído pelo Deputado Municipal Dias de Almeida. -----

----- David Valente (PSD), por 15 dias, sendo substituído pelo Deputado Municipal José Manuel Cal Gonçalves. -----

----- António Preto (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Fernando Catarino Narciso. -----

----- Rodrigo Mello Gonçalves (PSD), por 15 dias, sendo substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- Maria de Belém Roseira (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Maria João Correia. -----

----- Marta Rebelo (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Luís Cavaco. -----

----- Ismael Fonseca (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Coelho. -----

----- Sérgio Cintra, Sousa Nascimento, João Pinheiro, Maria João Faria, Nuno Pintão, André Garcia, Maria da Piedade Mestre, Helena Ribeiro, Patrícia Mourão, Maria Teresa Val de Matos, Maria Vitória de Melo, Carlos Poiars, Branca das Neves, Inês Drumond, Fátima Fonseca, Anabela Valente Pires, Fernando Gameiro, Pedro Lopes, América Coelho, Carlos Machado, António Amaral da Silva, Carlos Faria, Maria de Fátima Dias, Margarida Mota, José Carlos Alegre, Alexandra Bandeira, Margarida Velho, Carlos Castro, Maria Teresa Pires, José Oliveira Costa, Januário Costa, Diogo Leão, Alfredo Alves, Filipe Costa, Guilherme de Oliveira Martins, Carolina Tito de Morais, António Rebelo, Joaquim Capucho, Emílio Rincon Peres, Odete Farrajota, Manuel Poças, Manuela Jeffree, Mário Paiva, João Valente Pires, Fátima Cavaco,

Luís Novaes Tito, Pedro Costa, Teresa Estrela, Eurico Dias, António Rêgo, Deolinda Santos, Alberto Seguro Dias, António Lopes, Maria Antonina, David Amado, Alexandre Mateus, Anabela Pilar, Bruno Inglês, Pereira da Costa, Catarina Martins, Alberto Pereira, Rute Florêncio, Osvaldo Sousa, Fernando Gonçalves, Ena Bonfim, Lurdes Menor, Artur Oliveira, Luís Silva, Susana Martins e Vítor Formiga, todos Deputados Municipais suplentes do PS, pediram a suspensão do mandato por um dia. (15 de Setembro de 2009).-----

----- Francisco Silva Dias (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Feliciano David. -----

----- Carlos Santos Silva e Romão Lavadinho, Deputados Municipais suplentes do PCP, pediram a suspensão do mandato por dois dias. (14 e 15 de Setembro de 2009) --

----- Heitor de Sousa (BE), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Jorge Nascimento Fernandes. -----

----- Timóteo Macedo (BE) regressou aos trabalhos da Assembleia por já não se verificarem as razões que estiveram na base do seu pedido de suspensão do mandato. -

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Idalina Flora (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, por Pedro Gamito Cruz dos Santos. -----

----- Filipe Pontes (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Sé, por João Martins Baioneto. -----

----- João Mourato Grave (PSD), Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, por Luís Filipe da Costa Vieira da Silva. -----

----- Belarmino Silva (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por Félix Soares Gomes Lopes dos Santos. -----

----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Manuel Santos Matos Alves. -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Eunice Gonçalves. -----

----- Carlos Lima (PCP), Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, por João Francisco Marques Capelo. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Jorge Ferreira (PCP), relativamente à reunião realizada no dia 8 de Setembro de 2009. -----

----- Às 15 horas e 25 minutos, constatada a existência de *quorum*, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião, segunda da Sessão Ordinária iniciada no dia 8 de Setembro, informando que iam dar início aos trabalhos com a votação de um Voto de Pesar pela morte do pintor João Vieira, guardando-se, no final da votação, um minuto de silêncio. -----

----- Procedeu então à leitura do Voto de Pesar, subscrito pelo Deputado Municipal Modesto Navarro, do PCP, o qual tinha o seguinte teor: -----

----- **VOTO DE PESAR** -----

----- “Faleceu no passado dia 5 de Setembro João Vieira, um dos mestres modernos da pintura portuguesa, que teve um percurso muito próprio, que foi além da pintura, expandindo-se pelos campos da escultura, do teatro, da *performance* e da cenografia. -

----- João Vieira nasceu em Vidago, Trás-os-Montes, em 1934 e ingressou em 1951 no curso de Pintura da Escola Superior de Belas-Artes. -----

----- Desiludido com o ensino aí praticado, abandona os estudos dois anos depois, chegando mesmo a deixar de pintar em 1954, ano em que se retira em Trás-os-Montes. -----

----- De novo em Lisboa, reinicia a sua actividade artística no estúdio por cima do Café Gelo, que partilha com René Bertholo, Gonçalo Duarte e José Escada. Será também neste espaço, tradicionalmente associado a tertúlias surrealistas, que João Vieira se ligará a um grupo de escritores, poetas e artistas (como Manuel de Castro, Herberto Helder, Helder Macedo e João Rodrigues), que tinham em comum uma mesma vontade de distanciação das correntes artísticas defendidas pelos demais grupos, tanto como dos ideais da ditadura. Este contacto juvenil ecoa ainda no marcado experimentalismo que caracteriza toda a sua produção. -----

----- A sua primeira exposição realiza-se em 1956, no I Salão dos Artistas de Hoje (SNBA, Lisboa) e, no mesmo ano, participa numa mostra colectiva de sete jovens artistas portugueses (*7 Junge Portugiesische Künstler*) no Kunstverein de Hannover.

----- Um ano depois parte para Paris, onde é aluno de Henri Goetz na Académie de la Grande Chaumière. Funda, juntamente com René Bertholo, Lourdes Castro, Gonçalo Duarte, José Escada, Christo e Jan Voss, o grupo KWY. -----

----- Em Janeiro de 1959, a Galeria Diário de Notícias, em Lisboa, recebe a sua primeira exposição individual e, nesse mesmo ano, torna-se bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian, o que assegura o seu retorno a Paris, para trabalhar com o pintor Arpad Szenes. Mantém a colaboração com o KWY, com quem trabalha na realização das revistas e com quem participa nas exposições em Saarbrücken (1960), Lisboa (1960), Paris (1961) e Bolonha (1962). -----

----- Mais tarde interessou-se pelos signos do alfabeto, tomados como elementos-base da sua criação, revela algumas influências, que passam da poesia experimental ao *graffiti*, ao cartazismo *pop* e às actividades dos letristas franceses dos anos 50. Contudo, há uma vontade de liberdade, seja ela interpretativa ou corporal, que ultrapassa todas estas influências e gera um percurso muito próprio, que vai além da pintura, expandindo-se pelos campos da escultura, do teatro, da *performance* e da cenografia. -----

----- O interesse pelo teatro e pela expressão dramática, revelado na sua actividade de cenógrafo, torna-se mais evidente após a sua primeira *performance* (uma das primeiras em Portugal), realizada em 1970 na Galeria Judite Dacruz, em simultâneo com a sua exposição *O Espírito da Letra*. -----

----- Ao longo dos anos 70, 80 e 90 realizou diversas exposições individuais e colectivas, entre as quais a que o Centro Cultural de Belém dedicou ao grupo KWY em Abril de 2001. Nos últimos anos estava a preparar uma exposição individual para o edifício da Cordoaria Nacional. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 15 de Setembro de 2009, presta sentida homenagem a João Vieira, manifesta à sua família profundo pesar pela perda sofrida, guardando um minuto de silêncio em sua memória, e decide recomendar ao Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa que diligencie no sentido de homenagear condignamente a sua memória e à Câmara Municipal de Lisboa que tenha em conta a justeza do seu nome vir a ser atribuído a uma artéria desta cidade.” -----

----- Finda a leitura, submeteu-o à votação tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por unanimidade. -----

----- Depois, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória da referida personalidade. -----

----- **CONTINUAÇÃO DA ORDEM DO DIA** -----

----- Foi feito um segundo aditamento à Ordem de Trabalhos, com o seguinte ponto: --

----- **Ponto 31 – Proposta n.º 925/2009.** -----

----- **A Senhora Presidente** disse que por consenso da Conferência de Representantes iriam apreciar em conjunto os pontos 3 e 4 da Ordem de Trabalhos, propostas 153/2009 e 154/2009, respectivamente. -----

----- **PONTO 3 – PROPOSTA 153/2009 – APROVAR A AUTORIZAÇÃO DA ALIENAÇÃO, SOB FORMA DE HASTA PÚBLICA, DO EDIFÍCIO MUNICIPAL, PALÁCIO DO MACHADINHO, N.º 12 A 22, DESTINADO EXCLUSIVAMENTE AO USO DE UNIDADE HOTELEIRA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 153/2009 -----

----- Pelouro: Vereador José Cardoso da Silva -----

----- Serviços: DPI -----

----- “Considerando que: -----

----- Compete à Câmara, como Órgão de gestão do Município, proceder a uma correcta definição do uso dos bens móveis e imóveis de sua pertença; -----

----- A alienação dos activos dispensáveis para o exercício das competências que lhe são cometidas por lei, constitui uma medida adequada, podendo contribuir através da sua reutilização para a revitalização sócio-económica das áreas onde se integram. -----

----- Existem vários imóveis municipais, edifícios notáveis, de valor arquitectónico acrescido, que se encontram em fase de evidente degradação física, actualmente sem ocupação, ou com ocupações parciais e desadequadas, os quais, dada a sua localização privilegiada, são passíveis de alienação. -----

----- A utilização destes imóveis como unidades hoteleiras é potenciadora do seu valor patrimonial, permitindo através do investimento privado, a sua recuperação e valorização, bem como a fruição pública destes espaços. -----

----- A alienação por hasta pública favorece os princípios gerais da concorrência, da igualdade, da imparcialidade e da transparência da actividade e do procedimento administrativo. -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 64º, n.º 6, alínea a) e 53º, n.º 2, alínea i), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal: -----

----- A autorização da alienação, sob a forma de hasta pública, do seguinte edifício municipal destinado ,exclusivamente, ao uso de unidade hoteleira: -----

----- - Palácio do Machadinho na Rua do Machadinho, nº 12 a 22, com uma área total de 3504,00 m2 (constituído por um conjunto de quatro prédios distintos e individualizados registralmente), demarcado à cor verde na cópia da Planta n.º08/069/02 do Departamento do Património Imobiliário, descrito na 3ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob as descrições nº 1583, 1584 e 1588 do Livro B-16 e ainda o nº 856 da freguesia de Santos-o-Velho, correspondendo a primeira descrição ao prédio sito na Travessa dos Inglesinhos nº 21 e 23, a segunda ao prédio também da Travessa dos Inglesinhos nº 25 a 29, a terceira ao prédio sito na Rua dos Machadinhos com o nº 8 a 10 e a quarta corresponde ao prédio sito na Rua dos Machadinhos nº 12 a 22. -----

----- A determinação, como preço base de licitação, o seguinte valor: -----

----- - Palácio do Machadinho sito na Rua do Machadinho nº 12 a 22 - € 3.373.000,00 (três milhões trezentos e setenta e três mil euros) -----

----- Devendo a alienação respeitar as Condições Gerais e Especiais constantes do documento anexo, que constitui parte integrante desta Proposta; -----

----- 1. O condicionamento da eficácia da presente proposta à verificação da autorização do procedimento de alienação em hasta pública pelo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P. (IGESPAR, I.P) nos termos e para os efeitos das disposições conjugadas dos artigos 35º, 37º e 113º, n.º 2 da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro (Lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural), e dos artigos 4º a 7º do Decreto n.º 20:985, de 7 de Março de 1932; -----

----- 2. Caso a Câmara venha a aprovar projecto que contemple aumento de edificabilidade do prédio alienado, em relação às condições da presente hasta pública, haverá lugar a ajustamento do preço que dela resulte, através da aplicação de um valor que terá por base o valor unitário/m2 nesta praticado, actualizado de acordo com o coeficiente resultante da Portaria de desvalorização da moeda, vigente ao tempo da emissão da respectiva licença. -----

----- Processo Privativo: - Palácio do Machadinho - n.º 26/DPI/08.” -----

----- **PONTO 4 – PROPOSTA 154/2009 – APROVAR A AUTORIZAÇÃO DA ALIENAÇÃO, SOB FORMA DE HASTA PÚBLICA, DO EDIFÍCIO MUNICIPAL, PALÁCIO PANCAS PALHA OU VAN ZELLER, DESTINADO EXCLUSIVAMENTE AO USO DE UNIDADE HOTELEIRA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 154/2009 -----

----- Pelouro: Vereador José Cardoso da Silva -----

----- Serviços: DPI -----

----- “Considerando que: -----

----- Compete à Câmara, como Órgão de gestão do Município, proceder a uma correcta definição do uso dos bens móveis e imóveis de sua pertença; -----

----- A alienação dos activos dispensáveis para o exercício das competências que lhe são cometidas por lei, constitui uma medida adequada, podendo contribuir através da sua reutilização para a revitalização sócio-económica das áreas onde se integram. -----

----- Existem vários imóveis municipais, edifícios notáveis, de valor arquitectónico acrescido, que se encontram em fase de evidente degradação física, actualmente sem ocupação, ou com ocupações parciais e desadequadas, os quais, dada a sua localização privilegiada, são passíveis de alienação. -----

----- A utilização destes imóveis como unidades hoteleiras, é potenciadora do seu valor patrimonial, permitindo através do investimento privado, a sua recuperação e valorização, bem como a fruição pública destes espaços. -----

----- A alienação por hasta pública favorece os princípios gerais da concorrência, da igualdade, da imparcialidade e da transparência da actividade e do procedimento administrativo. -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 64º, n.º 6, alínea a) e 53º, n.º 2, alínea i), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal: -----

----- A autorização da alienação, sob a forma de hasta pública, do seguinte edifício municipal destinado, exclusivamente, ao uso de unidade hoteleira: -----

----- - Palácio Pancas Palha ou Palácio Van Zeller sito na Travessa do Recolhimento de Lázaro Leitão nº 1/Rua de Santa Apolónia, 12/18, trata-se de um prédio urbano com a área total de 3.990,00m2, demarcado à cor verde na cópia da Planta nº08/072/02 do Departamento do Património Imobiliário, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob a descrição nº 2225 do Livro B-16 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santa Engrácia sob o artigo nº 390, -----

----- A determinação, como preço base de licitação, o seguinte valor: -----

----- - Palácio Pancas Palha ou Van Zeller sito na Travessa do Recolhimento de Lázaro Leitão nº 1, Rua de Santa Apolónia nº 12 a 18 - € 4.083.000,00 (quatro milhões e oitenta e três mil euros) -----

----- Devendo a alienação respeitar as Condições Gerais e Especiais constantes do documento anexo, que constitui parte integrante desta Proposta; -----

----- 1. O condicionamento da eficácia da presente proposta à verificação da autorização do procedimento de alienação em hasta pública pelo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P. (IGESPAR, I.P) nos termos e para os efeitos das disposições conjugadas dos artigos 35º, 37º e 113º, n.º 2 da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro (Lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural), e dos artigos 4º a 7º do Decreto n.º 20:985, de 7 de Março de 1932; -----

----- 2. Caso a Câmara venha a aprovar projecto que contemple aumento de edificabilidade do prédio alienado, em relação às condições da presente hasta pública, haverá lugar a ajustamento do preço que dela resulte, através da aplicação de um valor que terá por base o valor unitário/m2 nesta praticado, actualizado de acordo com o coeficiente resultante da Portaria de desvalorização da moeda, vigente ao tempo da emissão da respectiva licença. -----

----- Processo Privativo: - Palácio Pancas Palha – nº 30/DPI/08.” -----

----- **O Senhor Vereador Cardoso da Silva**, no uso da palavra para apresentação das propostas, disse que foram presentes à Assembleia uma série de alienações incluídas numa proposta, sendo o destino das aquisições para que os eventuais adquirentes desenvolvessem projectos hoteleiros, os chamados hotéis de charme, designação que não ia mais referir e sugeria que também não referissem para que não perdessem demasiado tempo com isso. -----

----- Referiu que esta alienação tinha dois objectivos: um, recuperar património; outro, com a venda do património obter receitas para se conseguir capacidade de investimento, já que, como era sabido, nos últimos anos a Câmara Municipal de Lisboa tem tido grande dificuldade em obter receitas para investimento através do seu orçamento corrente. Portanto, era preciso um investimento continuado para que houvesse excedentes que permitissem o investimento, investimento que teria que ser feito, ou por alienação de património, ou por empréstimo. -----

----- Sobre o Palácio do Machadinho, disse que ele tem uma área total de 3.500 m2, e basicamente a Câmara propunha uma base de licitação, em hasta pública, por 3.333.000 euros, sendo que as condições da licitação seriam feitas como era habitual. -

----- Quanto ao Palácio Pancas Palha ou Van Zeller, disse que tem uma área de 3.900 m2, o valor de base é de 4.083.000 euros, sendo as condições semelhantes. -----

----- **A Deputada Municipal Teresa Almeida (PS)**, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, apresentou um Parecer referente a várias propostas, o qual na sua alínea d), no tocante às propostas em apreciação, referia: -----

----- I. As propostas estão aptas a serem apresentadas e discutidas em sessão da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- II. O parecer foi aprovado por unanimidade com os votos do PPD/PSD, PS, PCP, BE e CDS/PP.” -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Habitação, Reabilitação Urbana e Bairros Municipais, apresentou o Relatório que a seguir se transcreve: -----

----- **RELATÓRIO** -----

----- “Reunida a 2009.07.15, para análise das propostas supra enunciadas, a Comissão decidiu emitir o seguinte relatório: -----

----- A – Na Generalidade -----

----- 1º - As Propostas encontram-se em condições de ser discutidas e votadas em sede plenária. -----

----- 2º - A Comissão pronunciara-se anteriormente (2009-01-23), relativamente à Proposta nº 1266/2008, considerando na altura que não se deveria proceder à respectiva alienação, pois não se entendiam determinadas aquisições recentes, para posterior alienação, desconhecendo-se a lógica subjacente ao Projecto “Lisboa Capital do Charme”. -----

----- 3º - A Comissão voltou a pronunciar-se, maioritariamente, sobre esta matéria (2009-06-19), relativamente às propostas nºs. 151 e 152/2009, sugerindo ao Executivo Municipal usos alternativos para tais imóveis, que não confinados à hotelaria de charme (projecto nunca explicado cabalmente à Assembleia) e, principalmente, a utilização de outros instrumentos jurídicos alternativos à alienação, designadamente arrendamento, cedência de direito de superfície ou concessão. -----

----- 4º - O Executivo apresenta estas duas propostas nos precisos termos em que constavam da proposta inicial (1266/2008), tratando-se assim de uma mera cisão da mesma, razão pela qual mantêm-se, no entender maioritário da Comissão (PSD, PCP, CDS e PEV), com ausência do BE e oposição do PS, as dúvidas globais suscitadas nos nossos relatórios de Janeiro e Junho, designadamente o desconhecimento do projecto global da Hotelaria de Charme, bem como quais os traços fundamentais da política de reabilitação de imóveis classificados, em especial a ausência de outros instrumentos que não a alienação da propriedade dos mesmos. -----

----- - Acresce que estes dois imóveis encontram-se reabilitados de forma cabal, acção desenvolvida pela CML ao longo de diferentes mandatos, pelo que nestes não colhe a insuficiência financeira para reabilitação, antes ser conveniente conhecer-se qual o esforço financeiro desenvolvido em tais acções, como fora solicitado no nosso relatório de Janeiro. -----

----- 6º Em aditamento ao ponto 4º, os deputados do PS consideram-se devidamente esclarecidos sobre esta temática e subscrevem a opção do Executivo na alienação dos mesmos, pois representa uma solução no caminho do equilíbrio financeiro e diversificação da oferta turística de Lisboa. -----

----- B - Na Especialidade -----

----- 7º - Relativamente ao Palácio Pancas Palha, a Comissão alerta para o estudo da consultora “Luso-Roux, S.A.”, integrante no processo privativo da proposta, em especial:

----- a) Pág.10/42 - O imóvel foi expropriado para alargamento da Rua de Santa Apolónia, o que não se verificou. -----

----- b) Pág.16/42 – “Pontos Negativos - localização com atractividade limitada, na hipótese de reconversão em unidade hoteleira”. -----

----- Pergunta-se pois, relativamente à primeira questão, se a questão está juridicamente bem definida, isto é, em caso de alienação se não haverá o risco de conflito jurídico, em virtude da CML nunca ter justificado tal expropriação? -----

----- Relativamente à segunda questão, quando a própria consultora levanta dúvidas de atractividade para o destino hoteleiro, não se entende que não se equacionem outros fins, designadamente para sede de instituições, como por exemplo a EPUL, ou para instituições de ensino, em especial superior. -----

----- 8º - No tocante ao Palácio do Machadinho, a mesma entidade consultora, pág. 18/44, aponta para “muita dificuldade de estacionamento à superfície na zona”, admitindo só como viável o estacionamento no interior do lote em causa. -----

----- Suscita-se naturalmente a dúvida se é linear ou não a compatibilidade de hotelaria de charme com o estacionamento de superfície no interior do lote desse mesmo hotel?” -----

----- Finda a leitura do Relatório, o Deputado Municipal Pedro Portugal prosseguiu no uso da palavra, agora na qualidade de membro da bancada do PSD, tendo começado por referir que o Relatório era suficientemente vasto e exaustivo, e a opinião que o PSD tem expressado, como expressara relativamente às outras propostas, concretamente as 151/2009 e 152/2009, era que estes dois imóveis até apresentavam um estado de reabilitação muito satisfatório pelo que aquele argumento expendido por parte da vereação a propósito das propostas 151/2009 e 152/2009, no caso destas não colhia. E não colhia porque a estes imóveis não se aplicava aquele esforço de reabilitação, até porque, pelo contrário, estes, nomeadamente o Palácio Pancas Palha, até conheceram um esforço de reabilitação, ao longo de uma década, que atravessara um quadro político em que intervieram várias forças políticas na gestão da Câmara. Portanto, até parecia haver algum consenso relativamente à utilização daquele imóvel, para que a Câmara viesse agora, de uma penada, em vésperas do fim do mandato, apresentar a alienação de tal imóvel. -----

----- E continuava por esclarecer, pelo menos o PSD nunca entendera cabalmente, o propósito de fundo do projecto de hotelaria de charme, porque ali aparecera sempre numa lógica de alienação de imóveis, muito numa lógica de obtenção das respectivas receitas, ou também da não concretização de despesas quanto à reabilitação dos imóveis, facto que nestes dois estava obviamente prejudicado. -----

----- Mas alertava para aquele ponto que à Comissão parecera determinante, que era o facto da própria consultora levantar dúvidas quanto ao destino da hotelaria de charme, porque se de algum modo a Câmara pedira, e bem, a uma entidade externa para fazer uma avaliação relativamente aos fins a dar àquele imóvel vocacionado para a questão da hotelaria, a própria consultora levantava a questão da pouco atractividade para esse fim. Mas a Câmara insistia, e insistia precisamente nos mesmos termos da proposta que ali apresentara inicialmente, a 1266/2008. -----

----- Ou seja, todo o debate havido de então para cá não mudara uma vírgula relativamente às sugestões que foram dadas pela Comissão, e também pelo PSD, que, de facto, eram outros destinos, outra forma de instrumentos jurídicos para dar àqueles imóveis, não a alienação portanto, mesmo querendo manter na hotelaria a possibilidade de estudar outras formas de disponibilidade dos imóveis, ou, naturalmente, para outros fins de determinadas instituições, nomeadamente até para sedes de empresas municipais que perfeitamente os poderiam ocupar em vez de estarem a pagar rendas. -----

----- Disse, ainda, que a posição do PSD não se mudara relativamente às várias alternativas que deram, que foram várias, mas a Câmara não quisera fazer uso delas e mantinha a sua proposta inicial, pelo que desde já estava perfeitamente esclarecida a posição do PSD nessa matéria. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que apenas queria relembrar a posição que o BE tivera relativamente à proposta geral que então foi apresentada para a alienação de um conjunto de palácios, referindo, na altura, se o que pretendia era a capital do charme ao a capital fantasma, e qual era o ponto onde deveriam centrar as atenções. -----

----- O BE entendia que o problema não era neste momento virarem a Cidade de Lisboa para prioridades cuja questão era ter hotéis charme, porque o problema era que não havia hotéis de charme se não tivessem uma cidade com qualidade, e o turismo obviamente perderia se continuasse a desertificação. Com certeza se lembrariam que naquele relatório que na altura foi apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara, vinha escrito que em cada dez anos a cidade perdia 100.000 habitantes e que, segundo o INE, esse movimento migratório permanecia ainda hoje. -----

----- Portanto, o problema era saber se se deveriam concentrar não num anúncio pomposo e engraçado a “Cidade do Charme” e os hotéis de charme, ou se antes deveriam centrar a actividade na reabilitação urbana e na repopulação da cidade, porque isso implicava coisas enormíssimas. -----

----- Obviamente poderiam argumentar que era preciso dinheiro para isso, só que também era certo que cada vez que a cidade ficasse mais fantasma e menos populacionada, muitas mais despesas ela teria. Porque se a cidade tinha menos população e nela continuavam as sedes das empresas, isso significava que cada vez mais teriam carros de fora para dentro da cidade, e consequentemente cada vez mais teria que ter mais viadutos, mais auto-estradas e mais IC’s para entrar em Lisboa, e a certa altura já não se saberia o que aconteceria aos carros dos moradores da cidade. -----

----- Por outro lado, se a cidade estava deserta isso significava que havia mais insegurança, e se havia mais insegurança isso queria dizer que teria que ter mais gastos com polícias municipais, com polícias de segurança pública, etc. -----

----- Concluiu dizendo que, pelas razões que apontara, o BE iria votar contra as duas propostas. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que o Sr. Vereador referira, e bem, que a Câmara não tinha, nem teria nos próximos anos, capacidade de investimento, e, como tal, teria que apostar na alienação do seu património, o que pessoalmente diria que estava bem dito mas incompleto. A alienação do património era algo que o CDS-PP defendia desde sempre, desde que esse património, sendo alienado, fosse bem empregue e desde que a Câmara Municipal não tivesse nem vocação nem meios para o utilizar por conta própria. -----

----- Mas também era um facto que não seria por aí que iriam resolver a enorme carência de meios financeiros para investimento que a Câmara Municipal apresentava desde há muitos anos. Por isso, a via seria a da racionalização do funcionamento da Câmara e da melhoria na eficiência do seu funcionamento. -----

----- Portanto, não lhe parecia que esta fosse a solução milagrosa para os problemas financeiros da Câmara. Além do mais, no entender do CDS-PP também não era uma prioridade a criação de mais espaços de hotelaria em Lisboa, porque, as indicações que

tinham, era que o parque hoteleiro de Lisboa não era neste momento já subdimensionado. -----

----- Além disso, estes concursos não obrigavam à instalação de hotéis de charme, já que apenas em situação de empate do valor das propostas se daria preferência a quem fosse desenvolver a actividade hoteleira. Que o corrigissem se estivesse enganado, mas era isso que efectivamente lia na proposta. Portanto, tratava-se de uma falácia que vinha sendo repetida desde o início a questão de que estavam a alienar espaços da Câmara Municipal exclusivamente para hotéis de charme, porque isso não era verdade. -----

----- Ou seja, se a procura e a oferta não fossem tentadoras, estes palácios não seriam comprados por entidades que pretendessem neles fazer hotéis de charme e seriam, muito provavelmente, comprados por entidades que neles continuariam a fazer o que tem sido feito em muito locais, que era condomínios privados, contra os quais pessoalmente não tinha nada, mas então era preciso que se dissesse claramente que estavam a alienar esses espaços a quem desse mais dinheiro e para a actividade que viesse a ser mais rentável. ----

----- Portanto, esta era a crítica que fazia e que os levava, neste momento e nestas condições a votar contra esta alienação porque era claramente uma solução para resolver os problemas financeiros da cidade. Mesmo que fosse para hotéis de charme não lhes parecia que a situação do parque hoteleiro da cidade recomendasse que se fosse nesse sentido. -----

----- De resto, parafraseando até o orador anterior, não era claramente uma das prioridades. Os edifícios em questão poderiam ser utilizados noutro tipo de actividades que dinamizassem os locais onde estavam inseridos no sentido de uma melhoria da vivência da cidade, porque era necessário captar residentes para a cidade já que ela ia sendo paulatinamente desertificada. Além do mais, não era sequer verdade que estes palácios se destinassem exclusivamente e tão só a hotéis de charme mas sim que poderiam acabar para empreendimentos imobiliários, eventualmente de excelente valor, de excelente qualidade, mas então que se assumisse que queriam fazer dinheiro custasse o que custasse. Mas isso o CDS-PP não votaria favoravelmente. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que as propostas 153/2009 e 154/2009 tinham em vista a alienação, em hasta pública, de mais dois edifícios municipais, respectivamente, o Palácio do Machadinho e o Palácio Pancas Palha ou Van Zeller, permitindo que aí se instalem hotéis ditos de charme. ----

----- Ambas decorriam da reestruturação da proposta nº 1266/2008, através da qual a Câmara tencionava alienar meia dúzia de edifícios públicos, alguns de notável valor arquitectónico, a maior parte deles palácios, para a indústria hoteleira, alegando que, através do investimento privado e para além do encaixe financeiro, ficaria garantida a fruição pública. Argumento que lhes parece fortuito, considerando que essas alienações iriam privatizar aqueles imóveis históricos municipais. -----

----- Recordou que já anteriormente o Executivo apresentara na Assembleia Municipal propostas semelhantes, mais concretamente tendentes à alienação do Palácio Braamcamp (proposta 150/2009), do edifício da Rua da Atalaia (proposta 151/2009) e do Palácio Benagazil (proposta 152/2009). -----

----- No caso presente, o Palácio do Machadinho era um imóvel seiscentista, constituído por quatro prédios distintos, que se encontrava na zona especial de protecção do Museu Nacional de Arte Antiga e numa área de potencial valor arqueológico, que se encontrava em bom estado de conservação, possuindo alguns valores patrimoniais interessantes, no qual têm funcionado os serviços municipais do Departamento de Acção Social da Câmara. -----

----- Por seu turno, o Palácio Pancas Palha ou Van Zeller é também um imóvel sito numa área de potencial valor arqueológico, que sofrera obras relativamente recentes, sobre o qual existia um arrendamento comercial a uma instituição que entrara em processo de insolvência, motivo pelo qual se aguardava uma decisão sobre o direito de trespasse, e que estava dependente de um levantamento topográfico do edificado e logradouro para efeito das devidas correcções de registo na matriz. -----

----- A primeira observação que levantavam direccionava-se para o facto de o Executivo camarário optar por correr o risco de perder para sempre um importante conjunto do património municipal para a especulação imobiliária. -----

----- Em segundo lugar, a Câmara também não garantia qualquer posterior eventual adulteração dos traços arquitectónicos daqueles palácios. Bem pelo contrário, visto que, em ambas as propostas, a Câmara manifestava que tal não era preocupante ao admitir que alterações de edificabilidade seriam compensadas monetariamente através do ajustamento do preço de venda, o que, obviamente, cairia que nem mel no orçamento municipal. -----

----- Em terceiro lugar, nunca na Assembleia Municipal lhes foi apresentada uma caracterização de “hotel de charme”, qual a sua definição, tipologia ou quais os seus componentes característicos. Portanto, o comprador até poderia neles instalar os equipamentos que melhor entendesse, não prevenindo a Câmara qualquer eventual deturpação daqueles espaços históricos e seus usos. Se houvesse obras de beneficiação e/ou reabilitação, poderiam ou não os promotores adulterar ou destruir parte do edificado? Onde estavam previstas as medidas de salvaguarda? -----

----- Em quarto lugar, sendo ambos os edifícios do século XVI, requeriam a salvaguarda não apenas das características arquitectónicas, como do seu património artístico. Por exemplo, foi feito algum inventário do recheio ou descrição do interior dos imóveis? Integravam esses arrolamentos a Carta de Património Municipal do PDM? Sobre tudo isto nada sabiam, porque estas propostas nada previam e pouco mais lhes diziam. -----

----- Em quinto lugar, perguntava-se: perante a actual conjuntura económico-financeira desfavorável para o mercado imobiliário, não parecia assaz difícil surgirem ofertas suficientemente significativas – para o Município, claro – na venda de tão precioso património? -----

----- Recordou que, enquadradas na actual conjuntura, as receitas de hotelaria em Portugal caíram 14% de Janeiro a Abril face ao mesmo período de 2008, enquanto o número de dormidas descera para 10,8%. Em termos de receita da hotelaria, Lisboa, com uma quebra de 18%, foi a região mais afectada nos primeiros meses de 2009. Para além de que a hotelaria em Lisboa tem vindo a aumentar a sua tarifa média, com

vista a tentar compensar as quebras da ocupação dos meses anteriores, de tal modo que a dormida em Lisboa era hoje já mais cara do que, por exemplo, em Madrid. Como pensava então a Câmara que a hotelaria podia apresentar preços concorrenciais no sector e ainda estivesse disponível para adquirir palacetes para os tais hotéis ditos de “charme”? -----

----- Mais: é que depois o Executivo nem sequer indicava se considerava destinar o dinheiro da venda deste património para, por exemplo, a reabilitação urbana. E o alarmante era a Câmara apenas visionar a venda dos seus haveres histórico-culturais com o objectivo imediatista de equilibrar as suas finanças. Por isso, já ali antes “Os Verdes” questionaram porque não alienar também, um dia destes, em hasta pública, a própria sede do Município? -----

----- Era neste contexto que “Os Verdes” questionam se não seriam preferíveis soluções alternativas à irreversível alienação, e sem critério, desse ou qualquer outro património, tais como o arrendamento dos palácios ou a sua cedência a instituições, mas mantendo a Câmara a sua propriedade efectiva. -----

----- Apenas pretendiam demonstrar que outras soluções seriam viáveis. Mas aí a Câmara preferia ou deixar degradar ou alienar em hasta pública a privados. Como já ali disseram repetidamente, tratava-se da velha “estória” patrimonial do “vão-se os anéis e os dedos juntamente com eles”. -----

----- A concluir disse que era por estes motivos que o Grupo Municipal de “Os Verdes” não hesitava, nem arriscava, qualquer votação de sentido favorável. -----

----- **A Senhora Presidente**, terminadas as intervenções, submeteu à votação as propostas, separadamente, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- **Proposta 153/2009** – Rejeitada, por maioria, com votos contra do PSD, BE, CDS-PP e PEV, e votos favoráveis do PS e PCP. -----

----- **Proposta 154/2009** – Rejeitada, por maioria, com votos contra do PSD, BE, CDS-PP e PEV, votos favoráveis do PS, e a abstenção do PCP. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Nós interviemos sobre esta matéria em sessões anteriores, houve casos em que defendemos que os edifícios deviam ser direccionados para habitação, nomeadamente jovens, há casos com os quais estamos de acordo, e há casos, como é o caso Palácio Pancas Palha em que na Câmara Municipal tomamos a posição de abstenção. Abstenção clara porque se trata de um património municipal que foi recuperado para servir o Município e é assim que nós entendemos que ele deve continuar. -----

----- Acrescentamos nesta declaração de voto que estamos de acordo com as críticas, com as sugestões e com as propostas da Comissão de Habitação, Reabilitação Urbana e Bairros Municipais.” -----

----- **PONTO 5 – PROPOSTA 535/2009 – APROVAR A CLASSIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL CONSTITUÍDO PELO CONJUNTO DENOMINADO DE “BAIRRO AZUL” COMO CONJUNTO DE INTERESSE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA R) DO**

N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- PROPOSTA 535/2009 -----

----- Bairro Azul – Classificação como conjunto urbano de interesse municipal -----

----- Pelouro: Rosalia Vargas -----

----- Serviços: Direcção Municipal de Cultura -----

----- “Considerando que, -----

----- 1. Encontra-se identificado um conjunto de edifícios no “Bairro Azul”, sitos na Rua Fialho de Almeida, do n.º 1 ao n.º 15 e do n.º 2 ao n.º 30, na Avenida Ressano Garcia, do n.º 1 ao n.º 37.º e do n.º 2 ao n.º 30, na Avenida Ramalho Ortigão, do n.º 1 ao n.º 37 e do n.º 2 ao n.º 18, na Rua Marquês de Fronteira, n.ºs 8, 10 e 12 e na Avenida António Augusto de Aguiar, no seu lado ímpar, do n.º 163 ao n.º 207, construídos na década de 30, do século XX, pertencentes à freguesia de São Sebastião da Pedreira, denominado como conjunto do “Bairro Azul”; -----

----- 2. O denominado conjunto do “Bairro Azul” enquadra-se no período de desenvolvimento “Art Deco” até à emergência do modernismo em Portugal e resulta de projectos de construtores civis, mas também de arquitectos como Manuel Joaquim Norte Júnior, Carlos João Chambers Ramos e Cassiano Viriato Branco; -----

----- 3. Importa dar maior atenção ao Património Arquitectónico do século XX, segundo a Recomendação n.º R (91) 13 do Conselho da Europa sobre a Protecção do Património Arquitectónico do Século XX; -----

----- 4. O “Bairro Azul” representa para a história da cidade de Lisboa um interesse indubitável, predominantemente do ponto de vista estético-paisagístico, arquitectónico e social por ser um conjunto único e consideravelmente bem preservado resultante de um projecto desenvolvido ao longo do tempo de uma forma coerente embora, com contribuições autorais diversificadas; -----

----- 5. Do ponto de vista da investigação da histórica da cidade o “Bairro Azul” constitui um importante ponto de partida para o investigador que pretenda aprofundar e interpretar certos fenómenos de modernidade que se manifestaram na altura de âmbito social, arquitectónico e estilístico, contribuindo para um estudo sobre aquilo que se poderia chamar um ensaio sobre a Art Deco, no âmbito da arquitectura modernista da cidade; -----

----- 6. O “Bairro Azul” é um conjunto arquitectónico de homogeneidade ímpar, com prédios de um programa burguês em gosto Art Deco, contextualizado numa fase de crescimento demográfico e de diversificação das actividades económicas, merecedor de “(...)protecção municipal para que a sua imagem patrimonial não seja alterada” (Prof. Dr. José Augusto artigo de Maio de 2002, in P.º 06/DPC/IM/2003, - Anexo 1 – Flls. 06); -----

----- 7. O “Bairro Azul” constitui um conjunto único e consideravelmente bem preservado que representa um testemunho notável de vivências, marcantes de uma certa modernidade devido aos seus elementos arquitectónicos/artísticos que primam pela autenticidade e pela exemplaridade no que à Art Deco, ao modernismo e às artes

decorativas diz respeito, conscientemente preconizada para a cidade de Lisboa que se consolidaram de forma coerente até ao presente momento; -----

----- 8. A importância do conjunto edificado denominado de “Bairro Azul” do ponto de vista arquitectónico foi muitas vezes salientada em várias publicações, como sendo “(...) um dos exemplos mais significativos do modernismo, não só pela sua relação com o conjunto, mas também pelas suas tipologias de habitação ao nível do prédio de rendimento”; (Calado, Maria e Vítor Matias Ferreira, Lisboa, Freguesia de S. Sebastião da Pedreira in P.º 06/DPC/IM/2003, - Anexo1-, Flls, 68); -----

----- 9. O “Bairro Azul” constitui um elemento de referência do património arquitectónico da cidade de Lisboa do período em que foi edificado, pois, a par de constituir um testemunho notável de modernidade, trata-se de um conjunto de bens de construção emblemática, representativo de uma área físico-cultural em que, apesar de uma natural evolução, manteve ao longo do tempo, os valores originais; -----

----- 10. A criação deste conjunto patrimonial original constituiu um exemplo notável de uma certa concepção arquitectónica, urbanística e paisagística, perfeitamente datável que, não obstante, a presença de alguns elementos dissonantes e de algumas modificações de uso não afectaram a integridade deste Bairro; -----

----- 11. O “Bairro Azul” representa um valor cultural com significado para o Município de Lisboa que reflecte no panorama arquitectónico/histórico/cultural desta cidade valores de memória, autenticidade, originalidade e exemplaridade; -----

----- 12. Compete aos órgãos municipais proceder à classificação de bens culturais considerados de interesse municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 94.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, diploma que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, e da alínea b) do n.º 2 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; -----

----- 13. Por despacho de 23.02.2005, da Vereadora da Cultura – Maria Manuela Pinto Barbosa, no uso das competências delegadas pelo Despacho n.º 141/P/2002, de 7 de Fevereiro, publicado no Boletim Municipal n.º 352 (2), de 7 de Fevereiro de 2002, proferido no ofício n.º 0184/GVPB/2005, e na sequência da proposta de classificação de imóvel de interesse municipal efectuada pelo Departamento de Património Cultural/Divisão de Património Cultural, foi determinada a abertura do procedimento administrativo relativo à eventual classificação do conjunto em causa como de interesse municipal; -----

----- 14. Nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 25.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, e na sequência do Edital n.º 26/2005, publicado no Boletim Municipal n.º 583, de 21 de Abril de 2005, bem como, após a notificação do referido despacho de abertura do processo aos diversos interessados – Comissão de Moradores do Bairro Azul, Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana, Direcção Municipal de Planeamento Urbano, Departamento de Monitorização e Difusão de Informação Urbana, Direcção Municipal de Gestão Urbanística, Departamento de património Imobiliário, Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião da Pedreira, Presidente do IPPAR – o conjunto denominado de “Bairro Azul” passou à situação de Bairro em vias de classificação como conjunto de interesse municipal; -----

----- 15. A classificação do Bairro Azul como conjunto de interesse municipal foi também considerada na Proposta N.º 287/2008, apresentada pelos Vereadores “Cidadãos por Lisboa” e aprovada na reunião da C.M.L, em 23 de Abril de 2008; -----

----- 16. Na análise da proposta de classificação foram tidos em consideração os critérios genéricos de apreciação constantes do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, designadamente, os critérios previstos nas alíneas d), e), f), g) e h) nos quais se destaca “o interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos”, o “valor estético, técnico ou material intrínseco do bem”, a “concepção arquitectónica, urbanística e paisagística”, a “extensão do bem e o que nela se reflecte do ponto de vista da memória colectiva” e a “importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica”; -----

----- 17. A inexistência de órgãos consultivos competentes designados para o efeito, impede a efectivação por parte da Câmara Municipal da aplicabilidade do disposto no n.º 3 do artigo 26.º da referida Lei de Bases do Património Cultural; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas da alínea m) do n.º 2 do artigo 64.º e da alínea r) do n.º 1 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e de acordo com os critérios previstos nas alíneas d), e), f), g) e h) do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, a classificação do bem cultural constituído pelo conjunto denominado de “Bairro Azul” como conjunto de interesse municipal.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para apresentação da proposta, disse que ela tinha um longo historial. Em 2002, a pedido da Comissão de Moradores do Bairro Azul, foi determinada a abertura do procedimento administrativo relativo à eventual classificação do conjunto como interesse municipal. Em 2005, por despacho da então Vereadora da Cultura, Maria Manuel Pinto Barbosa, e na sequência de proposta preliminar de classificação como imóvel de interesse municipal efectuado pela Divisão de Património Cultural, passava à situação de “em vias de classificação como conjunto de interesse municipal”. -----

----- Dera-se então início ao processo de decisão final, para o qual foram elaboradas fichas individuais para cada um dos 90 edifícios que constituíam o conjunto. Em Junho de 2009, a proposta final para a classificação como “conjunto de interesse municipal” subscrita pela Vereadora da Cultura, Rosalia Vargas, foi aprovada em reunião de Câmara. -----

----- Disse, ainda, que os critérios que estavam na base da proposta eram os critérios da integridade, autenticidade e exemplaridade. Era efectivamente um conjunto de características de época e homogéneo, sem igual em Lisboa. Quase todo o edificado da década de trinta, ao gosto “Art Deco”, e mantinha inalteradas muitas das suas características. Reflectia na sua totalidade, como nenhum outro, as tendências construtivas mais recentes para a época, portanto era um projecto à Bongarde quando foi construído, nomeadamente sendo os primeiros exemplares de construção em laje com betão armado. Resultava de um projecto para servir com algum luxo e dignidade

uma classe média, contextualizada numa época de crescimento demográfico e de diversificação das actividades económicas na cidade, salientando-se o facto de, ao longo da sua existência, se ter mantido o mesmo tipo de população, circunstância invulgar em Lisboa. -----

----- Era esse conjunto urbano, delimitado e homogéneo, com características sociais e urbanas e estilísticas próprias, que se pretendia manter e valorizar. -----

----- **O Deputado Municipal Fernandes Marques (PSD)**, no uso da palavra na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura, apresentou o Parecer que a seguir se transcreve: -----

----- **PARECER** -----

----- “Na sequência da reunião desta Comissão Permanente realizada em 23 de Julho p.p., relativamente à Proposta mencionada em epígrafe, informo V^a Ex^a, que a mesma está em condições de ser discutida, votada e aprovada na próxima reunião da Assembleia Municipal. -----

----- A Comissão entende que a proposta está devidamente fundamentada e torna-se urgente a sua aprovação dado (a presença de alguns aspectos dissonantes) para não afectar a integridade do próprio Bairro.” -----

----- **O Deputado Municipal Nelson Antunes (PSD)**, Segundo Secretário da Mesa e Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião da Pedreira, no uso da palavra, disse que no Boletim Municipal n.º 583, de 21 de Abril de 2005, foram publicados os editais n.ºs 26 e 27, o primeiro para a eventual classificação do Bairro Azul como conjunto de interesse municipal, e o segundo para uma eventual classificação do Hotel Ritz, incluindo o património integrado. -----

----- Disse que quatro anos passados estranhava que a classificação do Hotel Ritz ainda não tivesse visto a luz verde da sua classificação. Julgava ser mais difícil o estudo arquitectónico do Bairro Azul, pelos seus 76 imóveis que foram inventariados. -----

----- Sobre a classificação do Bairro Azul, disse que a Comissão de Moradores, os seus habitantes e a Freguesia de São Sebastião da Pedreira estavam de parabéns. -----

----- Referiu que depois da publicação do edital 26/2005, um despacho da Direcção Municipal de Cultura, foi afixado no *holl* de todos os prédios esclarecendo as proibições a que ficariam sujeitos todos os proprietários a partir desse momento, mas em alguns prédios de imediato foram retirados. -----

----- Era óbvio que essas pessoas, ao retirarem o despacho, não estariam interessadas por se imporem regras e dificultar a arbitrariedade das obras, cada um não poder recuperar as habitações e as partes comuns à sua maneira, mas esperava que depois da aprovação desta proposta pela Assembleia Municipal o Executivo informasse todos os residentes sobre quais as alterações que ficariam inibidos de realizarem nas fachadas, tardo, áreas comuns dos edifícios, como era o caso, por exemplos, dos vestíbulos de entrada, patamares de acesso e escadas, bem como os respectivos elevadores. -----

----- Concordavam, na íntegra, com a informação n.º 383-DPC/BPC, de 20 de Julho de 2005. -----

----- Não deixava de alertar para a classificação de um bem cultural, na sua perspectiva somente quanto ao edificado, pois tinha alguma relutância de o ver transformado num novo pólo do Bairro Alto. -----

----- Vinha a talho de foice a questão das obras de requalificação da Rua Ramalho Ortigão, sem se ter dado conhecimento antecipado à Junta de Freguesia. Quando indagara o empreiteiro sobre como as mesmas se iriam processar, porque os residentes também gostariam de saber como ficaria a rua depois da conclusão da obra, constataria que os serviços se tinham esquecido do espaço para cargas e descargas, mas a Junta poderia indicar o local ideal para a sua implantação. -----

----- Disse que se ria quando o Sr. Presidente da Câmara, agora em pré-campanha, dizia que iria no futuro, se ganhasse as eleições, dialogar com os Presidentes de Junta. Foi pena que não tivesse seguido as boas práticas dos seus dois últimos antecessores, que emitiram despachos obrigando os serviços a darem conhecimento aos Presidentes de Junta das obras a efectuar na área da sua jurisdição. Não era assim que se tratava um bairro de charme ao criar uma chicana, já percebera tudo afrancesado, ao criar uma passagem zig-zag que era obrigatório utilizar. Ou seria um mini zig-zag? -----

----- Referiu que as obras do Metro estavam terminadas, pelo que perguntava para quando a realização das restantes obras da responsabilidade dessa empresa de transportes. Depois de tantos anos de transtorno para os residentes de um bairro de charme, porque para a Câmara tudo era charme: era charme os hotéis, era charme os bairros, era charme os contentores, era charme a terceira travessia do Tejo, seria que os moradores teriam paciência para só verem concluídas essas obras em 2012? Infelizmente, já estavam habituados a “obras de Santa Engrácia”, e, pelos vistos, estas para ficarem mais perto das eleições. -----

----- A terminar, disse que esperava que o Dr. Pedro Santana Lopes, que deixara obra, as concluísse no próximo ano para bem do Bairro Azul, da freguesia e da cidade, e deixarem os moradores com mais tempo para as usufruírem. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, começou por referir que o PSD iria viabilizar, pela abstenção, esta proposta, no entanto, ciente das preocupações expressas pela Comissão Permanente de Cultura e pelo Sr. Presidente de Junta que acabara de intervir, não era líquido para o PSD que desta proposta não pudessem resultar alguns efeitos extremamente perniciosos para o Bairro Azul pela força da sua classificação como um bem cultural, semelhante aqueles que vinham ocorrendo no Bairro Alto, em que interesses de determinado tipo de actividades lúdicas conflituavam com os interesses dos residentes. -----

----- Este era um bairro perfeitamente estabilizado, era um bairro onde se vivia bem, onde havia qualidade de vida, e, portanto, o PSD, não inviabilizando a proposta, tinha algum receio que dela pudesse resultar uma afectação negativa da qualidade de vida no bairro. Portanto tinham a cautela de a não votar favoravelmente, mas viabilizavam-na através da abstenção. -----

----- **A Senhora Presidente**, dado que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 535/2009, tendo a Assembleia

deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PS, PCP, BE, PEV e 4 Deputados Municipais do PSD, e a abstenção do PSD e do CDS-PP. -----

----- **PONTO 6 – PROPOSTA 539/2009 – APROVAR A AUTORIZAÇÃO DA ALIENAÇÃO SOB A FORMA DE HASTA PÚBLICA DA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL SITA NO REGO, ADJACENTE À AV.^a ÁLVARO PAIS, (PROC.º N.º 11470/CML/09), NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 539/2009 -----

----- Pelouro: Vereador José Cardoso da Silva -----

----- Serviços: DPI -----

----- Considerando que: -----

----- A coberto da Proposta n.º 1131/2008 foi aprovado em reunião de Câmara de 26 de Novembro 2008 o pedido de informação prévia de obra de construção nova em terreno municipal localizado na área do Rego, adjacente à Av. Álvaro Pais, com uma área de 4.987,00 m²; -----

----- Esta operação se encontra integrada no estudo de estrutura urbana do Bairro do Rego, permitindo cerzir as diversas intervenções urbanas, municipais e particulares existentes no Bairro; -----

----- De acordo com o referido estudo prévio resultará um edifício com uma área bruta privativa de 19.383,00 m², com 7 pisos acima do solo destinados integralmente a uso terciário e 4 pisos abaixo do solo, destinados a áreas técnicas e estacionamento; -----

----- A alienação por Hasta Pública favorece os princípios gerais da concorrência, da igualdade, da imparcialidade e da transparência da actividade e do procedimento administrativo; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 64º, n.º 6, alínea a) e 53º, n.º 2, alínea i), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal: -----

----- 1. A autorização da alienação sob a forma de Hasta Pública da parcela de terreno municipal sita no Rego, adjacente à Av. Álvaro Pais, com a área de 4.987,00 m², delimitada a orla cor verde na cópia da Planta n.º 09/029/02 do Departamento do Património Imobiliário e identificada na Planta n.º 116/DPU/2009 do Proc.º n.º 680/EDI/08; -----

----- 2. A determinação como preço base de licitação do valor de € 16.500.000,00 (dezasseis milhões e quinhentos mil euros), devendo a alienação respeitar as Condições Gerais e Especiais constantes do documento anexo, que constitui parte integrante desta Proposta. -----

----- Confrontações: -----

----- Norte – C.M.L. Av. Álvaro Pais e Rua Sousa Lopes -----

----- Nascente – C.M.L. e Av. Álvaro Pais -----

----- Sul – C.M.L. -----

----- Poente – C.M.L. -----

----- (Processo n.º 11470/CML/09)” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para apresentação da proposta, disse que ela versava a alienação, em hasta pública, de um terreno na Rua Álvaro Pais com uma edificabilidade de 19.383 m2, localizado numa área classificada como de reconversão urbanística de usos mistos, que ao abrigo dos artigos 73º, 76º e 77º, por remissão do 75º do Regulamento do PDM – e aqui chamava a atenção – com a alteração introduzida em 2004, declaração n.º 51/2004, publicada no Diário da República, II Série, n.º 64, de 16 de Março de 2004, que permitia efectivamente a realização de obras de conservação, reabilitação e obras novas nesse tipo de área, sem plano de pormenor desde que a Câmara – e a competência era da Câmara – considerasse que existiam necessidades de realização desse tipo de empreendimentos.-

----- **A Deputada Municipal Teresa Almeida (PS)**, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, apresentou um Parecer referente a várias propostas, o qual na sua alínea a), no tocante à proposta em apreciação, referia: -----

----- “A proposta encontra-se em condições de ser discutida e votada em sessão plenária da Assembleia Municipal de Lisboa sem prejuízo desta ser apresentada pelo Sr. Vereador Manuel Salgado.” -----

----- Finda a leitura, disse que em seu nome pessoal e em nome da Comissão de Finanças, visto que neste mandato não reuniram mais vezes, desejava agradecer a inexcedível disponibilidade dos Senhores Vereadores que estiveram nas reuniões da Comissão, agradecer também aos funcionários da Câmara Municipal que acompanharam os Senhores Vereadores e, por fim, e não menos importante, agradecer aos funcionários da Assembleia Municipal que sempre foram também inexcedíveis no apoio que deram à Comissão de Finanças. -----

----- A todos muito obrigado, disse a concluir. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade, leu o Relatório que a seguir se transcreve: -----

----- **RELATÓRIO** -----

----- “Por solicitação da Mesa da Assembleia Municipal reuniu a CPUM no dia 6 de Setembro de 2009 para análise da proposta em epígrafe tendo para o efeito contado com a presença dos Sr. Vice-Presidente Manuel Salgado e Vereador Cardoso da Silva que prestaram os esclarecimentos solicitados pela CPUM. -----

----- A presente proposta visa autorizar a Câmara a alienar sob a forma de Hasta Publica uma parcela de terreno cora 4.987,00 m2, localizado na zona do Rego, adjacente à Av. Álvaro Pais. -----

----- Esta operação assenta numa informação prévia sobre a edificabilidade do referido terreno que permitirá a construção de uma área bruta privativa de 19.383,00 m2, com 7 pisos acima do solo destinados exclusivamente ao uso terciário e 4 pisos abaixo do solo, destinados a áreas técnicas e estacionamento. -----

----- Analisando o terreno à luz do PDM verifica-se que o mesmo está implantado numa área de “Reconversão Urbanística de Usos Mistos”. -----

----- Os artigos do Regulamento do PDM que se aplicam a este caso são os artigos 73º, 76º, 77º e, por remissão deste último, o 75º. -----

----- O artigo 73º refere que nas áreas de Reconversão Urbanística o licenciamento deve ser precedido de plano de urbanização ou de pormenor com área mínima de um hectare. -

----- O artigo 76º refere que nas áreas de Reconversão Urbanística de Usos Mistos os planos de urbanização e pormenor têm que se conformar com as seguintes condições: ----

----- - Uso Comercial não inferior a 10% da superfície total de pavimento. -----

----- - Uso Habitacional: variável entre 40% a 60% -----

----- - Uso terciário e indústria compatível: variável entre 40% a 60% -----

----- - O IUB máximo de 2,0 -----

----- O artigo 77º estabelece Regras Supletivas, onde refere que na falta de plano aplicam-se à remodelação e ampliação dos edifícios existentes nas Áreas de Reconversão Urbanística de Usos Mistos, as regras constantes do artigo 75º. -----

----- O n.º 3 do artigo 75º refere: -----

----- “Poderão excepcionalmente, por deliberação da Câmara Municipal de Lisboa, serem autorizada obras novas com mudança de uso, quando as mesmas forem consideradas de interesse urbanístico, social ou económico e desde que não seja posta em causa a reestruturação urbanística da área, devendo a obra ou os novos usos serem compatíveis com a categoria de espaço onde se localizam.” -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa dispensou-se da necessidade de elaborar plano de pormenor e procedeu à alteração de usos utilizando o disposto neste n.º 3 do artigo 75º do RPDM, mas esqueceu-se que esta remissão do artigo 77º como o próprio refere só se aplicará à remodelação e ampliação de edifícios existentes o que de todo não é o caso, pois tratar-se-á de um edifício ainda a construir, não havendo naquele terreno qualquer construção. -----

----- Assim, a colocação em hasta pública desta parcela nas condições em que a CML a aprovou é ilegal pois contraria o Regulamento do Plano Director Municipal de Lisboa, como atrás se prova. -----

----- Assim, a CPUM recomenda, por maioria, à Assembleia Municipal que vote contra esta proposta ou que solicite que a mesma seja retirada para que seja reformulada à luz da regulamentação em vigor.” -----

----- Finda a leitura do Relatório, o Deputado Municipal Victor Gonçalves, agora na qualidade de Deputado Municipal do PSD, disse que esta proposta deveria ser retirada e reformulada para que amanhã não viessem a ter um problema grave se entretanto se verificasse que os direitos adquiridos por terceiros não eram os correctos ou não eram os legalmente atribuíveis. -----

----- Por isso, o PSD iria votar contra. -----

----- **O Deputado Municipal João Bau (BE)**, no uso da palavra, disse que acompanharam integralmente as conclusões da Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade, pelo que também votariam contra a proposta apresentada. E votariam contra por razões formais, porque, conforme o Parecer da Comissão referia,

consideravam que o que lhes propunham era a aprovação de um estudo de edificabilidade que não se conformava com o PDM, mas também por razões substanciais não concordavam que se reduzisse a área habitacional porque aquela zona da Cidade de Lisboa precisava de mais gente a morar e não de mais escritórios em vez de habitantes. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que a Câmara tem-se pautado por procurar, paulatinamente, que a Assembleia levasse a água ao moinho dela. E este era também o caso desta proposta. Senão reparassem. ----

----- Em Novembro do ano passado, o Executivo fizera aprovar na Câmara um pedido de informação prévia de obra de construção nova para um terreno municipal localizado na área do Rêgo, através da proposta 1131/2008, de que só hoje a Assembleia Municipal tinha conhecimento. -----

----- O objectivo dessa proposta foi o de, primeiro, começar por individualizar uma área dentro de um prédio municipal, fazendo com que da operação resultassem duas parcelas, sendo que uma se destinaria a edificação subsequente para uso terciário, com sete pisos acima do solo e quatro abaixo dele, destinados a 659 lugares de estacionamento, os quais a própria Câmara reconheceu que excediam largamente a capitação exigível estimada de 485 lugares. -----

----- Ora, se a parcela se localizava numa zona já central da cidade, servida de diversos transportes, incluindo a linha ferroviária, porque consentir em fomentar o uso do transporte individual? -----

----- Em segundo lugar, era expectável que a proporção de usos a verificar fosse variável entre 40% a 60% para usos habitacional, terciário e indústria compatível, mas os serviços municipais, e vá-se lá saber porquê, não encontraram qualquer obstáculo em dar um parecer favorável à total afectação da área a um uso exclusivamente terciário, com o argumento de que era o habitual para o território circundante, não conseguindo ocultar a ideia de se tratar de uma parecer “encomendado”, aliás, bem à medida dos actuais intuitos do Executivo. -----

----- Em terceiro lugar, os serviços da Câmara conseguiram justificar que se encontrava assegurada a colecta das águas residuais, mas não deixaram de alertar que desde 2004 faltava considerar a caracterização geológica do local como um contributo indispensável para a futura elaboração de um projecto de edificação naquele local, falha que, lamentavelmente, continuava a ser reconhecida na presente proposta. -----

----- Em quarto lugar, a Câmara transferira para o futuro comprador a apresentação de um ‘mapa de ruído’, mais um ‘estudo de tráfego’ e, pasme-se, a própria alteração do perfil da Av. Álvaro Pais, ficando por definir como ia a Câmara conseguir fiscalizar *a posteriori* a viabilidade técnica desses estudos. Porque, na actual proposta, mais concretamente na 4ª Condição Especial do corpo do texto de publicitação da Alienação em Hasta Pública, anexa à presente proposta, a Câmara admitia, explicitamente, a possibilidade de alteração do desenho de implantação do edifício pelo adquirente da parcela. -----

----- Em suma, todos estes quesitos constituíam, afinal, uma excelente carta branca passada pela Câmara ao futuro comprador. Mais: havia um outro *pormenor* que a

Câmara pretendia omitir e que estava contido numa informação da Direcção Municipal de Planeamento Urbano. -----

----- Referia-se, nessa informação, como enquadramento processual desta operação, a existência de um Estudo de Estrutura Urbana do Bairro do Rego – com limites entre as Avenidas de Berna e a das Forças Armadas e desde a Av. dos Combatentes à via em causa neste projecto, a Av. Álvaro Pais – e no seguimento do qual fora proposta a elaboração de um instrumento de ordenamento do território, citou: “de modo a cerzir todas as intervenções em curso, garantindo a coerência urbanística global do território, na zona do Rêgo.” -----

----- E sobre este “Instrumento” pendia ainda um estudo urbanístico para as zonas de Sete Rios, Praça de Espanha, Bairro Azul e Entrecampos, da autoria do Instituto Superior Técnico, que propunha, inclusive, alterações com consequências na rede viária. -----

----- Mas o Executivo, na ânsia de acelerar a hasta pública, quiçá antes das eleições, saltava por cima desses pareceres e desses estudos, e cedia a referida carta branca ao futuro comprador, para fazer ou alterar o empreendimento a seu belo prazer, comprometendo desde já qualquer futuro Executivo, que saísse das eleições, a anuir a um licenciamento num prazo máximo de seis meses. -----

----- Eis porque alertaram, logo no início da intervenção, que a Câmara vinha procurando tentar levar a água a um qualquer moinho, que até podia nem ser de interesse municipal. -----

----- Era por tudo isso que o Grupo Municipal de “Os Verdes” gostaria que o Executivo tornasse todo este processo muito mais transparente, clarificando, previamente, o que ia permitir, ou não, que se viesse a construir na zona, através de um instrumento de planeamento que ainda não existia, ou seja, de um Plano de Pormenor para a malha urbana do Bairro do Rêgo, que definisse, entre outros, os diversos usos mistos, o alinhamento das cérceas, e incluísse um estudo integrado com as restantes infra-estruturas, bem como de impacto ambiental da rede viária, da poluição e do ruído. -----

----- Terminou dizendo que sem a existência desse plano, “Os Verdes” teriam muita dificuldade em viabilizar a presente proposta. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara,** novamente no uso da palavra, disse que talvez há pouco tivesse lido um pouco depressa a apresentação que fizera da proposta, mas desejava referir expressamente que os artigos 75º e 77º do Regulamento do PDM foram alterados em 2004 e foi publicada a declaração 51/2004 no Diário da República n.º 64, II Série, de 16 de Março de 2004, que com a nova redacção permitia que fossem feitos edifícios novos desde que a Câmara entendesse que se justificava. -----

----- Portanto, a restrição que havia anteriormente e que era referida no Parecer da Comissão de Urbanismo, não estava efectivamente correcta porque se baseara na redacção anterior do PDM, que foi alterada em 2004, por proposta da Câmara, aprovada pela Assembleia Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD),** novamente no uso da palavra, disse que a análise do *site* da Câmara e do *site* do Governo do próprio Regulamento

do PDM, não lhes indicava esse tipo de alteração que o Sr. Vice-Presidente ali referira, e também durante a reunião da Comissão não foram referidas quaisquer alterações ao Regulamento do PDM como agora o Sr. Vice-Presidente tivera oportunidade de referir. -----

----- Por outro lado, também agora a explicação não era muito cabal. O Regulamento foi alterado mas não tinham a visualização exacta dos termos em que foi alterado, o que achava estranho já que isso não constava do Regulamento actual que estava publicado. -----

----- Mas admitindo essa alteração, solicitava ao Sr. Vice-Presidente que adiasse a votação desta proposta para a próxima semana. -----

----- **A Senhora Presidente** perguntou ao Executivo se concordava adiar a votação desta proposta para a próxima semana, ou se pretendia que se fizesse a votação neste momento. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara** respondeu que não via qualquer inconveniente que a proposta fosse adiada por uma semana, no entanto tinha consigo a cópia do Diário da República, que passava a ler. -----

----- O artigo 75º, n.º 3, tem a seguinte redacção: “Poderão, excepcionalmente, por deliberação da Câmara Municipal, ser autorizados loteamentos e obras novas que não estejam abrangidos pelo número anterior, com ou sem mudança de uso, quando os mesmos forem considerados de interesse urbanístico, social ou económico e desde que não seja posta em causa a reestruturação urbanística da área, devendo o loteamento, a obra ou os novos usos serem compatíveis com a categoria de espaço onde se localizam.” -----

----- E depois o artigo 77º dizia: “Regras supletivas. Na falta dos planos referidos no número anterior, aplicam-se à remodelação, ampliação e obras novas de edifícios, bem como às operações de loteamento nas áreas de reconversão urbanística de usos mistos, as regras supletivas constantes do artigo 75º.” -----

----- Entregou na Mesa a cópia do Diário da República que acabara de ler. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que este ponto, proposta 539/2009, ficava adiado para a próxima semana. -----

----- **PONTO 7 – PROPOSTA 567/2009 – APROVAR O “REGULAMENTO DAS COMPENSAÇÕES URBANÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE LISBOA”, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 567/2009 -----

----- “Considerando que: -----

a) O Regulamento da Cobrança da Compensação Urbanística, que se encontra vertido no Edital 122/93 publicado no Diário Municipal nº 16754, de 15 de Novembro de 1993, teve por base o regime jurídico dos loteamentos urbanos previsto no Decreto-Lei nº 448/91, de 29 de Novembro, que já instituíra a obrigação de, em operações de loteamento, serem cedidas parcelas de terrenos para o domínio público municipal e a sua ponderação para efeitos de compensação quando não houvesse lugar às mesmas. --

----- Ao tempo, toda a estruturação daquele Regulamento foi concebida atendendo às matrizes directoras e de ocupação das Normas Provisórias do P.D.M., que se mantiveram em vigor até 30/06/1994. -----

----- b) A entrada em vigor do P.D.M. de Lisboa, com a consequente estrutura e organização espacial, e o decurso do tempo entretanto ocorrido, tornaram desajustada a fórmula de cálculo que subjaz ao aludido Regulamento. -----

----- Os artigos 120º e 121º do Regulamento do Plano Director Municipal de Lisboa definem os termos e parâmetros das parcelas de terrenos a ceder, em razão da operação de loteamento; os casos em que a Câmara pode considerar não se justificar a aplicação desses parâmetros; e, ainda, as situações em que não é aplicável o próprio regime das cedências, antes devendo ser aplicável o das compensações. -----

----- Neste último caso, os números 1 e 3 do artigo 121º, remetem para regulamento a aprovar pela Assembleia Municipal a determinação dos critérios de cálculo para a fixação do valor das compensações e os demais termos em que as mesmas são arbitradas, designadamente se são prestadas em numerário ou em espécie. De salientar que o referido nº 3 já estabelece alguns dos factores de ponderação que deverão ser considerados na fixação desses critérios. -----

----- c) Além disso, o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo DL nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pela Lei nº 60/2007, de 4 de Setembro, prevê no nº 4 do seu artigo 44º as circunstâncias em que não há lugar a cedências de parcelas para implantação de espaços verdes públicos e equipamentos de utilização colectiva ou infra-estruturas, estabelecendo, desde logo que, nessas circunstâncias, o proprietário fica obrigado ao pagamento de uma compensação, em numerário ou em espécie, nos termos definidos em regulamento municipal. -----

----- d) Deve também salientar-se que o RJUE explicitou e abriu a porta a outras realidades que a prática veio consagrando como modelos de intervir na urbanização e edificação da Cidade, deixando a cargo dos Municípios a ponderação dos casos em que determinadas operações urbanísticas revestem impacte semelhante a operações de loteamento, por um lado, e as que podem revestir impacte relevante, por outro. -----

----- Na verdade, nada justifica que para lá dos loteamentos, outras operações urbanísticas, quando tenham um impacte semelhante a uma operação de loteamento, ou revistam impacte relevante, não estejam, também, sujeitas ao mesmo regime de cedências e compensação urbanística que estas. -----

----- Daí que, pelo RMUEL, as mesmas, quando revistam determinadas características, já estejam caracterizadas como de “impacte semelhante a uma operação de loteamento” ou de “impacte relevante”.-----

----- Na presente proposta de Regulamento de compensações faz-se recair sobre elas o mesmo regime que se cria para os loteamentos, situação que não estando prevista no actual regulamento da cobrança da compensação urbanística, atrás referido, tem acarretado óbvios prejuízos para o erário municipal. -----

----- e) É ainda objectivo do presente Regulamento, na senda do que é a intenção do Plano Director Municipal, utilizar os instrumentos de gestão urbanística, que as cedências e compensações são, como formas criteriosas de prosseguir necessidades de

requalificação da cidade e do espaço de utilização colectiva e de estímulo a comportamentos, discriminando positivamente os projectos urbanísticos que contribuam para melhorar o espaço público. -----

----- As soluções encontradas vêm ao encontro do estipulado no n.º 4 do artigo 43.º e no n.º 4 do artigo 44.º do RJUE e do próprio PDM.(n.º 3 do artigo 20.º). -----

----- f) Torna-se claro, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 44.º do RJUE e do n.º 1 do artigo 121.º do RPDM, que as compensações podem prestar-se em numerário ou excepcionalmente em espécie, deixando ao critério da Câmara Municipal as circunstâncias em que o caso concreto possa justificar o pagamento por esta via, o que permite ao município gerir activa e ponderadamente as necessidades que se façam sentir. -----

----- O que agora se prevê nesta matéria do pagamento em espécie, pretende disciplinar e regular matérias que, até ao presente, não têm sido objecto de práticas consistentes e coerentes no Município de Lisboa. Para a determinação do valor da compensação, foram assumidos determinados princípios orientadores. -----

----- f) O regime que agora se pretende aprovar não afasta a possibilidade de que futuros planos de urbanização e planos de pormenor disciplinem diferentemente esta matéria, conquanto as regras que ora se criam possam valer subsidiariamente nos casos em que tais IGT não prevejam expressamente essas situações. -----

----- g) Com o presente Regulamento pretende-se concretizar o disposto no artigo 121.º do Regulamento do PDM de Lisboa e o disposto nos números 4 e 5 do artigo 44.º do DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro. -----

----- h) Nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, os projectos de regulamentos devem ser submetidos a apreciação pública pelo prazo de 30 dias contados da data da publicação do projecto, que no caso deve ser publicado no Boletim Municipal. -----

----- i) O projecto de Regulamento das Compensações Urbanísticas do Município de Lisboa foi submetido a discussão pública entre 5 de Fevereiro e 20 de Março do corrente ano, de acordo com o disposto no citado artigo 118.º do Código. Após o período de discussão pública, procedeu-se ao apuramento e ponderação dos respectivos resultados e à elaboração da versão final de regulamento a apresentar à Câmara Municipal. Após a respectiva aprovação pela Assembleia Municipal, o Regulamento será objecto de publicação na 2.ª série do Diário da República e no Boletim Municipal. -----

----- Assim, temos a honra de propor ao Plenário da Câmara Municipal de Lisboa que delibere aprovar a proposta do “Regulamento das Compensações Urbanísticas do Município de Lisboa”, ora anexo, ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 112.º e no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e, para efeitos de ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, conjugada com a alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e dos números 4 e 5 do

artigo 44º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para apresentação da proposta, disse que esta proposta já estivera na Assembleia, voltara à Câmara, foi objecto de debate público e, neste momento tinha uma versão definitiva em que havia um factor final, o factor “F”, que iria permitir fazer o cálculo da compensação, que ficara definido que poderia ser modelado em função dos objectivos de política urbanística, económica e social do Município. -----

----- Isso significava que esse factor não iria ser uniforme para a cidade toda, mas seria modelado em função da importância de cada uma das áreas relativamente ao da urgência em intervir em cada uma das áreas, ou do nível e grau de equipamento de que elas já forem dotadas. -----

----- O factor “F” seria sempre definido pela Assembleia Municipal, por proposta da Câmara. O que estava a ser proposto para aprovação da Assembleia era a arquitectura geral deste Regulamento, sendo que ele era a última peça que faltava no conjunto dos regulamentos urbanísticos, que foi uma tarefa a que se impuseram por forma a terem regras claras na gestão urbanística da cidade. -----

----- **A Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico**, apresentou um Parecer referente a várias propostas, o qual na sua alínea b), no tocante à proposta em apreciação, referia: -----

----- “I A proposta mereceu a aprovação de todos os grupos parlamentares presentes e consequentemente está apta a ser apresentada e discutida em sessão plenária da Assembleia Municipal de Lisboa.” -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade, leu o Relatório que a seguir se transcreve: -----

----- **RELATÓRIO** -----

----- “Por solicitação da Mesa da Assembleia Municipal, reuniu a CPUM no dia 3 de Setembro para análise e emissão de parecer sobre a proposta em epígrafe. -----

----- Sobre esta matéria já em Junho a pedido do Sr. Vice-Presidente Manuel Salgado a CPUM tinha reunido e apresentado de forma informal alguma crítica ao documento ainda nessa altura em discussão pública. -----

----- A versão que agora nos é apresentada difere da versão inicial que nos foi apresentada basicamente na possibilidade do chamado factor “F” que integra a fórmula de cálculo da compensação poder ter diferentes valores em específicas áreas da cidade com a finalidade de incentivar a reabilitação urbana. -----

----- A especificidade deste documento bem como a sua importância para a economia de centenas de empresas e para o futuro do parque edificado em Lisboa, quer o existente e a sua reabilitação, quer o futuro e a sua construção, reclamam que neste final de mandato, a menos de um mês das eleições autárquicas se adie a sua aprovação de forma que o próximo Executivo se possa pronunciar sobre o mesmo, até porque o início da sua aplicabilidade só será feita no próximo mandato. -----

----- Assim a CPUM, por maioria, recomenda à Assembleia Municipal que solicite à

Câmara Municipal de Lisboa a retirada desta proposta de forma a permitir a sua apreciação pelo próximo Executivo.” -----

----- Acabada a leitura do Relatório, o Deputado Municipal Victor Gonçalves continuou a sua intervenção, agora na qualidade de Deputado Municipal do PSD, dizendo que como referira o Sr. Vice-Presidente esta proposta determinaria o edifício regulamentar do urbanismo, e por isso tanto mais importante ela se tornava na medida em que era o fecho de todo esse edifício e que naturalmente condicionaria o futuro da cidade em muitas circunstâncias. E por ser exactamente o fecho desse edifício regulamentar, o PSD entendia que deveria merecer uma reflexão pelo Executivo que daqui a poucas semanas sairia das eleições autárquicas. -----

----- Disse que a proposta foi muito contestada, nomeadamente pelas empresas, por imobiliárias e por muitas pessoas que se dedicavam à construção na Cidade de Lisboa, pelo que seria salutar, seria muito mais pacífico até para o futuro da cidade e para aqueles que nela construíam, que ela tivesse uma reapreciação pelo próximo Executivo. -----

----- Depois, se o próximo Executivo fosse o mesmo que actualmente estava em funções – pessoalmente esperava que não – apresentaria de novo a proposta, mas se fosse outro poderia ter oportunidade de reapreciar esta matéria e, naturalmente, introduzir as alterações que a proposta justificasse. Não era correcto, não era justo, era forçado que se terminasse a cúpula de todo esse exercício regulamentar na área do urbanismo a poucos dias de novas eleições, a poucos dias de uma nova Câmara que naturalmente iria querer ter uma palavra a dizer sobre essa matéria. -----

----- Acabou dizendo que seria óptimo que o Sr. Vice-Presidente retirasse a proposta, porque, se o não fizesse, viam-se obrigados a reprová-la. -----

----- **A Deputada Municipal Teresa Almeida (PS)**, no uso da palavra, disse que os argumentos aduzidos pelo orador anterior em relação ao Regulamento, de facto não eram compreensíveis, já que o Sr. Vice-Presidente explicitara perfeitamente bem que o que ali se pretendia era aprovar a sua arquitectura, deixando para o próximo mandato o célebre factor “F” que então seria decidido. -----

----- Portanto, um regulamento demorava imenso tempo a ser construído, e neste caso não havia razão nenhuma, antes pelo contrário, que não fosse aprovar a arquitectura do Regulamento deixando o factor “F”, como bem referira o Sr. Vice-Presidente, para o novo mandato. -----

----- Por isso, não se percebia essa argumentação do PSD, a menos que quisesse que o Regulamento não fosse aprovado, o que para si era grave porque durante este mandato muitos regulamentos foram feitos, foram a discussão pública, e não era argumento válido que não se aprovassem por estarem em época eleitoral, tanto mais que o célebre factor “F”, esse sim, seria decidido no próximo mandato. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, novamente no uso da palavra, disse que o factor “F” era o factor fundamental da fórmula, mas o Regulamento não era apenas a fórmula. O Regulamento era muito mais do que a fórmula, tinha muitas mais circunstâncias, muitas mais situações podiam e deviam ser apreciadas de uma forma crítica, eventualmente, por quem quisesse fazê-lo. -----

----- Aliás, na consulta pública foram referidas muitas e muitas críticas. E o interesse da Comissão em que este assunto fosse resolvido rapidamente, levava a que, ainda antes da proposta estar na Assembleia, a pedido do Sr. Vice-Presidente tivessem tido uma reunião para explicação da matéria. Isto em Junho, portanto não foi ontem ou anteontem que reuniram a primeira vez! Por aí se podia verificar o interesse que a Comissão e o PSD tinham no sentido de poderem vir a apreciar o mais atempadamente possível esta proposta. -----

----- Se ela não iria ser aplicada, se era afirmado pelo Sr. Vice-Presidente que não a iria aplicar porque faltava a definição do factor “F”, que era uma competência da Assembleia, qual era o problema de a adiar? Ou isto era feito apenas por interesses eleitoralistas? Pensava que não! -----

----- O que era verdade é que existia muita gente ligada a esta problemática que achava que o conjunto de regulamentos propostos e aprovados pela Câmara eram um esbulho relativamente àqueles que faziam cidade, pelo que era oportuno que se desse mais tempo para discutir e que o próximo Executivo pudesse ter uma opinião sobre esta matéria. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, disse que como explicara o Sr. Deputado Municipal Victor Gonçalves, o famoso factor “F” podia variar entre zero e um. Se fosse zero a compensação era zero, se fosse um significava que os terrenos que faltavam teriam que ser pagos pelo valor do mercado. Entre zero e um havia uma modelação a fazer. --

----- Na proposta que anteriormente elaboraram tinham considerado o factor “F” como 0,3, ou seja, 30% do valor do mercado, e foi na sequência das reuniões com as associações empresariais que se aprofundara essa discussão e se definira que haveria critérios especiais a aplicar a áreas especiais da cidade, nomeadamente nas áreas de reabilitação urbana. -----

----- Disse que foi um trabalho feito pelos serviços da Câmara, por técnicos dos vários gabinetes, e esta última proposta aprovada na Câmara, por unanimidade. -----

----- Portanto foi um trabalho sério, profundo, que demorara meses a fazer, que foi efectivamente discutido na Comissão de Urbanismo da Assembleia Municipal, a seu pedido, antes mesmo da proposta entrar formalmente, e julgava que ninguém os podia acusar de eleitoralismo na vontade de ter a arquitectura deste processo definida. -----

----- E mais: se, eventualmente, alguém quisesse vir a esbulhar alguém, era exactamente através da definição deste último factor, não era com a arquitectura do processo. -----

----- **A Senhora Presidente**, já que mais ninguém desejara intervir, submeteu à votação a proposta 567/2009, tendo a Assembleia deliberado rejeitá-la, por maioria, com votos contra do PSD, votos favoráveis do PS, PCP, BE, PEV, e a abstenção do CDS-PP. -----

----- **PONTO 8 – PROPOSTA 570/2009 – APROVAR A 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2009, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18**

DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- PROPOSTA 570/2009 -----

----- 1.ª Revisão Orçamental 2009 -----

----- Pelouro: Vereador José Cardoso da Silva -----

----- Serviço: DMF -----

----- “Considerando a obrigatoriedade de afectar ao orçamento em vigor o saldo de gerência de 2008, no montante de 23.472.824,89 Euros, aprovado nos documentos de prestação de contas pela Proposta 367/2009 de 26 de Maio; -----

----- Considerando que a afectação desse saldo apenas poderá ser feita em sede de revisão orçamental, nos termos dos pontos 2.3 e 8.3.1 do POCAL, publicado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro. -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- Aprovar submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para que esta delibere, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º do mesmo diploma, aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento de 2009.” -----

----- (O documento da 1ª Revisão Orçamental, que devido à sua extensão não se reproduz nesta acta, fica devidamente arquivado, em anexo à proposta, nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal) -----

----- **A Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico**, apresentou o seguinte Parecer: -----

----- **PARECER** -----

----- “A Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, da Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 07 de Setembro de 2009, deliberou, nos seguintes termos, dar parecer relativo às propostas n.º **570/2009**, n.º 638/2009, n.º 659/2009, n.º 661/2009, n.º 699/2009, n.º 716/2009, n.º 756/2009, n.º 758/2009, n.º 766/2009, n.º 582/2009, n.º 746/2009, n.º 749/2009 e a n.º 803/2009, todas apresentadas pela Câmara Municipal de Lisboa: -----

----- A Comissão gostaria de agradecer a presença e a disponibilidade do Senhor Vereador, Cardoso da Silva, assim como da dirigente da autarquia que o acompanhou na apresentação das propostas. -----

----- A Comissão considera que: -----

----- I. As propostas estão aptas a serem apresentadas e discutidas em sessão da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- II. A Comissão reafirma a necessidade de as propostas de isenção de taxas serem enviadas atempadamente à Assembleia Municipal e ainda a necessidade de se estabelecerem critérios uniformes para a atribuição das referidas isenções. -----

----- III. O presente parecer foi aprovado por unanimidade com os votos do PPD/PSD, PS, PCP, BE e CDS/PP.” -----

----- **O Senhor Vereador Cardoso da Silva**, no uso da palavra para apresentação da proposta, disse que por razões de eficácia pedira aos serviços que todas as alterações orçamentais e revisões fossem o mais detalhadas possível. Isso era excelente do ponto

de vista da eficácia, mas tornaria a sua intervenção mais maçuda porque iria repetir, basicamente, o que estava escrito. -----

----- Referiu, então, que, num primeiro ponto, iriam repor dotações que foram utilizadas para fazer alterações orçamentais anteriormente. Era necessário repor 1,3 milhões de euros para os Serviços Sociais; para comunicações 1,5 milhões; para horas extraordinárias, 2,5 milhões de euros. -----

----- Mas em termos de horas extraordinárias, desejava dar uma explicação porque era importante que toda a Assembleia conhecesse isso. Principalmente os cantoneiros tinham um horário muito difícil e uma remuneração muito baixa. As remunerações na Câmara eram todas baixas, mas havia algumas que eram mesmo muito baixas. Podiam ter tomado a decisão de admitir 500 cantoneiros e acabavam as horas extraordinárias, mas ponderara seriamente, falara com vários grupos políticos da oposição, e entendera que enquanto não se conseguisse aumentar a remuneração/base dos cantoneiros e jardineiros não se podia acabar com as horas extraordinárias. Portanto, entrara o número de cantoneiros necessários para continuarem com um nível de duas horas extraordinárias por cada cantoneiro. -----

----- A principal diferença do passado, e isso era muito importante, é que eram horas extraordinárias feitas, não eram de faz-de-conta. Embora ainda não tivessem um sistema que permitisse o controlo na Câmara Municipal de Lisboa, a verdade era que hoje só se pagavam as horas extraordinárias efectivamente feitas. Não podia dizer que isso fosse verdade a cem por cento, mas admitia que tivesse uma grande percentagem. -----

----- Não estava a dizer que houvesse uma obrigação legal, mas havia um contrato implícito ao admitir os cantoneiros, ou seja, que a remuneração não era apenas a remuneração base, mas que tinham mais duas horas extraordinárias. Para além disso, as tarefas dos cantoneiros, como de outros também, eram tarefas extremamente penosas que obrigavam a regimes de turnos, portanto trabalhando frequentemente à noite. -----

----- Era preciso também repor o serviço da dívida, e depois era necessário fazer um conjunto de aquisições que estavam descritas no documento. -----

----- E era também preciso pagar à Voz do Operário, uma instituição centenária com grande prestígio nacional e com um trabalho notável, a dívida que resultara de se ter colocado lá um elevador, e era necessário completar. -----

----- Disse que havia uma verba que era para ser utilizada com os comerciantes do Bairro da Liberdade, por razões várias tiveram que antecipar isso mas faria uma alteração orçamental para ver se liquidava um conjunto de pequenos problemas que tinham com a Junta de Freguesia. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que apenas para que ficasse registado, referia que nesta 1ª Revisão Orçamental de 2009, em que havia um saldo de gerência de quase 23,5 milhões de euros, a forma como a Câmara lia a sua actividade e afectava este saldo transitado a essas mesmas actividades, não deixava de ser significativo, pelo menos para o PSD. -----

----- Cerca de quatro milhões de euros eram para despesas de funcionamento, a tal gordura que parecia não haver forma de se fazer emagrecer na Câmara, pese embora

todas as declarações de boa vontade, os planos de saneamento financeiro que se dizia estarem a ser cumpridos, e por aí fora. Quatro milhões de euros, milhão e meio para comunicações e dois milhões e meio para horas extraordinárias. Portanto, despesas que não eram de investimento, que não eram reprodutivas, que não tinham valor acrescentado. -----

----- Depois, desses perto de 23,5 milhões de euros, 13,2 milhões de euros eram para aquisição de serviços à SIMTEJO, o que significava que para aquilo que deveriam ser áreas nobres a reforçar por força desta transição de saldos, nomeadamente área das actividades sociais, área das actividades económicas e apoio às Juntas de Freguesia, existia uma verba perfeitamente residual e não significativa. 1,3 milhões para apoio aos serviços sociais da Câmara, 142.000 euros para um apoio pontual à Voz do Operário, 83.000 euros para o Bairro da Liberdade, 80.000 euros para resolver uma situação específica que vinha de trás com os protocolos de delegação de competências com a Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém, e ficavam-se por aí. -----

----- Portanto, tendo o PSD recomendado à Câmara, aquando da discussão do Orçamento, que, em sede de revisão orçamental, a área das actividades sociais, a área das actividades económicas e a área das Juntas de Freguesia fossem reforçadas, lamentavam profundamente que essa, como outras recomendações ali aprovadas, tivesse caído em saco roto. -----

----- E lamentavam também profundamente que às declarações públicas do Sr. Presidente da Câmara, de preocupação com as áreas sociais, de preocupação com o apoio às pequenas e médias empresas e com o tecido económico da cidade, e de preocupação com as Juntas de Freguesia, quando a Câmara tinha possibilidade de aplicar mais de 23 milhões de euros de saldo transitado da gerência anterior, o aplicasse desta maneira. Ou seja, nada para a actividade económica, praticamente nada porque era a resolução de coisas passadas para as Juntas de Freguesia, e uma verba perfeitamente irrisória, ridícula mesmo, de apoio à área social. -----

----- Portanto, sem prejuízo da viabilização do documento, não podiam passar sem denunciar, de forma clara, a diferença entre o que se dizia politicamente e do ponto de vista da campanha eleitoral, e aquilo que era possível praticar com quase 23,5 milhões de euros. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que o BE não tinha nenhum problema concreto em relação à proposta, ou seja, considerava que estavam justificadas as necessidades de todas as alterações constantes da proposta, e, portanto, se não tivessem uma posição de fundo sobre o Orçamento votaria a favor. -----

----- Apenas porque como a Revisão Orçamental era uma alteração a um Orçamento em relação ao qual votaram contra, iriam abster-se nesta votação. -----

----- **A Senhora Presidente**, visto que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 570/2009, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PS, e a abstenção do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV. -----

----- PONTO 9 – PROPOSTA 582/2009 – APROVAR AUTORIZAR A PERMUTA COM A “ENCOSTA DA TAPADA, IMOBILIÁRIA SA” A PARCELA DE TERRENO SITA NO CASAL DO ALVITO, FREGUESIA DE ALCÂNTARA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.

----- PROPOSTA 582/2009 -----

----- Pelouro: Vereador José Cardoso da Silva -----

----- Serviço: Departamento de Património Imobiliário/Divisão de Aquisição e Alienação -----

----- “Considerando que: -----

----- O Município de Lisboa é proprietário de uma parcela de terreno situada a Poente dos acessos a Alcântara da Ponte 25 de Abril em Lisboa, na freguesia de Alcântara, com a área de 3.485,00 m², representada a tracejado verde na cópia da planta n.º 04/187A/02, do Departamento do Património Imobiliário; -----

----- A “Encosta da Tapada, Imobiliária SA” é proprietária do prédio urbano sito no Casal do Alvito, freguesia de Alcântara, com a área total de 139.500,00 m²; -----

----- O Município de Lisboa para viabilizar o Complexo de Piscinas do Alvito, necessita de uma parcela de terreno, com a área de 3.512,84 m², representada a tracejado amarelo na cópia da planta n.º 04/187A/02, do Departamento do Património Imobiliário, que faz parte do prédio urbano propriedade da Encosta da Tapada, Imobiliária SA, acima identificado; -----

----- A “Encosta da Tapada, Imobiliária SA” apresentou ao Município um pedido de informação prévia relativo a uma operação de loteamento e de realização de obras de urbanização para local; -----

----- Em ordem a otimizar a operação de loteamento pretendida, a “Encosta da Tapada, Imobiliária SA”, manifestou interesse em adquirir a parcela de terreno propriedade do Município, supra identificada; -----

----- É do interesse de ambas as partes permutarem as parcelas de terreno de que ambos são proprietários, necessárias à boa execução dos projectos urbanísticos de ambos; -----

----- O interesse manifestado pelas partes traduziu-se na assinatura de um Protocolo de Acordo entre o Município de Lisboa e a “Encosta da Tapada, Imobiliária SA”, em 25 de Fevereiro de 2005, onde foram definidas as condições da permuta, bem como os interesses de ambos (Anexo I); -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 64º, n.º 6, alínea a) e do 53º, n.º 2, alínea i), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão delibere: -----

----- Autorizar a permuta com a “Encosta da Tapada, Imobiliária SA” ou com quem no acto da escritura prove ser proprietário, da parcela de terreno sita no Casal do Alvito, freguesia de Alcântara, com a área de 3.512,84 m², representada a tracejado

amarelo na cópia da planta n.º 04/187A/02 do Departamento do Património Imobiliário, à qual se atribuiu o valor de 796.635,00€ (setecentos e noventa e seis mil, seiscentos e trinta e cinco euros), pela parcela de terreno sita a poente dos acessos a Alcântara da Ponte 25 de Abril, freguesia de Alcântara, com a área de 3.485,00 m², representada a tracejado verde na cópia da mesma Planta, à qual se atribuiu o valor de 975.800,00€ (novecentos e setenta e cinco mil e oitocentos euros). -----

----- ÁREAS, CONFRONTAÇÕES E VALORES DAS PARCELAS ENVOLVIDAS NA OPERAÇÃO DE PERMUTA -----

----- Parcela de terreno a transmitir ao Município de Lisboa pela “Encosta da Tapada, Imobiliária SA” -----

----- Local – Casal do Alvito – Freguesia de Alcântara -----

----- Área – 3.512,84 m² -----

----- Valor – 796.635,00€ (setecentos e noventa e seis mil, seiscentos e trinta e cinco euros) -----

----- Confrontações – Norte: Encosta da Tapada, Imobiliária SA; Sul e Poente: C.M.L;

----- Nascente: Rua Marques de Pombal. -----

----- Parcela de terreno a transmitir à “Encosta da Tapada, Imobiliária SA” pelo Município de Lisboa -----

----- Local – Poente dos acessos a Alcântara da Ponte 25 de Abril – Freguesia de Alcântara -----

----- Área – 3.485,00 m² -----

----- Valor – 975.800,00€ (novecentos e setenta e cinco mil e oitocentos euros) -----

----- Confrontações – Norte: Rua do Alvito; Sul: Estado Português; Nascente: Estado -

----- Português; Poente: Encosta da Tapada, Imobiliária SA -----

----- CONDIÇÕES DE ACORDO -----

----- 1. A “Encosta da Tapada, Imobiliária SA” obriga-se a entregar a parcela de terreno a transmitir ao Município de Lisboa, supra identificada, desocupada e livre de construções, bem como de quaisquer outros ónus e encargos, à excepção do PST com o n.º 855, cuja desafecção será da responsabilidade do Município; -----

----- 2. A parcela de terreno transmitida pelo Município de Lisboa à “Encosta da Tapada, Imobiliária SA” será entregue livre, desocupada e desonerada; -----

----- 3. Atendendo a que os terrenos a ser permutados têm valores distintos, um do outro, em face das distintas áreas que ocupam e dos usos estabelecidos pelo PDM, as Partes envolvidas na operação de permuta, reconhecem que haverá direito a uma compensação a ser prestada pela Parte beneficiada à outra; -----

----- 4. As Partes acordam que a compensação deverá ser saldada e liquidada no âmbito da operação de loteamento apresentada pela “Encosta da Tapada, Imobiliária SA” ao Município, mediante a cedência de área pela Parte beneficiada à outra; -----

----- 5. As Partes acordam, que caso a solução preconizada no n.º anterior, não permitia saldar integralmente a compensação que se mostrar devida, será a mesma liquidada sob a forma de prestação pecuniária, ou outra que as Partes venham a convencionar. -----

----- EM ANEXO: -----

----- I Cópia do Protocolo de Acordo assinado em 25.02.2005; -----
 ----- II Cópia da Planta de Proveniências n.º 248/AG/DIC/12.08; -----
 ----- (Processo n.º 16094/CML/09).” -----
 ----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, em interpelação à Mesa, disse que o PSD gostava de ter mais oito dias para avaliar esta proposta, já que ela, como sabiam, era uma proposta complicada na medida em que tinha a ver com lotes, parcelas de valores significativamente diferentes, pelo que pediam o seu adiamento por oito dias. ----
 ----- **A Senhora Presidente** respondeu que dada a anuência do Executivo, a proposta ficava então adiada por oito dias. -----
 ----- **PONTO 10 – PROPOSTA 619/2009 – APROVAR A PROPOSTA ESTRATÉGICA DO PROGRAMA LOCAL DE HABITAÇÃO DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO N.º 3 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----
 ----- PROPOSTA 619/2009 -----
 ----- (Re)Habitar Lisboa - Proposta Estratégica -----
 ----- do Programa Local de Habitação de Lisboa -----
 ----- Pelouros: Todos -----
 ----- Serviços: Todos -----
 ----- I - Considerandos: -----
 ----- 1. Em 22 de Outubro de 2008 foi aprovada pela Câmara Municipal a proposta de metodologia para a elaboração do Programa Local de Habitação de Lisboa, através da proposta 913/2008, que foi submetida à Assembleia Municipal. Esta proposta, depois de apreciada pelas Comissões Permanentes de “Habitação, Reabilitação Urbana e Bairros Municipais”, de “Urbanismo e Mobilidade” e de “Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico” da Assembleia Municipal, foi aprovada pela Assembleia Municipal em 18 de Novembro de 2008. A metodologia aprovada implicou um processo participativo, a desenvolver em 3 fases - Conhecer, Escolher e Concretizar. -----
 ----- 2. A 2ª fase do PLH – Escolher foi uma fase de definição de prioridades e objectivos estratégicos, em que foram elencados os objectivos, os programas e as medidas a desenvolver. Nesta fase foram articuladas as prioridades escolhidas com as restantes políticas municipais e elaborada uma Matriz Estratégica Preliminar, cuja submissão a consulta pública por um período de 30 dias foi aprovada pela CML na reunião de 20 de Maio de 2009, através da proposta 441/2009. A Matriz Estratégica Preliminar foi igualmente apresentada às Comissões Permanentes de Habitação, Reabilitação Urbana e Bairros Municipais e de Urbanismo e Mobilidade da Assembleia Municipal em 22 de Junho. -----
 ----- 3. A consulta pública decorreu entre 21 de Maio e 21 de Junho, através das seguintes modalidades: site da CML e do PLH; formulário próprio, com um questionário sobre os objectivos do PLH, disponível no Balcão de Atendimento do Município (Campo Grande, 25) e em todas as Juntas de Freguesia de Lisboa; realização de cinco sessões, nas seguintes datas e locais: 15 Junho, no ISEL (Instituto

Superior de Engenharia de Lisboa); 16 Junho, no ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa); 17 Junho, no Teatro A Barraca; 18 Junho, na Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro; 19 Junho, no Padrão dos Descobrimentos. Toda a documentação do PLH esteve disponível no site e nestes locais, tendo sido distribuído um “kit” da consulta pública por todas as freguesias. -----

----- 4. A consulta pública permitiu a recolha de 1110 respostas ao questionário sobre os objectivos do PLH, 310 comentários individuais e 1 comentário institucional. Os resultados da consulta pública, bem como os comentários recebidos, constam do Relatório da Consulta Pública em anexo. Chamamos a atenção para as “conclusões e recomendações” desse Relatório, nomeadamente a emergência das questões sobre o espaço público e o ambiente urbano, consideradas por muitos municípios como essenciais para re-habitar Lisboa. -----

----- 5. Foi igualmente desenvolvida uma avaliação multicritério da Matriz Estratégica Preliminar do PLH, que permitiu, através de um processo iterativo de conferência-decisão, conduzido pelo Professor Carlos Bana e Costa, estruturar os objectivos, definir os “cachos” ou conjuntos de medidas a implementar, ponderar o contributo efectivo de cada “cacho” para os objectivos gerais e específicos e estabelecer uma medida qualitativa dos respectivos benefício e exequibilidade. O Diagrama de Escolha Estratégica resultante da metodologia de apoio à decisão utilizada permitiu identificar os “cachos” mais exequíveis e com maiores benefícios, à luz dos objectivos pretendidos, o que deverá reflectir-se na definição de prioridades a concretizar na fase 3 do PLH. Remetemos para o documento Avaliação Multicritério da Matriz Estratégica do PLH de Lisboa. -----

----- 6. A Matriz Estratégica Preliminar continha 8 objectivos, 13 “cachos”, 6 “sub-cachos” e 123 medidas. Após a realização da consulta pública, da avaliação multicritério e tendo em conta os reparos formulados pelos membros do executivo e das duas Comissões Permanentes da Assembleia, foi elaborada a Proposta Estratégica que ora se submete à apreciação da CML, com os mesmos 8 objectivos, 13 programas e 6 subprogramas e 132 medidas. -----

----- 7. As alterações efectuadas na Matriz Estratégica foram as seguintes: -----

----- 7.1 – Ao nível dos objectivos: -----

----- - pequenas melhorias na redacção da definição dos objectivos A, B, C, D, E e F --

----- 7.2 – Ao nível dos “cachos” ou conjuntos de medidas: -----

----- - substituição do termo “cacho” por “programa de acção”, conforme previsto na proposta 441/2009 -----

----- - alteração da designação do programa 5, dos subprogramas 5.1, 5.2, 5.3, do programa 6 -----

----- - melhoria da redacção da definição dos programa 4, 5, 6, 7, 8, 11 e 12 -----

----- 7.3 – Ao nível das medidas: -----

----- - introdução de 9 medidas novas, passando o total de 123 para 132 (ver lista em anexo) -----

----- recolocação de 7 medidas (ver lista em anexo) -----

----- pequenas melhorias de redacção de algumas medidas -----

----- 8. Os reparos feitos pelos membros do executivo na reunião de 20 de Maio foram igualmente tidos em conta, nomeadamente: -----

----- - a falta de enquadramento teórico da Matriz - remetemos para o texto “Planeamento Estratégico de segunda geração” e para a bibliografia incluídos na Avaliação Multicritério da Matriz Estratégica do PLH de Lisboa em anexo. -----

----- - a predominância de medidas relacionadas com o sector público e a falta de mais medidas dirigidas ao sector privado – remetemos para as alterações de redacção e novas medidas introduzidas nos programas 6 (SAAL e PPP para a reabilitação) e 11 (apoio ao arrendamento) -----

----- - a falta de referência às famílias numerosas e aos idosos, ou o excesso de referências aos jovens – remetemos para as alterações feitas no programa 8 e 11 -----

----- - a insuficiente demarcação de responsabilidades entre a administração central e local – esta questão será retomada exaustivamente na fase 3, como abaixo se explicita -----

----- - a insuficiente articulação com as restantes políticas municipais – esta questão será retomada exaustivamente na fase 3, como abaixo se explicita -----

----- 9. Próximos passos – fase 3 -----

----- 9.1 Na fase 3 – Concretizar do PLH, que terá lugar caso a Proposta Estratégica seja aprovada pelos órgãos municipais, ir-se-á desenvolver a identificação dos agentes e dos recursos necessários para implementar as medidas incluídas nos programas de acção do PLH, bem como do respectivo horizonte temporal. Serão ainda incorporados no Relatório da fase 1 - Conhecer as correcções e aditamentos recebidos dos “pontos de contacto” do PLH na CML e empresas municipais. O PLH completar-se-á com uma agenda colaborativa com a indicação dos principais compromissos e responsabilidades dos poderes públicos e dos restantes parceiros no processo. Será também nesta fase que se estabelecerão mecanismos de acompanhamento e avaliação da implementação do PLH. -----

----- 9.2 Os Programas de Acção do PLH e respectivas medidas, uma vez identificados os agentes e os recursos envolvidos ou a envolver, bem como o horizonte temporal e as prioridades da sua implementação, deverão ser integrados em futuros instrumentos de gestão municipal, nomeadamente planos de investimento e orçamentos municipais sempre que haja impacto financeiro para o município. -----

----- II – Proposta -----

----- Proponho que a CML delibere aprovar, para submeter a posterior apreciação pela Assembleia Municipal: -----

----- II.1 Os objectivos do Programa Local de Habitação de Lisboa -----

----- Objectivos gerais: -----

----- Melhorar a Cidade, Atrair Nova População, Passar da Crise à Oportunidade -----

----- Objectivos específicos: -----

----- Melhorar a Cidade -----

----- Objectivo A - Melhorar a qualidade do parque habitacional (público e privado) -----

----- Objectivo B - Melhorar a qualidade da vida urbana e a coesão territorial -----

----- Objectivo C - Promover a Coesão Social -----

----- Atrair Nova População -----

----- Objectivo D - Adequar a oferta à procura de habitação -----

----- Objectivo E - Poupar Recursos (tempo, energia, dinheiro) -----

----- Passar da Crise à Oportunidade -----

----- Objectivo F - Dar prioridade à reabilitação -----

----- Objectivo G - Garantir os solos necessários para (re)habitar Lisboa -----

----- Objectivo H - Promover a Administração Aberta -----

----- II. 2 Os seguintes programas e sub-programas de acção do Programa Local de Habitação -----

----- 1. Formação -----

----- 2. Arrendamento Jovem -----

----- 3. Acupunctura Urbana -----

----- 4. Mobilidade -----

----- 5. Regeneração e Requalificação dos Bairros -----

----- 5.1 Regeneração dos Bairros de Intervenção Prioritária -----

----- 5.2 Requalificação dos Bairros Consolidados -----

----- 5.3 Promoção da Proximidade e Boas Práticas -----

----- 6. SAAL e PPP (Parcerias Público Privadas) para a Reabilitação -----

----- 7. Respiração Local -----

----- 8. Habitação “Low-Cost” -----

----- 9. Revitalização Local -----

----- 10. Realojamento e Regeneração Urbana -----

----- 11. Dinamização do Arrendamento -----

----- 12. Reabilitação Sustentável -----

----- 13. Governança -----

----- 13.1 Políticas Nacionais -----

----- 13.2 Boa Administração Municipal -----

----- 13.3 Participação” -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Roseta**, no uso da palavra para apresentação da proposta, disse que ela era do conhecimento de todos, o Programa Estratégico de Habitação foi elaborado segundo uma metodologia que foi aprovada pela Assembleia Municipal. -----

----- Recordou que, nos termos dessa metodologia, no final de Junho deveriam ter um relatório que teria que, obrigatoriamente, ser posto à votação da Assembleia Municipal. Atrasaram alguns dias, poucos, o relatório ficara pronto para a sessão de Câmara de 8 de Julho, portanto nesse dia puderam aprovar essa proposta em Câmara e depois encaminhá-la para a Assembleia. -----

----- O que a proposta pretendia era, no fundo, aprovar as linhas gerais de uma estratégia municipal para habitação na Cidade de Lisboa para os próximos quatro ou cinco anos. -----

----- Chamou a atenção que, desde o princípio, o Programa Local de Habitação visara que tinha uma estratégia para os próximos quatro ou cinco anos, portanto isto não foi nada que se descobrisse agora para fazer depois. Desde o princípio o objectivo foi neste mandato fazer o documento estratégico e quem estivesse no próximo mandato

desenvolvê-lo, com a ideia de que se um documento estratégico pudesse recolher algum consenso nos órgãos deliberativo e executivo certamente teria condições para ter futuro e ser desenvolvido pelos próximos eleitos. -----

----- Disse que, neste momento, com esta proposta apenas se pretendia aprovar os objectivos gerais do Programa Local de Habitação, que eram os que estavam na proposta, concretamente três grandes objectivos gerais subdividido em oito objectivos particulares. Os objectivos gerais eram: “melhorar a cidade”, “atrair nova população”, e “passar da crise à oportunidade”. Depois com uma série de objectivos que todos tinham na proposta que foi distribuída, e aprovar também que esses objectivos fossem desenvolvidos através de 13 programas que estavam identificados na proposta, tendo cada um desses programas um conjunto de medidas que foram apresentadas na proposta estratégica do Programa de Acção, mas as medidas teriam que ser adequadas depois aos planos de actividades anuais da Câmara e aos planos de actividades dos outros agentes que interferiam na habitação em Lisboa. -----

----- Recordou que faziam parte desse conjunto de programas de acção do Programa de Acção: um programa de formação; um programa dirigido ao arrendamento jovem; um programa de acupuntura urbana que era dirigido à intervenção de pequena dimensão no tecido habitacional da cidade, por iniciativa das Juntas de Freguesia; um programa de mobilidade; um programa de regeneração e requalificação dos bairros municipais, e não só; um programa de parceria para a reabilitação urbana; um programa de respiração local, que tinha a ver com o aproveitamento dos vazios, não necessariamente enchendo-os com construção mas usando-os para melhorar a qualidade dos bairros; um programa piloto de habitação *low-cost* para promover volantes de realojamento em edifícios municipais; um programa de revitalização local; um programa de realojamento e regeneração urbana, que teria que ser enquadrado numa dimensão mais vasta porque envolvia fundos elevados; um programa de dinamização do arrendamento; um programa de reabilitação sustentada, que tinha a ver, sobretudo, com a organização de estaleiros, ocupação do espaço público e utilização de materiais reciclados; e, finalmente, medidas de governança, quer no relacionamento do Município com a administração central, quer para a administração municipal e para a participação dos cidadãos. -----

----- Referiu que o processo do Programa Local de Habitação foi um processo participativo, de acordo com a metodologia que a Assembleia aprovara. Nesse processo participativo houve uma intervenção, a nível de pareceres escritos, de mais de 300 munícipes, e a nível de votação *on-line* houve mais de mil votações, o que era uma cotação elevada para a generalidade dos processos de consulta pública municipais, em que muitas vezes nem sequer havia a participação do público, e houve ainda cinco sessões públicas. -----

----- Foram feitas alterações aos programas e às medidas na sequência da consulta pública, foram também feitas alterações na sequência das críticas que receberam na Comissão de Habitação, na Comissão de Urbanismo e Mobilidade e na reunião conjunta das duas Comissões em que participaram. -----

----- Portanto, este trabalho foi muito acompanhado pelos Deputados Municipais das duas Comissões especializadas que desde o princípio o seguiram, quer a Comissão de Urbanismo e Mobilidade, quer a Comissão de Habitação. Via, agora, que nos relatórios das duas Comissões havia uma posição ligeiramente diferente relativamente à proposta, por exemplo a Comissão de Habitação considerava que o Programa Local de Habitação estava em condições de ser votado e explicava as suas razões, enquanto que a Comissão de Urbanismo e Mobilidade solicitava, por maioria dentro da Comissão, que a Câmara retirasse a proposta. -----

----- Disse que, como Vereadora, não tinha competência para retirar uma proposta que foi aprovada pela Câmara, portanto não podia ser ela a tomar essa decisão, mas, como membro do Executivo, não via onde era que havia uma base legal para a Câmara retirar uma proposta que foi aprovada legalmente, feita de acordo com uma metodologia aprovada pela Assembleia Municipal e de acordo com os processos que a Assembleia acompanhara. Ninguém se queixara de falta de informação, ilegalidade, irregularidade, desconformidade. -----

----- Por isso, não via nenhuma razão legal para retirar a proposta. A proposta estava pronta, a razão invocada pela Comissão de Urbanismo e Mobilidade era que estavam no final do mandato e que este programa já não poderia ser desenvolvido por este Executivo e que seria um outro a fazê-lo. Isso era rigorosamente verdade mas foi assim desde o princípio, ou seja, ele já foi feito desde o princípio sabendo-se que não seria desenvolvido por este Executivo, que era um programa para o futuro, e naturalmente se a Assembleia entendesse não aprová-lo pois o próximo Executivo faria o que entendesse com este programa. Utilizaria, não utilizaria, retomava, não retomava, isso fazia parte da incerteza de todos perante um novo mandato e novos eleitos, seriam outras pessoas que estariam na Câmara, seriam outras que estariam na Assembleia Municipal, era outro caminho. -----

----- O caminho que lhe competia a si fazer era cumprir aquilo que foi a metodologia aprovada pela Assembleia, e o projecto que na Assembleia apresentaram e que merecera a opinião concordante dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- Era por isso que tinha muito prazer em ter conseguido chegar aqui, tinha muito orgulho no trabalho que os técnicos da Câmara fizeram consigo, uma equipa pequenina de seis pessoas com um secretariado de técnicos da Câmara que fizeram todo este trabalho, o que mostrava que havia recursos humanos na Câmara para fazer trabalho válido, competente e útil à cidade. -----

----- Por outro lado, foi também muito importante o diálogo que mantiveram, quer com os Srs. Presidentes de Junta, quer com as Comissões e os Srs. Deputados Municipais que participaram nas diversas iniciativas do processo participativo. Aprendera muito com este programa, ele estava nas mãos dos Srs. Deputados Municipais, pensava que não havia razão para voltar para trás, a não ser alguns Srs. Deputados Municipais não quererem tomar posição sobre o Programa Local de Habitação, hoje, ali, mas esse era um problema que ultrapassava a Câmara, era um problema da Assembleia já que ele estava na Ordem de Trabalhos. -----

----- Portanto, os Srs. Deputados Municipais tomariam decisão que entendessem, que ela, como membro do Executivo, naturalmente acataria. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade, apresentou o Relatório que a seguir se transcreve: -----

----- **RELATÓRIO** -----

----- “Por solicitação da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa reuniu a CPUM, dia 14 de Setembro de 2009, com presença da Sra. Vereadora Arquitecta Helena Roseta e Dra. Teresa Craveiro para análise da proposta em epígrafe. -----

----- A Sra. Vereadora Helena Roseta reafirmou as considerações que em anteriores apresentações já tinha feito perante a CPUM, manifestou o desejo de que esta proposta fosse discutida e votada em Plenário da Assembleia Municipal, embora considere que a sua aplicação só será possível no próximo mandato. -----

----- A CPUM considera que o trabalho desenvolvido pela Sra. Vereadora e a equipa do Projecto dirigida pela Sra. Dra. Teresa Craveiro é de louvar e representa um património do Município que deverá ser devidamente aproveitado, no entanto considerando que o mandato deste Executivo se encontra a dias do seu fim e que qualquer aplicabilidade deste Plano só terá início no próximo mandato, recomenda, por maioria, à Câmara que o retire para que o próximo Executivo tenha a oportunidade de o apreciar e lhe dar o desenvolvimento que achar mais conveniente. -----

----- A CPUM reconhece a forma competente, amável e pronta como a Sra. Vereadora sempre se relacionou com a Comissão e os seus membros e agradece todo o trabalho desenvolvido no âmbito do PLH para a Cidade de Lisboa.” -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Habitação, Reabilitação Urbana e Bairros Municipais, apresentou o Relatório que a seguir se transcreve: -----

----- **RELATÓRIO** -----

----- “Trata-se de uma proposta que consubstancia um vasto projecto que a Comissão participou e debateu exaustivamente com a Sra. Vereadora Helena Roseta, ao longo de diversas reuniões e sessões, não só na AML, como igualmente na CML. -----

----- Tal proposta encerra a 2ª fase deste projecto, ficando para o mandato subsequente a 3ª fase, recorde-se o da concretização das opções entretanto delineadas. Ora é precisamente face ao quadro pré-eleitoral que se vive que a Comissão sublinha tal aspecto, isto é, importa reflectir sobre a oportunidade política de se deliberar, neste momento, sobre um documento estratégico em fim de mandato. Contudo, a Comissão também sublinha que este projecto foi amplamente participado, pois contou com a realização de diversas reuniões públicas, pelo que a não deliberação pode igualmente provocar um reforço da descrença na participação dos cidadãos junto dos decisores políticos. -----

----- A proposta menciona a adopção de diversas correcções, resultantes das diversas reuniões, entre as quais as que se realizaram com a Comissão, pelo que se entende que a mesma reúne as condições para a respectiva discussão em sede plenária.” -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que não era de agora que o PSD anunciara ali uma posição face a documentos estratégicos apresentados pela Câmara Municipal de Lisboa nesta fase pré-eleitoral. -----

----- Não era por acaso, aliás, que os órgãos executivos entravam em gestão corrente a partir do momento em que havia marcação de eleições, mas era precisamente porque o legislador entendera que não havia condições para que os órgãos executivos, em período eleitoral, determinassem, do ponto de vista estratégico, do ponto de vista de opções de fundo e do ponto de vista de grandes medidas e grandes linhas de acção, o futuro dos órgãos que lhes sucedessem. -----

----- Por isso, com todo o respeito pelo trabalho que foi desenvolvido pela Sra. Vereadora e pela sua equipa, apresentar uma proposta estratégica do Programa Local de Habitação de Lisboa, a três semanas das eleições, não poderia merecer da parte do PSD, outra que não a questão que ali foi colocada pelas próprias Comissões. -----

----- Ou a Câmara percebia esta matéria, percebia esta questão, não só neste documento como noutros, e tomava a iniciativa e o bom senso de os retirar, porque não fazia sentido estar a condicionar o futuro Executivo, ou, se não tomava essa iniciativa por si própria, se não percebia que estava em gestão corrente, se não tinha o bom senso de evitar trazer para a Assembleia Municipal a discussão de fundo de opções estratégicas, de opções de futuro, não poderia o PSD viabilizar esses mesmos documentos. -----

----- Portanto, o dilema que todos tinham ali era a insistência num documento estratégico, que para todos os efeitos estava aprovado em Câmara e consequentemente a Câmara poderia fazer o uso que entendesse dele. Se a Câmara insistisse em colocá-lo à votação na Assembleia, o PSD não poderia deixar de o não viabilizar por ser um documento estratégico a três semanas de eleições, ou então a Câmara percebia que não fazia sentido trazer estes documentos à Assembleia e tomava por si própria a iniciativa de os retirar. -----

----- Aliás, não era a primeira vez nem seria a última que qualquer Executivo municipal retirava propostas que foram apresentadas à Assembleia depois de aprovadas em Câmara. Isso já acontecera “n” vezes neste como em mandatos anteriores, e continuaria seguramente a acontecer no futuro. Não era um problema de ninguém nem ficava mal a ninguém fazê-lo, e pensavam que seria mais prudente que fosse essa a solução seguida. Mas ali estariam para, de acordo com a posição que a Câmara tomasse, tomarem também as suas próprias posições e as suas próprias responsabilidades. -----

----- **A Deputada Municipal Lídia Fernandes (BE)**, no uso da palavra, começou por perguntar à Mesa e ao Sr. Presidente da Câmara em exercício, se este documento iria ou não ser discutido, e clarificar, pelo menos da discussão que tiveram na Comissão de Habitação, pois consideravam que sendo este um processo que já foi iniciado em Outubro do ano passado, seria importante concluir esta fase, ficando para Plenário o posicionamento de cada uma das forças políticas. -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário**, que momentaneamente substitua a Sra. Presidente, disse que as posições estavam claras, faltava apenas ouvir novamente a Câmara. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder ao esclarecimento solicitado, disse que, conforme já foi dito pela Sra. Vereadora Helena Roseta, este era um longo processo que desde o início tivera o acompanhamento da Assembleia Municipal, a Assembleia já sabia que seria nesta altura que faria a apreciação e discussão do documento, portanto consideravam que fazia todo o sentido prosseguir com a sua discussão e a consequente votação da Assembleia. -----

----- **A Deputada Municipal Lúdia Fernandes (BE)**, retomando o uso da palavra, disse que discutiam hoje o programa estratégico do Plano Local de Habitação. Tratava-se do culminar da segunda fase da metodologia aprovada, em Novembro de 2008, pela Assembleia Municipal, para a elaboração de um Plano Local de Habitação de Lisboa, instrumento previsto na proposta do Plano Estratégico de Habitação 2008-2013, e que definia localmente, a nível municipal ou intermunicipal, uma visão estratégica das intervenções na área da habitação, cruzando diversas políticas, nomeadamente ao nível da reabilitação e reconversão urbanística. -----

----- Esse documento, de âmbito nacional, elegia a dinamização do arrendamento urbano, da habitação a custos controlados, a reabilitação do parque habitacional, a adequação e inovação na habitação e políticas de governança, como eixos centrais deste instrumento programático. -----

----- Disse que a proposta apresentada pelo INH em 2008, tinha o mérito de procurar fazer a análise das necessidades de habitação e das políticas de habitação, assim como fazer propostas estratégicas e linhas de actuação para a concretização dos objectivos, mas parecia-lhes ser acanhada no que dizia respeito à definição de medidas estruturantes no combate à especulação imobiliária. Independentemente dos méritos e das suas deficiências, o documento ainda não chegara à sua versão final nem tinha confirmação legislativa. -----

----- Era nesse contexto nacional de ausência de uma visão coerente que permitisse enquadrar entre si os diferentes programas, do fiasco da aplicação do novo regime de arrendamento urbano, e não menos importante na ausência de uma Lei de Bases da Habitação, que procurava ocupar o vazio legislativo que existia, como referia, e bem, o relatório na afirmação constitucional à habitação e os diferentes diplomas ao longo dos anos. Era nesse ponto que estavam hoje. -----

----- Fosse como fosse, a conclusão de uma etapa de um processo que não acabava hoje, assim o entendiam, e cuja aplicação dependia fortemente das opções estratégicas do futuro Executivo, mesmo sendo um exercício complexo era necessário, pois não deixava de ser fundamental concluir um processo cuja metodologia, de cariz participativo, foi aprovada pela Assembleia Municipal, sendo oportuno analisar o processo, os seus resultados, o programa ali apresentado e reflectir sobre os desafios que estavam colocados quanto à parte que se seguia. -----

----- Por outro lado, não deixava de ser positivo que Lisboa fosse pioneira na discussão de uma estratégia integrada de promoção da habitação, uma necessidade há muito sentida e à qual consideravam fundamental responder. -----

----- Quanto ao processo que estivera subjacente à elaboração do Plano Local de Habitação, disse que não podiam deixar de salientar a constituição de uma equipa de projectos por pessoal da Câmara, porque não só representara uma poupança do ponto de vista orçamental como demonstrara como era possível a produção de conhecimento e iniciativa sem ser necessário a contratação de empresas de consultadoria. -----

----- Desse ponto de vista, um número significativo de participantes no Fórum dos Trabalhadores Municipais da área da habitação, poderia ser um sintoma interessante da disponibilidade e motivação dos trabalhadores desse sector para a procura de soluções para os problemas sentidos na área da habitação. -----

----- Era também de salientar a realização de uma grande diversidade de iniciativas para um público bem diverso e com metodologias diversificadas, por exemplo aproveitando a Internet, mas sendo grande parte das iniciativas realizadas em horário laboral o que dificultara a participação dos trabalhadores, cidadãos e cidadãs comuns, na prática os principais destinatários destes programas. -----

----- Igualmente era de salientar o grande esforço de recolha de informação, aproveitamento e sistematização de informação anteriormente dispersa, e a disponibilização de documentação em sítio da Internet, que eram elementos importantes não só de aproveitamento dos problemas, como também na valorização na aproximação dos cidadãos. -----

----- Continuando, disse que esta proposta estratégica do Programa Local da Habitação representava, como já referira, a conclusão da fase dos objectivos, programas e medidas, e tinha um leque bastante vasto de propostas, umas mais inovadoras que outras, umas mais ambiciosas que outras, das quais salientava alguns aspectos e colocava algumas questões em relação às quais gostaria de um maior aprofundamento e esclarecimento. -----

----- Desde logo, era importante salientar um conjunto de medidas de pequena dimensão mas que poderiam ter efeitos interessantes do ponto de vista local. Por exemplo, a adjudicação de pequenas obras e reparações em iniciativas locais de emprego; apoio financeiro à realização, por inquilinos jovens, de obras de manutenção e pequenas reparações; a criação de um programa municipal de financiamento dirigido às Juntas para pequenas intervenções e melhoria das condições de habitabilidade. -----

----- Haveria outros que, sendo um bocadinho mais ambiciosos, representavam o aproveitamento dos recursos com uma aposta na formação profissional com o apoio do Instituto Superior Técnico, de técnicos e mão-de-obra especializada, o que pensavam também ser uma medida interessante, que não sendo de grande dimensão poderia ter efeitos interessantes. -----

----- Disse, depois, que essencialmente nos objectivos D, F e G, havia um conjunto de medidas interessantes que seriam talvez aquelas em que se poderiam colocar maiores problemas, onde se poderiam implementar práticas estruturantes no domínio do

combate à especulação imobiliária e na mudança profunda nas relações económicas no domínio da habitação. Esses eram os objectivos mais arrojados: atrair nova população e passar de uma situação de crise a uma situação de oportunidade, e era justamente sobre estes objectivos que gostaria de colocar algumas questões. -----

----- Uma tinha a ver com a medida 11.D.9. e com promoção e criação de bolsas público-privadas de arrendamento, para uma quota a custos condicionados. Gostariam de perceber melhor como era que se pretendia concretizar esse tipo de medidas, e também a inserida na 6.F2.1., sobre fomentar as parcerias público-privadas para a reabilitação urbana. -----

----- Uma outra tinha a ver com o carácter transversal do programa e com uma preocupação que manifestaram na Assembleia Municipal, aquando da discussão da metodologia para a elaboração deste programa, a qual dizia respeito a não se ter verificado até ao momento um esforço de inclusão da medida de aplicação das quotas para habitação a custos controlados, nos planos de pormenor que já foram aprovados ou que estavam em fase de discussão, porque, desse ponto de vista, estavam sujeitos a que quando quisessem implementar este programa terem já perdido as tais oportunidades que eram objectivos importantes do Plano Local de Habitação. -----

----- Por exemplo, estava-se a lembrar do Plano de Urbanização da Av. da Liberdade e Zona Envolvente, em que se chegava mesmo a desvalorizar e a anular a componente da habitação. Portanto havia uma certa contradição entre estarem ali a aprovar um plano estratégico e ao mesmo tempo, ao longo dos últimos meses em que este plano estratégico estava em elaboração, perdiam-se oportunidades para introduzir mudanças bastante significativas. -----

----- Por fim, disse que têm reivindicado que houvesse um sério compromisso e investimento público para a reabilitação com o objectivo da habitação a nível nacional, e consideravam que não havendo, nos próximos anos, uma disponibilização orçamental do Estado para esse sector, seria muito difícil cumprir grande parte dos objectivos que estavam colocados neste plano. -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Roseta**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, começou por dizer que quanto à questão do processo participativo agradecia as dúvidas que foram postas, foi um esforço grande. Na questão do horário laboral tiveram isso presente, tanto que na consulta pública tiveram cinco sessões todas à noite, para diversificar porque os fóruns foram durante o dia. Um, o que se dirigia às comissões de moradores, foi ao sábado, portanto no fim-de-semana, e houve cinco à noite. Portanto, tentaram jogar com todas as coisas. O fórum dirigido aos trabalhadores da Câmara foi durante o horário laboral porque tinham dispensa de serviço e contava depois para as acções de formação. -----

----- Disse, depois, que o problema dos objectivos mais ambiciosos que foram suscitados pela oradora, era um problema real. Ou seja, havia ali objectivos que tinham perfeita consciência que ultrapassavam o âmbito de um simples programa estratégico sectorial da habitação, eram mais vastos, tinham a ver com o entrosamento noutras políticas. -----

----- Quanto às dúvidas específicas que a oradora pusera eram em relação às parcerias, quer nos fundos de arrendamento, quer nas parcerias público-privadas para a reabilitação, disse que essa medida das parcerias público-privadas para a reabilitação não estava incluída na versão inicial. Quando apresentaram a primeira versão da matriz estratégica foi feita a crítica que o programa estava todo muito virado para cooperativas, intervenção pública, mas que havia o sector privado também interessado nessa intervenção. Aliás, no seminário que fizeram com os agentes imobiliários verificaram que havia um interesse grande nesa área, e, portanto, acharam que deveriam incorporar aí medidas que previssem parcerias. -----

----- Essa que especificavam na medida 11.D.9., que citara, eram os fundos imobiliários que tinham neste momento grandes incentivos fiscais por via do Orçamento de Estado para 2009 e anos futuros. Portanto, o que queriam era aproveitar os incentivos fiscais que já estavam criados, aí não exigia uma medida nova, e era possível com um conjunto de fogos privados e fogos que o Município quisesse pôr em bolsa de arrendamento, seria possível constituir parcerias, ou fundos todos públicos não teriam que ser público-privados, tinham era que utilizar várias modalidades. A ideia que tinham era que havia instrumentos diversos e não deviam desprestigiar nenhum. Portanto, aqueles que estivessem disponíveis, esses fundos estavam citados porque tinham fortes incentivos fiscais, e era um bocado absurdo que numa cidade como Lisboa, em que existia uma quantidade enorme de arrendamento com rendas antigas e uma quantidade enorme de senhorios que tinham dificuldades de gerir o seu próprio património, porque eram idosos não tinham condições de gestão, não lhes fosse facultada a possibilidade de participarem num fundo em que alguém se ocupava desses aspectos todos e ainda recebiam a sua quota-parte. -----

----- Por outro lado, não puseram isso no Plano Local de Habitação, mas esse mecanismo dos fundos poderia ser reforçado com fogos requisitados. Isso implicava uma medida legislativa, que seria uma medida menos dura que aquela que a Assembleia da República autorizara o Governo em matéria de reabilitação urbana, que era o problema da renda forçada. No programa propunham uma medida mais simples que era a da requisição temporária, que era utilizada noutros países, e esses fogos poderiam participar nesses fundos e serem geridos em conjunto. -----

----- Quanto ao problema de haver uma percentagem de fogos a custos controlados, disse que se tem batido muito por isso na Câmara. Aliás, tem levantado sistematicamente essa questão em todos os planos de pormenor que têm ido a votação. No caso concreto do PUALZE já não era possível, retroactivamente, pôr essa questão porque o plano já vinha de há muitos anos e quando começara a ser delineado e preparado não tinha essa componente, mas nos novos instrumentos esse aspecto estava a ser considerado. Nomeadamente o plano de pormenor da Pedreira do Alvito já tinha uma percentagem de habitação para custos controlados, ou custos acessíveis. Tentaram também incluir uma percentagem no plano de pormenor da Baixa, mas depois fizera-se um estudo de viabilidade económica e não dava uma margem significativa. Mas este era um ponto que era fundamental e pensava que a revisão do

PDM deveria tornar essa regra numa regra geral para toda a cidade e não estarem a ver, plano a plano, nos que conseguiam ou não conseguiam. -----

----- Sobre a questão do financiamento, disse que colocaram no Plano Local de Habitação, nas medidas da governança segundo julgava, ou nas medidas da reabilitação, uma medida no sentido da Câmara Municipal de Lisboa fazer ver, junto do Governo, a necessidade de haver um programa especial de reabilitação urbana financiado pela Administração Central, porque o problema da reabilitação urbana não era só da Cidade de Lisboa, era um problema nacional. Porto, Coimbra, Setúbal e por aí fora, eram cidades que todas elas tinham problemas graves, a desertificação do centro e necessitavam de políticas urbanas integradas. As experiências que foram feitas até agora, nomeadamente com as SRU's, têm dado resultados muito aquém daquilo que se esperava, o próprio modelo das SRU's tem sido um pouco contestado, e, portanto, tal como para resolver o problema das barracas foi preciso um programa especial de realojamento com grande financiamento público, também pessoalmente sustentava que não seria possível resolver o problema da reabilitação urbana sem um grande programa de financiamento público. -----

----- Isso, de resto, era sustentado por entidades dos vários leques políticos hoje em Portugal, desde o actual Bastonário da Ordem dos Engenheiros a muitas outras figuras, que defendiam a necessidade de um programa com pelo menos 500 milhões de euros, ou mais, de financiamento nacional para intervir na reabilitação urbana. -----

----- Disse, ainda, que a questão principal que queria relevar da intervenção que fizera, era que tinham perfeita consciência que o documento era um conjunto de medidas para lançar e desenvolver, algumas estavam ao alcance da intervenção municipal, mas outras teria que ser um Município aguerrido a bater-se por essas coisas, porque nada estava fechado e se o Município não tivesse um papel activo e não procurasse estar na linha da frente a bater-se por essas questões, elas não lhe iriam ser dadas de bandeja por ninguém. Portanto, a postura que o conjunto de pessoas que fizeram o plano tiveram, foi muito uma postura de tentar resolver mas também de fazer pressão para que outras pessoas e os outros agentes que intervinham nessa área estivessem com elas. A pressão considerada no sentido colaborativo e não necessariamente no sentido agressivo. -----

----- A terminar, disse que havia muita gente interessada em colaborar neste processo, que era, do seu ponto de vista, uma grande oportunidade para a cidade. Tinha muita pena se a Assembleia não viabilizasse o plano hoje, mas, enfim, ali estariam e continuariam esta luta. -----

----- **A Senhora Presidente**, dado que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 619/2009, tendo a Assembleia deliberado rejeitá-la, por maioria, com votos contra do PSD, CDS-PP e de um Deputado Municipal do PEV, votos favoráveis do PS, BE e da Sra. Presidente, e a abstenção do PCP, um Deputado Municipal do PSD e um Deputado Municipal do PEV. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Não há aqui necessidade de continuar nenhuma luta, porque a luta pela habitação em Lisboa é de toda esta Assembleia Municipal, conforme, aliás, tem sido bem visível neste mandato, na medida em que todo este processo foi aqui acarinhado, apoiado, sustentado pela Assembleia Municipal e muito em especial pelo Grupo Municipal do PSD. -----

----- O PSD não votou favoravelmente e não viabilizou esta proposta, não por razões de conteúdo mas razões de natureza política e formal, conforme aqui, de forma muito clara, expressei. -----

----- E direi mais. Passara, já há uns tempos, e foi dito, a ser uma forma de actuação do PSD, nesta Assembleia Municipal, até ao final do mandato. Documentos de natureza estratégica que comprometem o futuro da cidade, não faz sentido serem discutidos e aprovados a três semanas do acto eleitoral que se avizinha. -----

----- Como repararam, aliás, o PSD não discutiu a proposta. O PSD colocou uma questão formal, uma questão política que considera extraordinariamente relevante, razão pela qual não viabilizou esta proposta, e porventura não viabilizara outras de alcance estratégico, se a Câmara não as retirar, a três semanas das eleições.” -----

----- **A Senhora Presidente** apresentou, por escrito, a seguinte declaração de voto: ---

----- “Votei favoravelmente a presente proposta por entender que a metodologia proposta e o trabalho já efectuado que lhe subjazem, são contributos válidos para o grave problema de Habitação da Cidade.” -----

----- **A Senhora Presidente**, seguidamente, disse que, conforme acordado em Conferência de Representantes, iriam passar a discutir, em conjunto, os pontos 11, 12, 13, 19, 23, 24 e 25 da Ordem de Trabalhos, propostas 638/2009, 659/2009, 661/2009, 716/2009, 757/2009, 758/2009, 766/2009, todas referentes a isenção de taxas. -----

----- **PONTO 11 – PROPOSTA 638/2009 – APROVAR A ISENÇÃO DAS TAXAS MUNICIPAIS APLICÁVEIS, NOS TERMOS CONSIGNADOS DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E O AERO CLUBE DE PORTUGAL NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 638/2009 -----

----- Pelouro: DESPORTO – Vereador Manuel Brito; -----

----- Serviços: Departamento de Desporto. -----

----- “Considerando que: -----

----- - A promoção e o apoio ao Desporto se consubstanciam na criação de condições para a prática desportiva e é uma das competências e obrigações das autarquias na prossecução de interesses específicos das populações; -----

----- - Neste contexto, o Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa, tem assumido um papel importante na concretização do Projecto Desportivo do Concelho, em articulação com várias entidades quer públicas quer privadas, nomeadamente, Juntas de Freguesia, Escolas, Associações Desportivas, Clubes, Federações,

Colectividades, Grupos Informais, etc., com um papel social, cultural e desportivo de inestimável significado; -----

----- - O Programa da Câmara Municipal para a área desportiva identifica como «Um objectivo essencial da política municipal em matéria de desporto e lazer o de aumentar a quantidade e qualidade das práticas lúdicas e desportivas, através do desenvolvimento de programas que tenham em atenção os diferentes públicos alvo e as constantes mudanças na procura»; -----

----- - A concretização do princípio constitucional expresso no artigo 79.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), exige a conjugação de esforços, nomeadamente, do governo e das autarquias, dos organismos da administração pública desportiva, das colectividades, das federações, das associações e dos clubes desportivos; -----

----- - O interesse e o investimento na intervenção da Autarquia nas acções de dinamização da actividade física e desportiva se justificam plenamente em função do trabalho desenvolvido pelos clubes e associações envolvidas; -----

----- - Foi definido como um dos objectivos essenciais do programa de acção da CML o apoio a clubes e colectividades da cidade de Lisboa e a outras entidades sem fins lucrativos que actuem na área do concelho, de forma a proporcionar-lhes meios adicionais para suportar os encargos decorrentes do desenvolvimento da prática desportiva e de beneficiação ou requalificação de infra-estruturas desportivas ou sociais já existentes; -----

----- - O AERO CLUB DE PORTUGAL, sedado na Rua General Pimenta de Castro, n.º 4 C, 1700-218 Lisboa, Lisboa, com estatutos aprovados e publicados no Diário da República n.º 129, de 7 de Junho de 1982, III Série, é uma associação de utilidade pública, não lucrativa, com personalidade jurídica que ao longo destes anos tem prosseguido fins culturais, desportivos, recreativos e de fomento no campo das actividades aero-espaciais. Nos termos dos seus estatutos (artigo 4º) é principal objectivo do Aero Club de Portugal a divulgação do conhecimento e cultura aero-espaciais e a prática de actividades correlativas, com incidência específica nos ramos das actividades aeronáuticas e para-aeronáuticas de feição amadora, nomeadamente desportiva, recreativa e de divulgação. -----

----- - O clube foi fundado, em 11 de Dezembro de 1909, condecorado em 1959 com a Ordem Militar de Cristo, entre múltiplas outras condecorações e prémios atribuídos, ao longo da sua história, por diversas instituições nacionais e internacionais. De entre os seus sócios ilustres e sócios honorários, sobressaem Gago Coutinho e Sacadura Cabral, Sarmiento Beires, Carlos Bleck, Humberto Cruz, Jorge de Castilho, Pinheiro Correia, Cifka Duarte, Costa Macedo, Abílio Santos, Humberto Delgado e o heróico piloto parapléxico Faria e Melo (único piloto parapléxico a nível mundial a ter voado a solo em avião monomotor a travessia de todos os oceanos e realizado a solo, também em avião monomotor, duas voltas ao mundo) e tantos outros que realizaram, ao longo do seu I século de História, brilhantes ou mesmo heróicos feitos aeronáuticos. Desde a data da sua fundação o Aero Clube de Portugal regista a

inscrição de 8072 sócios, entre os quais, ilustres figuras nacionais. Actualmente conta com 1522 sócios ordinários. -----

----- - A nível internacional, o Aero Clube de Portugal é membro Português activo, desde 28 de Janeiro de 1913, na FAI – Fédération Aéronautique Internationale, instituição internacional não governamental e não lucrativa fundada em 14 de Outubro de 1905 e na E.A.S. Europe Air Sports, associações tutelantes e representativas de todas as modalidades de desportos aéreos, a nível mundial e europeu, respectivamente, sendo a primeira destas, a reguladora de todas as disciplinas e regras desportivas e de competição, bem como a única entidade que fiscaliza, por si e pelos seus membros activos as provas do calendário internacional FAI, bem como a homologação de todos os recortes aeronáuticos, do aeromodelismo à astronáutica. -----

----- - O Aero Club de Portugal organiza anualmente, entre outras iniciativas relevantes no seio da actividade Aeronáutica, o mais importante evento da aviação geral desportiva e de lazer, designado alternadamente, como VAP – Volta Aérea a Portugal ou RAI – Raid Aéreo Ibérico. Periodicamente realiza também diversos outros festivais Aéreos, eventos de grande interesse, não só junto da comunidade aeronáutica, mas também e essencialmente, junto do público em geral. -----

----- - Lisboa foi, em 11 de Dezembro de 1909, a cidade berço desta Associação fundadora da Aviação em Portugal e onde, desde sempre, manteve o Aero Club de Portugal a sua sede com instalações administrativas e onde ministra também as aulas de formação teórica aeronáutica, de todas as modalidades de asa fixa (aviões, aviões ultra leves e planadores) naquela que é a mais Escola de Pilotagem Civil do País. Forma actualmente em média 30 a 50 pilotos por ano. -----

----- - A vocação do Aero Club de Portugal para o desenvolvimento de actividades de promoção, formação, divulgação do conhecimento e cultura aero-espaciais e a prática de actividades correlativas, com incidência específica nos ramos das actividades aeronáuticas e para-aeronáuticas de feição amadora, é estabelecido o presente contrato – programa de desenvolvimento desportivo, destinado à definição de formas de colaboração institucional entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Associação com vista à realização de eventos desportivos vários a decorrer no ano civil em curso no âmbito das “Comemorações do Centenário», na cidade de Lisboa, dos quais se destacam o Festival Aéreo de Lisboa. -----

----- - A pertinência do envolvimento da CML no esforço de cooperação com as estruturas associativas, visando a consagração de Lisboa como rota de grandes eventos desportivos, no sentido de desenvolver também «clusters» económicos específicos que potenciam também o turismo na Cidade de Lisboa;-----
Foram ainda verificados, pelos serviços, todos os requisitos legais respeitantes à entidade à qual se vai atribuir o apoio, nos termos da lei geral e do Regulamento de Execução do Orçamento em vigor; -----

----- - Não obstante o apoio a atribuir pelo Município não obrigar à celebração de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, nos termos do artigo 46.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro (Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto) e do

n.º 2 do art. 2.º do D.L. n.º 432/91 de 6 de Novembro (*Regime jurídico dos Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo*), o pelouro de desporto tem entendido que o estabelecimento formalizado, contratualmente, dos direitos e deveres de cada uma das partes, responsabiliza e torna claro e expresso as obrigações de cada um dos outorgantes; -----

----- - A atribuição do apoio de âmbito financeiro e logístico, consignado na presente proposta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, respeitou os princípios de natureza substantiva constantes do «Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa», publicado no Boletim Municipal n.º 771, de 27 de Novembro de 2008 (7.º Suplemento) aplicável, unicamente, aos apoios a atribuir em 2010 (nos termos conjugados dos n.ºs 1 e 4 do artigo 7.º), devendo ser respeitado o regime transitório estabelecido no artigo 24.º. A entidade irá proceder à sua inscrição na BDAA nos termos dos artigos 5.º e 6.º do referido Regulamento. -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere: -----

----- 1. Ao abrigo do disposto na alínea b), do n.º 4 do artigo 64.º e artigo 67.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em conjugação com o n.º 3 do artigo 46.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, autorizar a celebração do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, cuja minuta se anexa e se dá por integralmente reproduzida, para os devidos efeitos, e aprovar a atribuição de transferência de verba, nos termos consignados no respectivo contrato, para apoio aos vários eventos no âmbito das «Comemorações do Centenário do Aero Club de Portugal» a realizar no ano de 2009;

----- 2. Ao abrigo do disposto na alínea c), do artigo 10.º e do n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, e da alínea b), do n.º 4 e alínea a), do n.º 6 do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar submeter à deliberação da Assembleia Municipal a isenção das taxas municipais aplicáveis, nos termos da minuta de contrato-programa anexo, com vista ao apoio à organização de vários eventos a realizar durante o ano de 2009 no âmbito das «Comemorações do Centenário do Aero Club de Portugal»; -----

----- 3. A verba a atribuir, para apoio aos diversos eventos tem cabimento na rubrica económica 04.07.01 do Orçamento em vigor, no âmbito da Acção com o código 11/03/A103/01 (cabimento n.º 5309004348), e será transferida de acordo com as regras estabelecidas no Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo.” -----

----- **PONTO 12 – PROPOSTA 659/2009 – APROVAR A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS PARA AS LICENÇAS MUNICIPAIS RESPECTIVAS E RELATIVAS À EFECTIVA REALIZAÇÃO, NA CIDADE DE LISBOA, DO FESTIVAL DOS OCEANOS 2009, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 659/2009 -----

----- “Considerando que Lisboa irá novamente acolher o Festival dos Oceanos, que decorrerá de 1 a 15 de Agosto de 2009; -----

----- Considerando que o evento é uma iniciativa da Associação Turismo de Lisboa com apoio do Turismo de Portugal e com o patrocínio do Casino de Lisboa; -----

----- Considerando ainda, que se trata de um evento da maior importância para o Turismo que procura valorizar as micro centralidades turísticas – Belém, Centro Histórico, Parque das Nações e Zona ribeirinha, apresentando diversas iniciativas de acesso livre na sua maioria no espaço público; -----

----- Considerando que nas edições anteriores o Festival dos Oceanos trouxe mais de meio milhão de pessoas a Lisboa, traduzindo-se num claro êxito de grande adesão popular, quer a nível nacional quer internacional beneficiando da promoção feita pela ATL ao evento, revestindo-se de enorme interesse turístico – económico – social para a cidade cujo retorno do investimento se constata de forma inequívoca; -----

----- Considerando que a realização de um evento com estas características vai ao encontro do TLX 10 – O Plano Estratégico do Turismo de Lisboa 2007 – 2010, que recomenda, nomeadamente a realização de iniciativas favorecedoras do aumento da notoriedade da capital portuguesa; -----

----- Considerando que este evento, pela visibilidade e reconhecimento mundial que encerra, constituirá uma enorme mais valia para a Cidade de Lisboa, é do interesse público estabelecer colaboração com a respectiva organização, por forma a garantir o seu sucesso nacional e internacional; tal como previsto na alínea a) da Cláusula 8ª do Protocolo entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Associação de Turismo de Lisboa (Proposta 3/2008) que prevê quer a colaboração entre a CML e a ATL em matéria de eventos (Cláusula 14ª), quer o apoio da CML à ATL na execução dos mesmos; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: -----

----- Submeter à autorização da Assembleia Municipal, conforme dispõem os artigos 16.º, alínea c), e 19.º, alínea i), da Lei n.º 42/98, de 06 de Agosto, na redacção em vigor, 64.º, n.º 4, alínea b) e n.º 6, alínea a), e 53.º, n.º 2, alínea e), todos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a isenção do pagamento de Taxas para as Licenças Municipais respectivas e relativas à efectiva realização, na Cidade de Lisboa, do Festival dos Oceanos 2009, assim como a isenção do pagamento de taxas relativas à cedência, a título de empréstimo, de diverso material de ornamentação e logístico.” -----

PONTO 13 – PROPOSTA 661/2009 – APROVAR A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS MUNICIPAIS DE OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA DA VIA PÚBLICA E DE CONCESSÃO DE LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO NO ÂMBITO DO WORLD MUSIC FESTIVAL LX’09, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- PROPOSTA 661/2009 -----

----- “Considerando que: -----

----- 1. A Livraria Ler Devagar, que inaugurou recentemente um novo espaço na LX Factory, vai realizar o WORLD MUSIC FESTIVAL LX’09, que irá decorrer de 14 a 19 de Julho de 2009, sob o mote “Lisboa, cidade aberta ao Mundo”; -----

----- 2. A iniciativa facultará a fruição ao público de Lisboa, e aos muitos estrangeiros que por este período nos visitam, de um Festival que destaca a mestiçagem cultural de Portugal, juntamente com os países lusófonos e francófonos: Spok Frevo Orquestra (Brasil); Júlio Pereira (Portugal); Kasai Masai (Congo); Dobet Gnahore (Costa do Marfim); Stewart Sukuma (Moçambique); Bassekou Kouyate & Ngoni Ba (Mali); ---

----- 3. A importância de um evento que à música juntará outras áreas criativas, estando previstos alguns eventos paralelos, nomeadamente uma apresentação de filmes dos países convidados, mostras de gastronomia, artes de rua e lançamentos de livros; -----

----- 4. A Ler Devagar solicitou o apoio financeiro de 10.000€, bem como policiamento municipal para a entrada na LX Factory (Av. Índia) durante o período do Festival; a concessão de licenças especiais de ruído e de ocupação de espaço público temporário no dia da abertura, e outras licenças legais que sejam requeridas a nível camarário, para a realização do festival; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 12.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, na alínea h) do n.º 2 do artigo 53.º, na alínea b) do n.º 4 e alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar submeter à Assembleia Municipal de Lisboa, para que este órgão delibere: ---

----- 1. Estabelecer a isenção do pagamento das taxas municipais de ocupação temporária da via pública e de concessão de licenças especiais de ruído pelo período de 14 a 19 de Julho de 2009, em virtude da realização dos espectáculos no âmbito do Festival; -----

----- 2. A atribuição de um subsídio para a realização do evento no montante de 10.000 € (dez mil euros), que tem cabimento na rubrica.” -----

----- **PONTO 19 – PROPOSTA 716/2009 – APROVAR A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA DA ADENDA AO ANEXO I DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA E A CARRIS, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** ---

----- PROPOSTA 716/2009 -----

----- “A presente proposta visa submeter à aprovação da Câmara a Adenda aos Anexos I e II do Protocolo de colaboração celebrado entre a CML e a CARRIS -----

----- PELOURO: Espaço Público– Vereador Dr. José Sá Fernandes -----

----- SERVIÇO: Direcção Municipal de Ambiente Urbano -----

----- Considerando que, -----

----- 1. A CARRIS e a CML celebraram um Protocolo de Colaboração para a colocação de instalações sanitárias junto aos postos de rendição e terminais de carreiras, para serem utilizadas tanto por pessoal tripulante como pelo público em geral; -----

----- 2. Esse Protocolo de Colaboração foi aprovado na Reunião de Câmara do dia 23 de Abril de 2008, através da Proposta nº 248/2008; -----

----- 3. Já foi efectuada uma alteração à Adenda aos Anexos I e II do Protocolo referido no ponto anterior, a qual foi aprovada na reunião de Câmara do dia 20 de Maio de 2009, através da Proposta 459/2009. -----

----- 4. A isenção do pagamento da taxa prevista no n.º 1 do artigo 53º da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, foi aprovado na Assembleia Municipal do dia 16 de Junho de 2009, através da Proposta n.º 459/2009; -----

----- 5. A CARRIS solicitou entretanto mais alterações, nomeadamente ao Anexo I desse Protocolo, conforme ofício da CARRIS que se anexa, e que faz parte integrante da presente Proposta; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: -----

----- 1. Ao abrigo da alínea b) do n.º 4 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugada com o artigo 67º do mesmo diploma legal, aprovar a adenda ao Anexos I do Protocolo de Colaboração, cuja minuta se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzida. -----

----- 2. Aprovar submeter à Assembleia Municipal ao abrigo do artigo 12º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, a isenção do pagamento da taxa prevista no n.º 1 do artigo 53º da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, para cada utilização das instalações sanitárias, pelos tripulantes do Segundo Outorgante.” -----

----- **PONTO 23 – PROPOSTA 756/2009 – APROVAR A ISENÇÃO DE PAGAMENTO DAS TAXAS RELATIVAS À INSPECCÃO E REINSPECCÃO DE ASCENSORES, MONTA-CARGAS, ESCADAS MECÂNICAS E TAPETES ROLANTES POR PARTE DA GEBALIS, NOS BAIRROS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 756/2009 -----

----- Pelouro: Vereador Manuel Brito e Vereadora Ana Sara Brito -----

----- Serviços: Departamento de Construção e Conservação de Instalações Eléctricas e Mecânicas. -----

----- “Considerando que: -----

----- - A GEBALIS – GESTÃO DOS BAIRROS MUNICIPAIS DE LISBOA E.E.M – é uma pessoa colectiva de direito público, com natureza empresarial, sob a forma de entidade empresarial local, tendo como objecto a promoção do desenvolvimento local, nos termos dos artigos 1º e 3º dos seus Estatutos, publicados no 3º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 777, de 8 de Janeiro de 2009; -----

----- - A GEBALIS é uma empresa encarregada da promoção do desenvolvimento local, nos termos do disposto no artigo 21º, n.º 1 e n.º 2, alíneas b) e c) da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, tendo como atribuições, entre outras, promover a gestão integrada e participada dos bairros municipais, bem como assegurar a manutenção do parque edificado daqueles bairros, de acordo com o artigo 4º dos seus Estatutos; -----

----- - A gestão da GEBALIS deve articular-se com os objectivos prosseguidos pelo Município de Lisboa, visando a promoção do desenvolvimento local e assegurando a

viabilidade económica da empresa e o seu equilíbrio financeiro, ao abrigo do artigo 18º dos seus Estatutos. -----

----- - No âmbito das suas atribuições estatutárias, compete à GEBALIS a manutenção e conservação de 1.301 ascensores instalados em edifícios municipais, localizados em Bairros sob a gestão dessa empresa; -----

----- - Os respectivos encargos, atenta a utilização intensiva destes equipamentos e a necessidade de os manter a funcionar em condições de segurança, consomem anualmente uma verba muito significativa do orçamento da GEBALIS, a que acrescem os custos com as inspecções periódicas e reinspecções, obrigatórias por lei;--

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: -----

----- Ao abrigo das disposições conjugadas da alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, revista e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e ainda do n.º 2 do art.º 12 da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal a isenção da GEBALIS – GESTÃO DOS BAIRROS MUNICIPAIS DE LISBOA, EEM, das taxas relativas à inspecção e reinspecção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes dos edifícios dos bairros municipais sob sua gestão previstas no artigo 16 da Tabela de Taxas e Outras Receita Municipais.” -----

----- **PONTO 24 – PROPOSTA 758/2009 – APROVAR A ISENÇÃO DE TAXAS A APLICAR COM VISTA À ORGANIZAÇÃO DE INICIATIVAS E EVENTOS VÁRIOS DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO DESPORTIVO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 758/2009 -----

----- Pelouro: Vereador Manuel Brito -----

----- Serviços: Departamento de Desporto -----

----- Considerando que: -----

----- 1. Os princípios fundamentais tutelados pela Constituição da República Portuguesa (CRP), em particular, artigo 79.º, quando refere: «Todos têm o direito à cultura física e ao desporto» devem ser desenvolvidos e implementados através de políticas concretas que os evidenciem e ponham em prática; -----

----- 2. A promoção e o apoio ao Desporto, se consubstancia na criação de condições de prática desportiva é uma das competências e obrigações das Autarquias na prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das populações respectivas.

----- 3. As autarquias desempenham um papel fundamental no desenvolvimento desportivo e no incremento da prática desportiva. Para a prossecução dos seus objectivos necessitam de juntar esforços com várias entidades públicas e privadas, no sentido de atingir plenamente e de forma conjugada tais objectivos. -----

----- 4. O interesse e o investimento na intervenção da Autarquia nas diversas obras de construção, recuperação ou manutenção e nas acções e eventos de dinamização da actividade física e desportiva se justifica plenamente em função do trabalho desenvolvido pelos clubes e associações envolvidas; -----

----- 5. Foi definido como um dos objectivo essenciais do programa de acção da Câmara Municipal de Lisboa o apoio a clubes e colectividades da cidade de Lisboa e a outras entidades sem fins lucrativos que actuem na área desportiva, na sua capacitação e organização, de forma a proporcionar-lhes meios adicionais para suportar os encargos decorrentes do desenvolvimento da prática desportiva e de beneficiação ou requalificação de infra-estruturas desportivas ou sociais já existentes; -----

----- 6. Já desde o ano anterior foi levado a cabo um amplo processo de levantamento das situações concretas dos clubes e associações e diálogo com o movimento associativo, consubstanciado no «Documento Orientador e Formulários de Candidatura ao Programa de Apoio do Município de Lisboa ao Associativismo Desportivo para a época desportiva 2007- 2008» que culminou na entrega de candidaturas por parte de várias entidades e posterior apreciação objectiva e criteriosa pelo Pelouro, com vista à atribuição de tais apoios e na proposta aprovada em sessão de Câmara (Proposta nº 1076/CML), a 19 de Novembro de 2008;-----

----- 7. No referido processo foram definidos, previamente, pela CML, os critérios em que se baseava tal atribuição e transmitidos a todos os clubes e colectividades do concelho de forma a cumprir com os princípios de Transparência, Igualdade e Justiça que devem presidir à distribuição equitativa dos recursos públicos; -----

----- 8. Embora o «Regulamento de Atribuição de Apoios do Município de Lisboa» (RAAML), publicado no Boletim Municipal nº 771, de 27 de Novembro de 2008, se aplique, unicamente, aos apoios a atribuir em 2010 (nos termos conjugados dos n.ºs 1 e 4 do artigo 7.º), devendo ser respeitado o regime transitório estabelecido no artigo 24.º, o processo de candidatura aos apoios a atribuir no ano de 2009 decorreu já de acordo com o estipulado no mesmo; -----

----- 9. De facto, as entidades referenciadas na proposta em anexo procederam à sua inscrição na BDAA e entregaram as respectivas candidaturas para o ano de 2009 na Divisão de Informação e Atendimento (DIA), nos termos do referido Regulamento; ---

----- 10. A apreciação das candidaturas obedeceu aos critérios de selecção definidos no n.º 4 do artigo 9.º do RAAML; -----

----- 11. Se procedeu também à elaboração de parecer fundamentado dos serviços que foi submetido à competente decisão superior, bem como à prévia consulta das Juntas de Freguesia, documentação constante da instrução do procedimento; -----

----- 12. Foram verificados pelos serviços todos os requisitos legais respeitantes às diversas entidades que se candidataram e às quais se vai atribuir os apoios, nos termos da lei geral e do Regulamento de Execução do Orçamento em vigor; -----

----- 13. Não obstante o apoio a atribuir pelo Município não obrigar à celebração de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, nos termos do artigo 46.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro (Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto) e do n.º 2 do art. 2.º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro (Regime Jurídico dos Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo), norma especialmente aplicável ex vi do n.º 2, artigo 12.º do RAAML, parte final, quando refere: «sem prejuízo de introdução de outros elementos por força de dispositivos legais específicos aplicáveis às áreas identificadas no artigo 2º do presente Regulamento ou em função da natureza

do projecto ou actividade», o Pelouro de Desporto tem entendido que o estabelecimento formalizado, contratualmente, dos direitos e deveres de cada uma das partes, responsabiliza e torna claro e expresso as obrigações de cada um dos outorgantes; -----

----- 14. Se respeitaram, deste modo, os princípios de natureza substantiva, quer no clausulado do contrato-programa proposto, quer na apresentação da candidatura pelas entidades em referência, correlativo parecer dos serviços e auscultação das Juntas de Freguesia, constantes do «Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa»; -----

----- 15. As entidades objecto da proposta de atribuição de apoios se encontram inscritas na Base de Dados de Atribuição de Apoios (BDAA); -----

----- 16. Nos termos da alínea a), do n.º 4, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal: «Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de obras ou eventos de interesse municipal, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos»; -----

----- 17. Nos termos da alínea b), do n.º 4, do artigo 64.º, da referida legislação, compete à Câmara Municipal «Apoiar ou compartilhar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra»; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere: -----

----- 1. Ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar a atribuição de transferência de verba para os clubes e associações referidos nos mapas em anexo, que fazem parte integrante da presente proposta para todos os efeitos legais, no valor de € 576.081,00 (quinhentos e setenta e seis mil e oitenta e um euros), para a realização de obras diversas de beneficiação ou requalificação de infra-estruturas desportivas e ou sociais já existentes, obedecendo à seguinte repartição de encargos: -----

----- a) O valor de € 355.651,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil seiscentos e cinquenta e um euros), a qual tem cabimento na rubrica económica 08.07.01 do Orçamento em vigor, no âmbito da Acção com o código 11/03/A101, Orgânica 11.03 (Cabimento n.º 5309006114 em anexo); -----

----- b) O valor de € 220.430,00 (duzentos e vinte mil quatrocentos e trinta euros) a incluir no projecto de orçamento para o ano de 2010; -----

----- 2. Ao abrigo do disposto na alínea b), do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar a atribuição de transferência de verba para os clubes e associações referidos nos mapas em anexo, que fazem parte integrante da presente proposta para todos os efeitos legais, no valor de € 671.535,00 (seiscentos e setenta e um mil quinhentos e trinta e cinco euros), para apoio à realização de diversas iniciativas no âmbito da actividade desportiva regular de acordo com a seguinte repartição de encargos: -----

----- a) O valor de € 641.845,00 (seiscentos e quarenta e um mil oitocentos e quarenta e cinco euros), a qual tem cabimento na rubrica económica 04.07.01 do Orçamento em vigor, no âmbito da Acção com o código 11/03/A103/01, Orgânica 11.03 (Cabimento nº 5309006113 em anexo); -----

----- b) O valor de € 29.690,00 (vinte e nove mil,seiscentos e noventa euros) a incluir no projecto de orçamento para 2010. -----

----- 3. Aprovar as minutas de Contrato Programa de desenvolvimento desportivo relativos ao apoio financeiro e não financeiro a atribuir às entidades identificadas;

----- 4. Ao abrigo do disposto na alínea c), do artigo 10.º e do n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, e da alínea b), do n.º 4 e alínea a), do n.º 6 do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar submeter à deliberação da Assembleia Municipal apenas as cláusulas dos contratos programa de desenvolvimento desportivo relativas à isenção das taxas municipais aplicáveis, nos termos das minutas de contrato-programa de desenvolvimento desportivo e respectivo mapa resumo em anexo, com vista à organização de vários eventos e iniciativas a realizar no âmbito do apoio à actividade regular dos Clubes e Associações durante o ano de 2009.” -----

----- **PONTO 25 – PROPOSTA 766/2009 – APROVAR A ISENÇÃO DE TAXAS APLICÁVEIS COM VISTA À ORGANIZAÇÃO DE INICIATIVAS E EVENTOS VÁRIOS DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO DESPORTIVO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 766/2009 -----

----- Pelouro: Vereador Manuel Brito -----

----- Serviços: Departamento de Desporto -----

----- “Considerando que: -----

----- 1. Os princípios fundamentais tutelados pela Constituição da República Portuguesa (CRP), em particular, artigo 79.º, quando refere: «Todos têm o direito à cultura física e ao desporto» devem ser desenvolvidos e implementados através de políticas concretas que os evidenciem e ponham em prática; -----

----- 2. A promoção e o apoio ao Desporto, que se consubstancia na criação de condições de prática desportiva é uma das competências e obrigações das Autarquias na prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das populações respectivas. -----

----- 3. As autarquias desempenham um papel fundamental no desenvolvimento desportivo e no incremento da prática desportiva. Para a prossecução dos seus objectivos necessitam de juntar esforços com várias entidades públicas e privadas, no sentido de atingir plenamente e de forma conjugada tais objectivos. -----

----- 4. Foi definido como um dos objectivo essenciais do programa de acção da Câmara Municipal de Lisboa o apoio a clubes e colectividades da cidade de Lisboa e a outras entidades, sem fins lucrativos, que actuem na área desportiva, na sua capacitação e organização, de forma a proporcionar-lhes meios adicionais para

suportar os encargos decorrentes do desenvolvimento da prática desportiva e de beneficiação ou requalificação de infra-estruturas desportivas ou sociais já existentes; -

----- 5. Já desde o ano anterior foi levado a cabo um amplo processo de levantamento das situações concretas dos clubes e associações e diálogo com o movimento associativo, consubstanciado no «Documento Orientador e Formulários de Candidatura ao Programa de Apoio do Município de Lisboa ao Associativismo Desportivo para a época desportiva 2007- 2008» que culminou na entrega de candidaturas por parte de várias entidades e posterior apreciação objectiva e criteriosa pelo Pelouro, com vista à atribuição de tais apoios e na proposta aprovada em sessão de Câmara (Proposta n.º 1076/CML – aprovada em Dezembro de 2008); -----

----- 6. No referido processo foram definidos, previamente, pela CML os critérios em que se baseava tal atribuição e transmitidos a todos os clubes e colectividades do concelho de forma a cumprir com os princípios de Transparência, Igualdade e Justiça que devem presidir à distribuição equitativa dos recursos públicos; -----

----- 7. Embora o «Regulamento de Atribuição de Apoios do Município de Lisboa» (RAAML), publicado no Boletim Municipal n.º 771, de 27 de Novembro de 2008, se aplique, unicamente, aos apoios a atribuir em 2010 (nos termos conjugados dos n.ºs 1 e 4 do artigo 7.º), devendo ser respeitado o regime transitório estabelecido no artigo 24.º, o processo de candidatura aos apoios financeiros e não financeiros a atribuir no ano de 2009 decorreu já de acordo com o estipulado no mesmo; -----

----- 8. Foram verificados pelos serviços todos os requisitos legais respeitantes às diversas entidades que se candidataram e às quais se vai atribuir os apoios, nos termos da lei geral e do Regulamento de Execução do Orçamento em vigor; -----

----- 9. O valor do apoio a atribuir não obriga à celebração de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, nos termos do artigo 46.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro (Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto) e do n.º 2 do art. 2.º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro (Regime Jurídico dos Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo), norma especialmente aplicável ex vi do n.º 2, artigo 12.º do RAAML, parte final, quando refere: «sem prejuízo de introdução de outros elementos por força de dispositivos legais específicos aplicáveis às áreas identificadas no artigo 2º do presente Regulamento ou em função da natureza do projecto ou actividade». -----

----- 10. Se respeitaram, deste modo, os princípios de natureza substantiva, constantes do «Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa»; -----

----- 11. As entidades objecto da proposta de atribuição de apoios se encontram inscritas já na Base de Dados de Atribuição de Apoios (BDAA); -----

----- 12. Nos termos da alínea b), do n.º 4, do artigo 64.º, da referida legislação, compete à Câmara Municipal «Apoiar ou compartilhar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra»; -----

----- 13. O interesse, o investimento e a intervenção directa da Autarquia nas diversas acções, iniciativas e eventos de carácter desportivo se justifica plenamente em função do número de pessoas envolvidas na prática desportiva; -----

----- 14. O interesse da CML em assegurar a realização destas iniciativas e eventos com o menor investimento possível mantendo, contudo o nível de qualidade e participação nos mesmos; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere: -----

----- 1. Ao abrigo do disposto na alínea b), do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar a atribuição de apoio não financeiro que se consubstancia na isenção das taxas aplicáveis, que permitiram a realização e organização de diversas iniciativas no âmbito da actividade desportiva regular na época desportiva 2008/2009, de acordo com o descrito no mapa em anexo e que faz parte integrante da presente proposta. -----

----- 2. Ao abrigo do disposto na alínea c), do artigo 10.º e do n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, e da alínea b), do n.º 4 e alínea a), do n.º 6 do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar submeter à deliberação da Assembleia Municipal a isenção das taxas aplicáveis, que permitiram a realização e organização de vários eventos e iniciativas no âmbito do apoio à actividade regular dos Clubes e Associações na época desportiva 2008/2009, de acordo com o descrito no mapa em anexo e que faz parte integrante da presente proposta.” -----

----- **A Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico**, apresentou um Parecer relativamente a esta e outras propostas, o qual já se encontra transcrito nesta acta, no início da discussão da proposta 570/2009. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que a razão de estarem agora a discutir todas estas propostas em conjunto, tinha a ver com o facto de permanentemente chegarem à Assembleia uma série de propostas que já deveriam estar no Regulamento de Taxas. O Sr. Vereador dizia que tinha isso previsto, mas era um facto que já deveria estar tudo claro. -----

----- Ou seja, deveria estar claro no Regulamento de Taxas que as empresas municipais não pagavam taxas, que as Juntas de Freguesia também não deveriam pagar taxas porque, como era evidente, sendo autarquias do Município eram-lhes atribuídas taxas das quais depois pediam isenção, e também tudo o que eram ONG's, colectividades, etc., que provavam ter realidade objectiva e que prestavam um trabalho efectivo cultural, social e desportivo à cidade, substituindo-se até, às vezes, aos próprios órgãos municipais. Estava claro que essas não deveriam pagar taxas. -----

----- Depois, para isenção de taxas, deveria vir à Assembleia Municipal tudo aquilo que constituía uma decisão política. Por exemplo, se achavam que um evento era de tal maneira importante que justificava a isenção, naturalmente a Câmara propunha e depois, na Assembleia, cada força política tomava a posição que muito bem entendesse tomar sobre a matéria. -----

----- Portanto, esperavam que no próximo Regulamento de Taxas tudo isto viesse a ficar clarificado, porque havia imensos processos que deixariam de existir porque não faziam sentido nenhum. -----

----- Sobre as propostas em concreto, disse que o BE iria votar a favor da 638/2009 referente ao Aero Clube de Portugal, uma instituição antiga que merecia esta isenção;

sobre a proposta 659/2009, ainda que estivessem a falar de uma associação, a Associação de Turismo de Lisboa, da qual não só a Câmara era sócia porquanto havia muitas entidades que também o eram, tinha um problema que os levava a levantar várias interrogações sobre esta isenção. É que este acto da Associação de Turismo de Lisboa foi patrocinado pelo Casino, portanto iriam ter um acto onde ia haver publicidade do Casino e a Câmara ia isentar. Ora, se era isso, o Casino que pagasse as taxas. -----

----- No entanto, como era a Associação de Turismo de Lisboa, um órgão que para o BE era importante, não iriam votar contra mas abster-se-iam. -----

----- Em relação à proposta n.º 661, relativa ao World Music Festival, disse que achavam que era um assunto de importância, era bom para a cidade. A “Ler Devagar” tem tido um papel cultural activo na cidade, o BE até já ali tomara algumas posições sobre a “Ler Devagar”, mas tinham uma interrogação! É que, apesar de tudo, não era uma ONG, uma colectividade ou uma associação, mas sim uma empresa privada. Mas tendo em atenção alguns actos que têm tido em relação a algumas coisas que eram positivas para a cidade, também não votariam contra e iriam abster-se. -----

----- Quanto à proposta sobre a Carris estavam de acordo. Sobre a GEBALIS a questão situava-se naquilo que há pouco referira, isto é, não fazia sentido uma empresa municipal estar a pagar para depois a Câmara devolver o dinheiro. -----

----- Relativamente à proposta 758/2009, disse que estavam de acordo porquanto era um conjunto de entidades desportivas e culturais cujos eventos deveriam ser isentos do pagamento de taxas, e quanto à proposta 766/2009 também estavam de acordo no geral. Mas estando de acordo no geral e achando que ela devia ser aprovada, tinham uma dúvida até sobre a sua legalidade já que tinha uma rubrica no ponto 36, que ainda por cima era uma coisa irrisória, pois se reparassem no quadro viam que havia uma instituição para a qual se pedia a isenção, chamada “Grupo Informal de Funcionários, Gabinete do Vereador António Prôa”. -----

----- Ora, em primeiro lugar, não havia “Gabinete do Vereador António Prôa”. Já houve, pertencia ao passado. Ainda por cima estavam a falar de 64 euros! Se calhar, colectavam-se na Assembleia Municipal, davam 50 cêntimos cada um e pagava-se essa isenção! Mas sugeria que a proposta fosse à reunião de Câmara e retirassem isso dali, porque tinha dúvidas que isso fosse legal. Não tinha significado nenhum porque estavam a falar de 64 euros, mas do ponto de vista estrito da Lei parecia-lhes que isso não estava certo. -----

----- Portanto, gostariam de votar a favor, mas queriam que esta questão fosse devidamente clarificada. -----

----- Concluiu dizendo que esta era também a opinião de “Os Verdes”, que lhe pediram para a transmitir para que depois não gastassem tempo a dizer a mesma coisa. -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Brito**, no uso da palavra, começou por dizer que no essencial estava completamente de acordo com o que foi referido pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Marques. Isto é, havia ali muito trabalho que era desnecessário pelo que no novo Regulamento de Taxas deveria ser considerado que tudo o que era movimento associativo e outras entidades fossem, sistematicamente, excluídas desta praxe das taxas. -----

----- No entanto, no caso concreto que colocara, tinha a dizer que havia duas propostas: uma que respeitava a apoios recentes, e outra que deveriam classificar como sendo propostas extemporâneas, e necessitavam de pôr o conta-quilómetros a zero. Tinham, inclusive, propostas de 2007 que não tinham sido presentes à Assembleia e deveriam tê-lo sido porque não se poderia isentar de taxas um grupo, o tal Grupo Informal, autorizado pelo Vereador António Prôa. -----

----- Isto é, independentemente da justeza, ou não, da medida, era certo que ela foi feita, e, portanto, a proposta 766/2009 tratava de regularizar tudo o que deveria ter sido regularizado em tempo oportuno, e não foi. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que com certeza era importante que tivessem o esclarecimento da questão que ali foi colocada pelo Deputado Municipal Carlos Marques, sobre os 64 euros relativos a Janeiro de 2007.

----- Mas – disse dirigindo-se ao Sr. Vereador Manuel Brito – era também importante terem esclarecimentos que eram do seu mandato, ou seja do mandato do actual Executivo, como, por exemplo, apoios a épocas desportivas de 2007, 2008 e 2009 ao Agrupamento de Escolas e Piscinas dos Olivais, ponto 1; ponto 21, Clube Desportivo Escolar de Camões, na época de 2007/2008; ponto 29, Federação Portuguesa de Judo de 18 de Novembro de 2007; o célebre ponto 36; e não questionando o apoio mas a inserção formal do apoio que constava no n.º 53, em que não era nenhuma colectividade mas sim uma pessoa individual, concretamente a Sra. D. Adelaide Silva Fernandes Neto, em que estava previsto um apoio para o acompanhamento de duas crianças com dificuldades económicas, de Março a Julho de 2009, no âmbito da utilização da piscina da Penha de França. Seria importante, talvez, não ter esse apoio colocado nas colectividades mas sim num apoio diferente, fora do apoio ao movimento associativo, na época desportiva de 2008/2009, que, aliás, já acabara, mas já fariam sobre isso. -----

----- Por outro lado, também seria curioso perceber – e gostariam de ter ali esse esclarecimento – se em relação a essas fantásticas festas no Parque Mayer, que estavam a ser ilegalmente financiadas com verbas do Casino, era suposto, ou não, estarem também isentas de taxas, ou se essas taxas também iriam aparecer na Assembleia em Outubro, Novembro ou Dezembro de 2009, ou Janeiro ou Fevereiro de 2010 para regularizar essa situação. Era extremamente importante perceber se a uma ilegalidade que era a utilização abusiva e ilegal das verbas do Casino, se se juntava uma segunda que era a da suposta isenção de taxas, porque a Assembleia Municipal, para não prejudicar nas entidades, sempre pusera o carimbo à forma pouco diligente como a Câmara tem tratado estas questões neste mandato, pese embora as múltiplas chamadas de atenção ali feitas *ad nauseam*. -----

----- Quanto às propostas 638/2009 e 659/2009, disse que o PSD não tinha nenhuma questão especiais, a proposta 661/2009, tinha a ver com uma situação já ocorrida em Julho de 2009, mas admitiam que não tivesse havido tempo de a trazer à Assembleia. -----

----- Sobre a proposta 716/2009, disse que ela, da autoria do Sr. Vereador Sá Fernandes, foi aprovada em reunião de Câmara de 22 de Julho de 2009, e perguntava como era possível que em 22 de Julho de 2009 a Câmara aprovasse uma proposta que tinha uma adenda ao anexo um do protocolo, cujo conteúdo dizia que o Município estava

representado pelo Vereador Marcos Perestrello, quando em 22 de Julho de 2009 o Vereador Marcos Perestrello já estava fora da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Portanto, era até uma questão de legalidade que colocava em relação a essa proposta, no sentido de saber em que medida no dia 22 de Julho de 2009 a Câmara pudera aprovar e apresentar à Assembleia Municipal uma adenda em que tinha como seu representante o Vereador Marcos Perestrello. Era uma questão sobre a qual gostariam de ser devidamente esclarecidos. -----

----- Acerca da GEBALIS referiu que nada tinham a dizer. -----

----- Em relação à proposta 658/2009, disse que ela referia apoios para 2009 mas já estavam a afectar, “cativar”, verbas para 2010, e perguntava porquê já que em 2010 quem estivesse na Câmara é que decidiria se queria ou não queria prestar esse tipo de apoios a essas associações. -----

----- Depois, disse que era apresentada uma quantidade substancial de associações que iam merecer esses apoios, e tinham em anexo uma minuta de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, entre o Município e a ACAPO, em que, no caso concreto da ACAPO o apoio era não financeiro. Portanto aquilo que era pedido à Assembleia Municipal era a isenção das taxas, não era subsídio, ou seja, não estava detalhado na listagem anexa qual o valor em causa, mas só vinha para a ACAPO. Não vinha para todas as outras entidades, que presumia fossem todas aquelas que constavam da listagem. Ou seja, não sabiam qual era o valor das isenções que estavam ali a aprovar e, portanto, sem querer inviabilizar a aprovação das isenções, era fundamental que a Câmara lhes dissesse, caso a caso, qual o valor das isenções que constavam dos contratos a celebrar e não apenas o da ACAPO, que era de 30.000 euros. -----

----- Portanto, a proposta estava incompleta na sua apresentação, pelo que teria que ser corrigida para que o PSD a pudesse votar em conformidade. -----

----- Por fim, sobre a proposta 766/2009, a tal que tivera essas pequenas correcções relativas a 2007, disse que ela visava apoios não financeiros e isenção de taxas relativas à época desportiva de 2008/2009, que, como era sabido, já acabara. Neste momento a época desportiva em curso era a de 2009/2010. Portanto, tinham de perceber, e gostariam que o Sr. Vereador ali lhes explicitasse, por que era que a Câmara demorara tanto tempo a regularizar isenções superiores a 400.000 euros para uma época desportiva que, para a maior parte das modalidades, nos meses de Junho e Julho estava encerrada. -----

----- Estes, disse a terminar, eram esclarecimentos prévios que gostariam que a Vereação lhes desse antes de definirem como votariam estas propostas. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que o CDS-PP mantinha a sua posição nesta matéria de isenções de taxas, porque, de facto, começava a ser cansativo este rol de isenções que sistematicamente vinham à Assembleia Municipal fora de prazo, ou seja, na maior parte das vezes *a posteriori* em relação aos eventos a que diziam respeito, confrontando a Assembleia Municipal com uma política de facto consumado. -----

----- A sugestão do CDS-PP mantinha-se e esperavam que o próximo Executivo, fosse ele qual fosse, tomasse muito seriamente em mãos esta obrigação e esta tarefa para, de uma vez por todas, fazer um Regulamento de taxas como deveria ser, e que deixasse de

facto de ser apenas uma passagem para centenas de isenções, de forma arbitrária, que não lhes permitiam sequer avaliar o mérito das instituições às quais eram atribuídas nem o mérito das iniciativas que se propunha beneficiarem das isenções. -----

----- Por outro lado, para além das falhas que já apontara, continuava a insistir-se, embora já tenha havido alguma melhoria, na inexistência de informação sobre o valor das isenções, portanto a Assembleia continuava, em muitos casos, a discutir e votar instrumentos de isenção de cuja dimensão de valores não tinha qualquer conhecimento. --

----- Por outro lado, continuava também, porque nem sequer era obrigatório em termos daquilo que era o Regulamento de Taxas, a não haver qualquer apreciação dos benefícios que para a cidade e para o Município decorriam dessas iniciativas, as quais justificariam, em boa parte, os valores a isentar. Era mais uma falta de informação que levava a que as decisões da Assembleia continuassem a ser tomadas muito às cegas, quiçá mesmo com prejuízo das finanças camarárias. -----

----- Quanto à votação específica para cada uma das propostas, disse que ela seria decidida caso a caso e não iria agora tratar ali exaustivamente dessa questão. -----

----- **A Senhora Vereadora Ana Sara Brito**, no uso da palavra para esclarecer a questão da ACAPO, disse que constava da proposta o quantitativo. Como sabiam, foi aprovado o Regulamento de Atribuição de Apoios e desde que o pedido fosse feito depois do dia 22 de Fevereiro, era obrigatório a Câmara cumprir aquilo que foi aprovado em Câmara e na Assembleia. Ou seja, mesmo que não fossem verbas, desde que fosse a atribuição de um apoio tinha que se mencionar quanto valia a atribuição desse apoio. Portanto, a ACAPO tinha uma verba que correspondia a uma atribuição de um apoio. ----

----- **O Senhor Vereador Manuel Brito**, novamente no uso da palavra, referiu que, na realidade, as propostas 758/2009 e 766/2009 deveriam ter chegado à Assembleia Municipal mais cedo. Acontecia que optaram por virem em bloco no que respeitava à época desportiva de 2009/2010, mas a principal razão para que não tivessem chegado mais cedo à Assembleia tinha a ver com o facto de, na área do desporto, terem sido o primeiro sector a aplicar plenamente aquilo que estava disposto no Regulamento de Atribuição de Apoios, e isso causara muita dificuldade aos clubes e associações diversas para se inscreverem, assim como o próprio processo de avaliação das candidaturas. -----

----- Disse que o que estava ali em jogo não era o conjunto de apoio de carácter financeiro, mas apenas que a Assembleia aprovasse aquilo que eram as isenções de taxas. No entanto, para que houvesse plena consciência daquilo que se estava a aprovar, traziam à Assembleia, para conhecimento, a listagem completa das entidades e dos apoios que foram já aprovados em Câmara. -----

----- No tocante à proposta 766/2009, disse que o valor das isenções estava bem expresso na listagem. Esta proposta dizia respeito à época desportiva 2008/2009, eram as tais propostas extemporâneas como há pouco referira porque a maior parte desses eventos já se realizaram. Apenas havia dois eventos que se realizaram no último trimestre de 2007. Esse apoio abarcava 52 associações desportivas e uma pessoa individualmente considerada, que tinha a ver com as duas crianças que necessitavam, comprovadamente e por indicação médica, de utilizar uma piscina municipal, e esse processo foi solicitado ao Desporto pela Acção Social da Câmara, a que deram parecer favorável. -----

----- O apoio dizia respeito a 88 eventos realizados nos anos de 2008 e 2009, e as taxas eram aquelas que foram fixadas pela Câmara, e diziam respeito, em termos gerais, a apoios logísticos, materiais desportivos, cadeiras, mesas, flores, etc., a cedência de instalações desportivas municipais e a taxas pelo licenciamento de usos diversos: utilização do espaço público, colocação de propaganda, licença especial de ruído, etc. Portanto, este era o inventário de todas as taxas que, por mais ridículo ou baixo que fosse o valor, tiveram que trazer à Assembleia Municipal. -----

----- Mas, repetiu, tratava-se de normalizar tudo. Houve um momento difícil que foi a adaptação do movimento associativo e das estruturas da Câmara ao Regulamento aprovado na Assembleia Municipal. Neste momento tinham a consciência que estariam a agir em plenitude, pelo que achava que com a aprovação de um Regulamento novo de taxas muito do que agora vinha à Assembleia depois seria desnecessário, e, por outro lado, o calendário de execução seria mais apertado e, seguramente, melhor cumprido.-----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, novamente no uso da palavra, disse que estas coisas eram suficientemente sérias para que fossem todos devidamente esclarecidos. -----

----- Primeira questão: insistia que gostariam de ter ali uma resposta quanto à questão de eventuais isenções às actividades no Parque Mayer. -----

----- Segunda questão: não foram ali dados esclarecimentos quanto à situação de uma adenda ao protocolo com a Carris, em que o Município declarava, e assinava, como seu representante o Vereador Marcos Perestrello, em 22 de Julho de 2009, quando o Vereador Marcos Perestrello já não tinha nenhuma actividade na Câmara, enfim, já tinha feito cessar o seu mandato para assumir outras funções. -----

----- Quanto à questão da dificuldade do movimento associativo se conformar com o novo Regulamento aprovado pela Assembleia Municipal, que ficasse muito claro que quem definira as regras desse Regulamento foi a Câmara Municipal de Lisboa, portanto deveria ser ela a cuidar de definir regras que fossem facilmente assimiláveis pelo movimento associativo para evitar este tipo de situações. -----

----- Disse, depois, que o Sr. Vereador Manuel Brito referira, e muito bem, que aquilo que ali era colocado à Assembleia Municipal era a isenção de taxas, mas era um facto que para a Assembleia isentar o Sr. Vereador concordaria que era importante saber quanto era que estavam a isentar. -----

----- Ora, o que constava do quadro um eram os apoios financeiros, tanto que para a ACAPO o apoio financeiro, em 2009, eram 12.100 euros, e, em 2010, eram 400 euros, quando, e muito bem disse a Sra. Vereadora, na única minuta que ali tinham, que era a minuta da ACAPO, os apoios não financeiros, ou seja, as isenções, eram de 30.000 euros, portanto mais do dobro daquilo que eram os apoios financeiros. Ora, eram esses apoios não financeiros, era a contabilização colectividade a colectividade, associação a associação, que gostariam que a Câmara pudesse fornecer antes da votação da proposta 758/2009. É que para além da ACAPO precisavam de saber em quanto estavam a isentar cada uma das outras instituições, ou seja, em que era que se traduzia o apoio não financeiro, para que ali pudessem tomar uma deliberação sabendo aquilo que estavam a fazer. -----

----- A terminar, disse que percebia a argumentação quanto ao apoio às duas crianças, que seria com certeza importante, mas não fazia nenhum sentido que o Sr. Vereador integrasse isso numa proposta que dizia “Aprovação para submissão à Assembleia Municipal da isenção de taxas aplicáveis com vista à organização de iniciativas e eventos vários do movimento associativo desportivo”. Não era este o caso, esta não era uma iniciativa do movimento associativo, mas uma iniciativa de apoio social que utilizava um bem desportivo, ou uma infra-estrutura desportiva. Portanto, deveria ter sido autonomizado em termos de isenção. -----

----- **A Senhora Presidente**, uma vez que as propostas 758/2009 e 766/2009 enfermavam mais de problemas de forma do que propriamente de problemas de substância, mesmo a referência ao Sr. Vereador Marcos Perestrello era naturalmente uma mera rectificação, sugeriu que a Câmara clarificasse as propostas, aprová-las-ia, e como esta Sessão iria ter continuação na próxima semana nessa altura estariam em condições de ver as novas versões. -----

----- Mesmo a questão das duas crianças, naturalmente não se incluía no sumário da proposta, embora o sumário não vinculasse, como também sabiam, o conteúdo da proposta. -----

----- Obtida a concordância da Câmara e da Assembleia, essas duas propostas ficaram adiadas para a próxima reunião. -----

----- Depois, findas as intervenções, submeteu à votação as propostas, separadamente, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- **Proposta 638/2009** – aprovada, por maioria, com votos favoráveis do PS, PCP, BE e PEV, e a abstenção do PSD e CDS-PP. -----

----- **Proposta 659/2009** – aprovada, por maioria, com votos favoráveis do PS e PCP, votos contra do CDS-PP, e a abstenção do PSD, BE e PEV. -----

----- **Proposta 661/2009** – aprovada, por maioria, com votos favoráveis do PS, votos contra do CDS-PP, e a abstenção do PSD, PCP, BE e PEV. -----

----- **Proposta 716/2009** – aprovada, por maioria, com votos favoráveis do PS, PCP, BE e PEV, e a abstenção do PSD e CDS-PP. -----

----- **Proposta 756/2009** – aprovada, por maioria, com votos favoráveis do PS, PCP, BE e PEV, votos contra do CDS-PP, e a abstenção do PSD. -----

----- **PONTO 14 – PROPOSTA 664/2009 – APROVAR A CARTA DESPORTIVA DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NAS ALÍNEAS A) E B) DO N.º 3 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 664/2009 -----

----- Pelouro: Desporto – Vereador Manuel Brito; -----

----- Serviços: Departamento de Desporto. -----

----- “Considerando: -----

----- - O quadro legal plasmado na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, respeitante às atribuições municipais em matéria de desporto e, em particular, as alíneas f) e o), do artigo 13.º, bem como os artigos 21.º e 29.º do referido diploma; -----

----- - A competência dos órgãos municipais na participação no planeamento, gestão e realização de investimentos públicos em matéria de instalações e equipamentos para a prática desportiva e recreativa de interesse municipal, nos termos da alínea b), do n.º 1, e alínea c) do n.º 2, do artigo 21.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; -----

----- - A concretização do princípio constitucional expresso no artigo 79.º da Constituição da República Portuguesa, que exige a conjugação de esforços, nomeadamente, do governo e das autarquias, dos organismos da administração pública desportiva, das colectividades, das federações, das associações e dos clubes desportivos; -----

----- - A Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto, Lei n.º 5/ 2007, de 16 de Janeiro, nomeadamente, o artigo 8.º, n.º 1, quando refere, que «O Estado, em estreita colaboração com as Regiões Autónomas e as autarquias locais e entidades privadas, desenvolve uma política integrada de infra-estruturas e equipamentos desportivos com base em critérios de distribuição territorial equilibrada, de valorização ambiental e urbanística e de sustentabilidade desportiva e económica visando a criação de um parque desportivo diversificado e de qualidade, em coerência com uma estratégia de promoção da actividade física e desportiva, nos seus vários níveis e para todos os escalões e grupos da população.»; -----

----- - As atribuições e competências cometidas ao Departamento de Desporto (DD) e à Divisão de Equipamentos Desportivos (DED), de acordo com a reestruturação orgânica dos serviços da Câmara Municipal de Lisboa, tornada pública no Diário da República, n.º 271, de 23 de Novembro de 2002, Apêndice n.º 148 - A; Aviso n.º 9769-A/2202, de: «Elaborar e manter actualizado o diagnóstico desportivo e editar periodicamente a Carta Desportiva da Cidade»; -----

----- - As disposições conjugadas dos artigos 21.º e 29.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, da alínea a), do n.º 2 e alínea a), do n.º 6 do artigo 64.º e, nas alíneas a) e b), do n.º 3, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, -----

----- Considerando ainda que: -----

----- - A Carta Desportiva da Cidade de Lisboa se apresenta, por definição, como um instrumento estratégico fundamental para o desenvolvimento desportivo sustentado do Município, devendo os seus conteúdos estar em consonância e articulação com um modelo de desenvolvimento desportivo municipal de acordo com a definição de uma Política Municipal de Desporto; -----

----- - No seguimento do Plano Director Municipal (PDM) de 1994 se elaborou, em 1998, uma «Carta Municipal de Equipamentos Desportivos» e respectivo Regulamento Municipal que mereceu a aprovação por unanimidade, por parte da Câmara Municipal, (Proposta n.º 1/98 - Reunião de 7 de Janeiro) não tendo, posteriormente, prosseguido os restantes trâmites legais, identificados na dita proposta. Em 2006, foram efectuados estudos para a sua reformulação com a designação de «Carta dos Equipamentos Desportivos Municipais». -----

----- - Não se deu, pois, cumprimento ao disposto no artigo 127.º do Regulamento do Plano Director Municipal de Lisboa, aprovado pela Assembleia Municipal em 26 de

Maio de 1994 e ratificado por Resolução do Conselho de Ministros em 14 de Julho de 1994 que estipulava como obrigação da Câmara Municipal de Lisboa elaborar no prazo de 2 anos «Cartas Municipais de Equipamentos Desportivos, de Ensino e de Saúde, com uma actualização bienal, a submeter à apreciação das entidades competentes.» -----

----- - Decorreram 15 anos desde a aprovação do último PDM encontrando-se, neste momento, tal Plano em fase de revisão, de acordo com os procedimentos consignados no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, Decreto-Lei n.º 380/99, de 12 de Setembro e legislação complementar; -----

----- - O interesse e o investimento da Autarquia através da intervenção no planeamento sustentado e equilibrado dos equipamentos desportivos da cidade constitui um imperativo não apenas legal mas, sobretudo, de responsabilidade empenhada e activa na escolha das políticas de âmbito desportivo adequadas que permitam e contribuam, de facto, para um desenvolvimento da prática desportiva e incremento desportivo da população de Lisboa; -----

----- - Todo o propugnado na Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto, Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, reforça e dá cumprimento aos princípios fundamentais tutelados pela Constituição da República Portuguesa, em particular, artigo 79.º, quando refere: «Todos têm o direito à cultura física e ao desporto»; -----

----- - Na sequência da recente publicação do Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de Junho, estabeleceu-se a «obrigatoriedade de comunicação ao Instituto de Desporto Portugal, IP, das autorizações de utilização para actividades desportivas concedidas pela Câmara Municipal, cujos dados passam a ser registados nas Cartas das Instalações Desportivas que integra a Carta Desportiva Nacional». -----

----- - Se constituem e consignam como objectivos prioritários e essenciais da Carta Desportiva de Lisboa, ora apresentada, os seguintes: -----

----- . Caracterização da rede de instalações desportivas de base formativas de gestão municipal, de clubes e colectividades, da administração indirecta, nomeadamente, situadas em escolas e instalações militares e de gestão privada; -----

----- - Caracterização das instalações desportivas afectas a Escolas EB23 e Secundárias Públicas e abordagem do Desporto Escolar na Cidade de Lisboa; -----

----- - Caracterização das Federações e Associações de Modalidade sedeadas na cidade de Lisboa e do movimento associativo; -----

----- - Identificação de territórios onde exista carência de oferta de instalações desportivas; -----

----- - Apresentação de medidas com vista à satisfação das carências diagnosticadas que incluem a requalificação de instalações desportivas existentes e a programação de novos espaços desportivos, alguns dos quais sem parcela definida; -----

----- - A definição de estratégias que permitam dotar a cidade de Lisboa de uma rede hierarquizada de instalações desportivas adequadas à realidade desportiva actual e às procuras emergentes, tendo em conta as condições sócio - demográficas do concelho de Lisboa, assegurando o acesso de todos os cidadãos à prática desportiva; -----

----- - A sensibilização dos serviços municipais envolvidos no processo de construção e manutenção da cidade, para a importância do Desporto e suas especificidades, uma vez que a concretização de alguns destes objectivos dependem da existência de terrenos, com características físicas e ambientais adequadas à implementação das propostas feitas no âmbito dos Planos Municipais de Ordenamento do Território e de Loteamentos de iniciativa particular. -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere -----

----- Aprovar e submeter à Assembleia Municipal para deliberação, em função das disposições conjugadas dos artigos 21.º e 29.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, da alínea a), do n.º 2 e alínea a), do n.º 6 do artigo 64.º e, nas alíneas a), e b), do n.º 3, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, -----

----- A Carta Desportiva de Lisboa, ora anexa, e que faz parte integrante da presente proposta, cujas orientações programáticas fundamentais se explicitam, nos termos e condições seguintes: -----

----- - A confirmação da afectação dos terrenos existentes identificados na presente Carta Desportiva de Lisboa como de uso desportivo (Mapa n.º 18); -----

----- - Consignar a obrigatoriedade de inclusão da necessária reserva de terrenos nos loteamentos de iniciativa particular e municipais relativamente às instalações desportivas sem localização definida (Mapa n.º 19); -----

----- - A criação de um Sistema de Monitorização que vise a concretização da rede de Instalações Desportivas, de acordo com os seguintes princípios que serão oportunamente objecto de regulamentação específica no âmbito do novo PDM: -----

----- - O Departamento de Desporto seja consultado e emita parecer obrigatório acerca das Instalações Desportivas a propor, sempre que ocorra uma operação urbanística – Planos de Pormenor ou de Urbanização, Loteamentos – ou proposta no caso de Licenciamentos/Comunicação Prévia; -----

----- - A criação de mecanismos de articulação com os serviços municipais de Gestão e Planeamento Urbanístico, Património Imobiliário e Planeamento Estratégico com vista a potenciar a sua eficiência e operacionalidade de modo a garantir a reserva de espaços adequados à implementação das propostas que ainda não se encontram territorializadas, por envolverem processos complexos de negociação ou avaliação da viabilidade do edificado; -----

----- - A afectação de meios técnicos e humanos de modo a que a execução, monitorização e acompanhamento executivo da Carta Desportiva de Lisboa possa ser efectivamente concretizada, mantendo-se, desde modo, a Base de Dados Georeferenciada em permanente actualização; -----

----- - A elaboração bianual do Relatório do Estado do Ordenamento do Território, na área do Desporto; -----

----- - A revisão e actualização da presente Carta Desportiva Municipal, de acordo com a legislação em vigor e sempre que se defina um novo modelo demográfico, atendendo às novas dinâmicas populacionais e às previsões de evolução no âmbito do novo Plano Director Municipal.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Brito**, no uso da palavra para apresentação da proposta, disse que se tratava de apresentar a Carta Desportiva de Lisboa, e reforçava essa expressão, Carta Desportiva de Lisboa, porque não se tratava apenas, como era usual nestas circunstâncias e acontecia em muitos Municípios, a Carta das Instalações Desportivas, mas a Carta Desportiva de Lisboa. Isto é, identificando, para além das instalações desportivas, um conjunto de dados para o reconhecimento da situação desportiva de Lisboa. -----

----- Tratava-se de um documento estratégico fundamental, a par de outras cartas, como a Carta Educativa ou a Carta de Saúde, e, em suma, o que se visava era combater aquilo que tem sido a prática da Câmara ao longo de muitos anos, que era um certo casuísmo na distribuição dos equipamentos desportivos. Portanto, que houvesse uma decisão baseada em factos, em dados da investigação, da técnica, do planeamento e não propriamente optar pelo casuísmo ou o laxismo, o que achava ter sido uma prática muito usual. -----

----- Disse, depois, que a Carta Desportiva tinha duas linhas de acção principais: identificar as instalações desportivas existentes e as instalações desportivas a construir, pelo que havia prioridades de intervenção, de acordo com orientações do planeamento urbanístico, que tinham a ver com uma primeira prioridade de construção de um a três anos, uma segunda prioridade de quatro a sete anos, e uma terceira prioridade de oito a dez anos, para além de uma outra prioridade ainda não imediatamente definida. -----

----- Mas havia aí um dado muito importante que era o seguinte. As normas nacionais sobre esta matéria, da DGOT e do Instituto do Desporto, recomendavam, tal como a UNESCO e o Conselho da Europa, que houvesse quatro metros quadrados de área desportiva útil por habitante, área desportiva útil essa que se referia aos equipamentos de base formativa, que eram equipamentos formais cuja tipologia estava identificada pela Lei e por normas sobre essa matéria, e Lisboa tem sido muito prejudicada. Lisboa, aliás, era dos piores concelhos do País, unicamente tinha um valor de 1,61 metros quadrados por habitante, pelo que atingir-se a meta dos quatro metros quadrados era uma tarefa muito, muito difícil. -----

----- Aliás, devia referir que o único exemplo que conhecia de planeamento, persistente e sistemático, foi o da Alemanha em que fizeram um plano com essas características, que estivera previsto para 15 anos e demorara 40 anos a fazer. -----

----- Portanto, teria de haver muita estabilidade política e uma visão e um pensamento estratégico quanto a esta área. Aliás, a importância desta Carta é que ela tratava de defender, nalguns casos, equipamentos que estavam em risco, por exemplo o caso do Complexo Desportivo da Lapa, definir o que eram exactamente instalações desportivas, e, por outro lado, procurar garantir que áreas novas da Cidade de Lisboa, como, por exemplo, a zona do Parque das Nações, que neste momento era talvez a pior zona de Lisboa, tivessem garantido o princípio de possuírem equipamentos desportivos. -----

----- Referiu que hoje o desporto era fundamental na qualidade de vida dos cidadãos, a rede desportiva era a maior rede social do mundo, em Lisboa eram mais de 300

instituição desportivas, eram 12.000 em Portugal, 700.000 clubes na União Europeia, pelo que era um movimento social muito poderoso. -----

----- Tinham neste momento um dado que fazia reforçar a importância desta Carta. É que o último estudo europeu sobre esta matéria apontava que Portugal tinha o menor índice de prática desportiva da União Europeia, o que tinha graves implicações na saúde considerando que os cidadãos tinham uma vida sedentária, sedentarismo que levava a doenças muito perigosas como a diabetes. Por exemplo, a diabetes tipo dois, que era uma doença dos adultos, hoje já era, infelizmente, uma doença de crianças e jovens, mas também outro tipo de doenças como as cardiovasculares ou pulmonares. -

----- Seguidamente, disse que havia neste caso um problema muito grande no plano da cidadania, o valor do associativismo, mas havia um enorme plano no valor da cidade. A esse propósito referiu que há muito se sabia que um dólar aplicado na actividade desportiva resultava numa poupança de 3,2 dólares em despesas de saúde. -----

----- Numa última nota, disse que a Carta Desportiva foi aprovada em Câmara no dia 29 do mês de Julho passado, isto é, no momento exacto em que ela deveria ser aprovada, e não antes porque não poderia ser aprovada antes, já que estava à espera, e estava a acompanhar pessoalmente bem esse processo, da aprovação do Decreto-Lei 141/09, de 16 de Junho, e não da Lei como se referia no Relatório da Comissão de Urbanismo, um documento com milhares de páginas que estavam a ser elaboradas pelos serviços da Câmara de uma forma muito empenhada e muito competente, e a Carta Desportiva de Lisboa seria a mais actualizada do País. -----

----- Tratava-se de um documento técnica e estrategicamente notável, feito por uma equipa multidisciplinar que envolvia técnicos de desporto, sociólogos, antropólogos, técnicos de urbanismo e planeamento, portanto conseguiu-se agregar uma equipa multidisciplinar que fizera um trabalho muito bom. -----

----- Portanto, esta Carta não podia ser aprovada antes, pelo que qualquer referência a oportunismo ou eleitoralismo seria um abuso de linguagem e de oportunidade política, e desejava também esclarecer que não estava em gestão corrente, esta Carta seria aprovada em Assembleia Municipal no exacto momento em que deveria ser, sendo que a sua não aprovação constituiria um facto muito grave para o desporto e para a Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, no uso da palavra na qualidade de Secretário da Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida, apresentou o Parecer que a seguir se transcreve: -----

PARECER

----- “A 2.^a Comissão Permanente do Ambiente e Qualidade de Vida, recebeu da Câmara Municipal de Lisboa a Proposta n.º 664/2009 relativa a projecto de Carta Desportiva do Município de Lisboa, sobre a qual recaiu Despacho da Sr.^a Presidente da Comissão, para produção do competente Parecer. -----

----- Reunida a 2.^a Comissão para análise dos termos da Proposta em 14 do corrente, concluiu o seguinte: -----

----- 1. O quadro legal existente, especificamente a Lei n.º 159/99 de 14 SET, a Lei n.º 5/2007 de 16 Janeiro, Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto e a própria

Constituição da República, tornam necessária a existência de instrumentos estratégicos para enquadrar e desenvolver a actividade desportiva em Lisboa, representados numa Carta Desportiva da cidade. -----

----- 2. Pela análise dos documentos incluídos, constata-se na generalidade a bondade dos objectivos perseguidos, não sendo porém possível dispensar uma análise ponderada das soluções adoptadas na Proposta. -----

----- 3. Perante a relevância deste essencial instrumento regulador, será imprescindível aprofundar a metodologia, critérios e soluções adoptadas na Proposta, após devida audição do Sr. Vereador responsável pela sua elaboração. -----

----- Pelo que a Comissão de Ambiente e Qualidade de Vida emite o seguinte Parecer:

----- Independentemente da dedicação que os serviços camarários decerto emprestaram na execução desta Proposta de Carta Desportiva de Lisboa, a 2.^a Comissão Permanente só poderá pronunciar-se fundamentada e definitivamente quanto à sua qualidade técnica e validade das conclusões, após audição do respectivo Vereador. -----

----- Este Parecer mereceu a concordância unânime da Comissão do Ambiente e Qualidade de Vida.” -----

----- Finda a leitura do Parecer, acrescentou que esta conclusão não significava menor disponibilidade do Sr. Vereador em ser ouvido em sede de Comissão, mas apenas o facto do Sr. Vereador estar presente no mesmo dia e hora perante a Comissão de Urbanismo. -----

----- Tivera a 2.^a Comissão, aliás, a oportunidade de assistir a parte dessa reunião, não permitindo, no entanto, as circunstâncias desenvolvimento da audição, no sentido específico do Ambiente e Qualidade de Vida e que a própria Comissão considerava imprescindível. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra na qualidade de Presidente da Comissão Permanente Urbanismo e Mobilidade, apresentou o Parecer que a seguir se transcreve: -----

----- **PARECER** -----

----- “Por solicitação da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa reuniu a CPUM, dia 14 de Setembro com a presença do Sr. Vereador Dr. Manuel Brito e de dirigentes e técnicos do Departamento de Desporto da Câmara Municipal de Lisboa tendo sido feita à Comissão uma exposição sobre a evolução, as necessidades e os objectivos do Parque Desportivo da Cidade de Lisboa, bem como todo o desenvolvimento dos trabalhos da Carta Desportiva a qual resulta da aplicação da recente Lei 141/2009. -----

----- Este trabalho totalmente realizado pelo Departamento do Desporto representa um importante acervo, cuja aplicabilidade será de grande utilidade independentemente do destino desta proposta em concreto. -----

----- Tendo em atenção a grande proximidade do acto eleitoral que levará à constituição de um novo Executivo, à necessidade de aprofundar a multiplicidade de matérias que esta proposta nos apresenta e ainda a que o seu êxito e importância estão intimamente associados à Revisão do Plano Director Municipal a qual já não será completada pelo actual Executivo, a CPUM recomenda, por maioria, à Assembleia Municipal de Lisboa

que solicite à Câmara Municipal de Lisboa a retirada da Proposta n.º 664/2009 para reapreciação pelo próximo executivo. -----

----- A CPUM aproveita a oportunidade para agradecer as explicações dadas pelo Sr. Vereador Manuel Brito e todo o trabalho desenvolvido pelos técnicos do Departamento do Desporto.” -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, no uso da palavra na qualidade de Presidente da Comissão Permanente Educação, Juventude e Desporto, apresentou o Parecer que a seguir se transcreve: -----

----- **PARECER** -----

----- “A Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto da Assembleia Municipal de Lisboa reunida no passado dia 14 de Setembro analisou a proposta n.º 664/2009 referente à Carta Desportiva de Lisboa. -----

----- A Comissão, ao ser confrontada com a apreciação desta proposta a menos de um mês das eleições autárquicas decidiu, apenas com o voto contra do elemento do Partido Socialista (P.S.), que não estavam reunidas as condições políticas para discutir um documento de planeamento deste género pois ele deve merecer um maior debate e reflexão.” -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, começou por dizer que o desporto era uma responsabilidade dos indivíduos, das famílias, da escola, das autarquias e do Poder Central. Todas essas entidades intervinham, de uma maneira decisiva, naquilo que era actividade desportiva que cada indivíduo pudesse vir a realizar. O desporto não era só, naturalmente, os equipamentos, as infra-estruturas, as piscinas, os pavilhões, as áreas de lazer, os campos de jogos, era todo o complexo que envolvia a prática do desporto pela população, era a sua acessibilidade, era a resposta às suas necessidades e, portanto, toda essa arquitectura era óbvio que teria que estar contida naquilo que seria a Carta Desportiva da Cidade de Lisboa.

----- E isso, obviamente, sentiam que era uma necessidade! Era uma necessidade objectiva saberem exactamente qual era o caminho e qual a vontade que a Câmara tinha relativamente àquilo que era o desenvolvimento do desporto e da actividade física na Cidade de Lisboa, reconhecido como era, universalmente, que a prática desportiva era salutar, era útil e imprescindível à formação, à vivência, à animação, ao lúdico, era um benefício à ocupação útil dos tempos livres, portanto um benefício para os praticantes em termos de saúde, em termos sociais, etc. -----

----- Por isso, era importante que a Câmara entendesse o desporto de uma forma activa, compenetrada e séria. E um dos objectivos da responsabilidade da Câmara, era a sua participação na execução de equipamentos, na sua distribuição, estabelecer em PDM quais eram as áreas, de acordo com um processo que, aliás, esta proposta da Carta Desportiva apresentava, de forma a que houvesse uma correspondência na distribuição dos equipamentos e a sua aplicabilidade de acordo com essas áreas, e não freguesia a freguesia, não rua a rua, não prédio a prédio, mas sim num ambiente e numa divisão maior. Era importante que assim se fizesse, mas também era importante que a Câmara sentisse a necessidade de promover a prática desportiva através das suas

actividades, através das suas iniciativas para que a população jovem e a população sénior pudessem ter acesso à prática desportiva. -----

----- Daí que, ao longo dos anos, promovido, primeiro, no tempo do Eng.º Nuno Abecasis, e depois no mandato do PS/PCP, tivessem sido desenvolvidas pela Câmara inúmeras actividades de carácter desportivo que iam desde os Jogos Desportivos da Cidade de Lisboa até à “Praia-Campo”, até ao “Desporto Mulher”, até ao “Desporto Faça Você Mesmo”, um conjunto enorme de actividades a que a população tinha acesso e poderia participar activamente desenvolvendo-se, portanto valorizando-se socialmente. -----

----- Infelizmente, no mandato anterior parte dessas actividades não tiveram execução e neste continuaram a não ter. No mandato anterior, apesar de ele ser da responsabilidade do PSD, ali na Assembleia Municipal tiveram oportunidade de referir várias vezes a necessidade da retoma desse tipo de actividades, pois elas eram fundamentais para o desenvolvimento da cidade. -----

----- A Carta Desportiva também era isso! A Carta Desportiva também era aquilo que é a vontade do Município em desenvolver, em actuar, em estar na primeira linha do desenvolvimento desportivo da cidade. E a Carta Desportiva tinha que referir os equipamentos mas tinha que referir também as áreas de lazer, tinha que ser uma panóplia daquilo que eram as formas e os locais onde a população poderia desenvolver a actividade física e com isso valorizar-se. -----

----- Portanto, era uma discussão profunda que depois teria que ter aplicabilidade naquilo que seria a revisão do PDM, porque a Carta Desportiva, como a Carta Escolar e todas as outras cartas, se não tivessem aplicabilidade no PDM não eram nada! Acabariam por reverter, apenas, numa mera intenção em relação a uma posição municipal. -----

----- Por isso, retomando aquilo que tem sido dito pelo PSD, achavam importante que os trabalhos tivessem sido desenvolvidos, reconheciam a qualidade desses trabalhos, pelo menos nalguns aspectos que tiveram oportunidade de apreciar, necessitavam de aprofundar seriamente todas as suas aplicações e funcionalidades, e necessitavam ainda de concatenar esse trabalho com aquilo que era a revisão do PDM, porque, senão, nada fazia sentido. -----

----- Por essa razão, era de todo recomendável, como várias forças políticas ali o salientaram, que a Carta Desportiva, que era importante, viesse a ser discutida no próximo mandato. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra, disse que apesar de ontem ter tido oportunidade, em sede da Comissão de Educação, de estar presente na apresentação que o Sr. Vereador fizera da Carta Educativa, apesar dos elementos extremamente importantes de caracterização da situação do desporto em Lisboa, que a mesma contemplava, e apesar do trabalho ter sido feito inteiramente por técnicos dos serviços da Câmara, o que era de sublinhar porque se tratava de um trabalho de grande envergadura, tinham dois reparos de pormenor a fazer à proposta: um, que dizia respeito à caracterização dos equipamentos da rede escolar, e, outro, que tinha a ver com algumas deficiências na actualização dos dados que, apesar também de todo

o esforço feito nesse sentido e de ser mais actualizada, ainda apresentava essas deficiências. -----

----- Mas, para o PCP, a questão fundamental era o tempo de apresentação. Percebiam perfeitamente que o Sr. Vereador tivera que esperar a saída do diploma no dia 16 de Junho, mas nesta altura, a escassas semanas das eleições, parecia-lhes que não era muito correcto estarem a apreciar esta proposta. -----

----- Isto porque, e esta é que era a questão fundamental, um documento desta envergadura merecia muito mais tempo de reflexão que aquele que efectivamente tiveram para a apreciação da proposta. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Fernandes (BE)**, no uso da palavra, começou por dizer que entendia a actual Vereação apresentar agora a Carta Desportiva do Concelho de Lisboa, porque a justificação para tão tardio agendamento ficara-se a dever à recente aprovação de um Decreto-Lei, pelo Governo, para regularizar este tipo de planos. Ou seja, a Vereação esperara, pacientemente, que o Governo aprovasse o diploma para depois poder coadunar a sua Carta com os objectivos da lei, o que era uma intenção louvável mas que atrasara irremediavelmente a apresentação da Carta Desportiva à Assembleia Municipal. -----

----- Assim, na sequência das decisões das diferentes Comissões que apreciaram a Carta, o BE entendia que, a menos de um mês das eleições autárquicas, não fazia sentido discutir e aprovar um documento que necessitaria de melhor apreciação. -----

----- Nesse sentido, juntava-se a outros Grupos Municipais para que o Executivo retirasse da discussão a referida Carta Desportiva, e que a próxima Vereação, se assim o entendesse, a apresentasse no próximo mandato. Caso contrário, o BE abster-se-ia na votação, o que dado o interesse do diploma seria injusto para os trabalhadores da Câmara que nele trabalharam com tanto afincio. -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Brito**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, começou por dizer que não estavam em gestão corrente. A Lei 47/2005, no seu artigo 1º, n.º 2, era bem clara sobre essa matéria. Esse período era aquele que mediava entre a realização de eleições e a tomada de posse dos novos órgãos eleitos, pelo que a Câmara estava na plenitude de funções. -----

----- Referiu que a Carta Desportiva, se foi apresentada agora, não foi à espera da boleia do diploma governamental, mas foi um exercício metódico ao longo de dois anos, que tivera um tempo de espera para ajustar a terminologia de acordo com aquilo que estava na Lei, porque, senão, seria pura perda de tempo. Mais nada! -----

----- De resto, como se imaginava, desde a saída da Lei, que foi em Junho, não seria fisicamente possível completar uma Carta Desportiva com milhares de páginas. Portanto, houve um compasso de espera de um ou dois meses, tanto mais que ele próprio tinha conhecimento de uma proposta nesse sentido, porque é membro do Conselho Nacional do Desporto e foi relator da Lei. -----

----- Portanto, ele próprio recomendara aos serviços da Câmara um compasso de espera para que a Carta Desportiva fosse aprovada no momento adequado. Mas várias expressões foram muito interessantes: “apesar de”, “apesar de”, “apesar dos trabalhadores serem muito competentes”, “apesar de”, “apesar de”, enfim, a frase

sintetizava-se nisto: “ou retiram, ou nós reprovamos”. Pois bem, “entre a espada e a parede”, sempre a espada, pelo menos consigo! -----

----- Porque achava absolutamente injusto para com a dedicação e a competência dos técnicos da Câmara, uma equipa de dez pessoas, dirigida por uma grande especialista, porque esse trabalho era independente das maiorias que estavam no poder, era um trabalho que tinha que ficar. Era independente deste Executivo ou do próximo, a menos que o próximo, conforme tem sido dito por uma líder do PSD, quisesse também rasgar aquilo que ali estava. -----

----- Dirigindo-se directamente ao Deputado Municipal Victor Gonçalves, de quem disse ser amigo há 40 anos, referiu que não valia a pena falar de modo abstracto sobre desporto. Não valia a pena! Não estava ali para aquecimentos, estava para jogar! Já que estavam a falar de desporto, nessa coisa do aquecimento e andar à volta que não contassem consigo. Que não contassem! -----

----- Mas que não falassem de desporto, mas antes da Carta Desportiva. É que ontem, na reunião da Comissão, o Deputado Municipal Victor Gonçalves mostrara que nem sequer a conhecia. De facto, foi convidado apenas para a Comissão de Urbanismo, e à entrada, o Deputado Municipal Victor Gonçalves, Presidente da Comissão, dissera-lhe que não a conhecia! Alguém lhe tivera que lembrar que havia documentos anexos: Dissera que eram duas páginas! Eram milhares de páginas! Portanto, estavam entendidos quanto ao conhecimento do Deputado Municipal Victor Gonçalves quanto a essa matéria. -----

----- Quanto às outras Comissões, era tudo muito para aprofundar, com certeza! Estava absolutamente de acordo, até é professor tinha obrigação de explicar tudo, independentemente do tempo de apreensão de cada um, porque havia uns que eram mais rápidos e outros mais lentos a apreender. Disponibilizara-se para estar, no mínimo, duas horas, mas só foi convidado pela Comissão de Urbanismo, porque as outras não o convidaram. Aliás, poderiam ter feito um exercício muito importante que era haver uma reunião conjunta de Comissões, ou sequencial, porque se disponibilizara para tudo. Agora, não se disponibilizava era para farsas políticas. -----

----- Estou em funções, cumpro, não retiro a proposta, disse a rematar. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que o Sr. Deputado Municipal Victor Gonçalves referira que enquanto não estivesse aprovada a revisão do PDM não fazia sentido aprovar este tipo de cartas, e, a propósito, desejava referir algumas notas porque já não era a primeira vez que isto era referido. -----

----- Disse, então, que a versão preliminar do PDM estava no *site* da Câmara. Dessa versão constavam o REOT – Relatório do Estado do Ordenamento do Território, constavam todos os relatórios sectoriais, constava a planta-síntese e a proposta de regulamento. Em Janeiro de 2009 foi feita a apresentação do REOT; em 23 de Abril de 2009, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, foi feita a apresentação ao Executivo e foram convidadas as Comissões da Assembleia Municipal para fazer o acompanhamento da evolução dos estudos do PDM; em 29 de Maio realizara-se a conferência “Lisboa uma Cidade com Futuro – o PDM de Lisboa”, na Reitoria da Universidade Nova, para a qual foram convidadas as Comissões da Assembleia

Municipal; em 20 de Julho, na Sociedade de Geografia, foi realizada uma outra sessão “O PDM e os outros Instrumentos de Ordenamento do Território”, para a qual foram convidadas as Comissões da Assembleia Municipal; e de Junho a Julho todas as sextas-feiras realizaram-se, na Câmara Municipal de Lisboa, reuniões em que foram convidados os 17 Vereadores e os respectivos gabinetes para acompanharem os vários estudos, porque em cada uma das reuniões foi apresentada uma parte dos trabalhos de apresentação do PDM. -----

----- Por outro lado, lembrava também que ao longo dos dois últimos anos, e seria bom que tivessem presente que dois anos não eram quatro, foi feito um conjunto muito alargado de estudos estratégicos, dos quais foram aprovados na Assembleia Municipal a Carta Escolar, a Carta dos Equipamentos de Saúde, o Plano Local de Habitação que foi rejeitado hoje, e estava agora em discussão a Carta Desportiva. Mas foram muitos outros estudos sectoriais que foram feitos. -----

----- E os Senhores Deputados Municipais não se podiam esquecer que o actual PDM, no seu artigo 120º, estabelecia qual era a percentagem de área que tinha que ser cedida para equipamentos e para espaços verdes por cada cem metros quadrados de área, fosse de habitação, fosse de escritórios, fosse de comércio ou fosse de indústria. -----

----- Isso estava lá estabelecido! O que faltava, até para o actual PDM, era saber a localização dos equipamentos, e era nisso que as cartas estratégicas eram de todo indispensáveis. -----

----- Portanto, independentemente de mais cedo ou mais tarde virem a ter o PDM, era importante saber se, por exemplo, os centros de saúde que iam ser construídos estavam de acordo com a Carta de Saúde que foi aprovada, se as escolas que estavam a ser feitas estavam de acordo com a Carta Escolar que foi aprovada, e que os equipamentos desportivos que tinham que fazer teriam que estar de acordo com a carta que foi feita, que deveria ser aprovada na Assembleia. Porque a verdade era esta: se tivessem equipamentos de desporto para fazer, já tinham pouco tempo para os deliberar até ao fim do mandato, mas era um facto que se tivessem que os fazer iriam fazê-los de acordo com as localizações previstas na Carta Desportiva. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, novamente no uso da palavra, disse, dirigindo-se ao Sr. Vereador Manuel Brito, que ele era relativamente há pouco tempo Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, portanto não tivera oportunidade de estar muitas vezes na Assembleia. A Assembleia Municipal de Lisboa tem uma história, e não seria qualquer discurso inflamado, como o Sr. Vereador ali fizera, que iria alterar a vontade de própria Assembleia. Ela tinha uma história, uma tradição e uma forma de actuar, e ninguém fazia chantagem sobre a Assembleia. -----

----- É que aquilo que o Sr. Vereador ali fizera foi uma forma de chantagem, quase como que dizendo “votem senão isto é uma desgraça”. O PSD tinha consciência de toda a oportunidade em relação às matérias que eram ali apresentadas, quando se falava da oportunidade isso não queria dizer que não se pudesse valorizar os temas ali trazidos, mas tinham também que considerar que eles não eram oportunos. -----

----- Disse que o Sr. Vereador referira, e bem, que ele lhe dissera que não teve tempo de ver a carta desportiva com toda a profundidade, mas era um facto que tivera

oportunidade de ouvir o Sr. Vereador, de ler a sua longa intervenção que fizera na Câmara para ter uma ideia genérica da Carta, e efectivamente tinha uma ideia genérica do que era a intenção do Sr. Vereador em relação à Carta Desportiva. -----

----- Agora, entendia que não se podiam sujeitar a normas que não podiam ter a mínima aplicação neste mandato, que obviamente só teriam no próximo por um outro Executivo que não sabiam qual era, e estavam a dois passos de o saber. -----

----- Concluiu dizendo que a atitude do Sr. Vereador, peremptória, um bocado agressiva até, não lhe ficava nada bem, pelo que, como grande amigo seu de longa data, recomendava-lhe mais calma. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, novamente no uso da palavra, disse que o Sr. Vereador referira que não pactuava com farsas políticas e com um conjunto de outras coisas, e depois defendera os trabalhadores da Câmara, pelo que, a esse propósito, desejava dizer-lhe que se havia força política que defendia os trabalhadores da Câmara, desde há muito tempo, era justamente o PCP. Nunca ali colocaram em causa o trabalho dos trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Mas em relação aos trabalhadores era pena que esta Câmara Municipal, noutros momentos, não tivesse tido a mesma postura que o Sr. Vereador estava a ter. Recordava-lhe que a sua colega, Vereadora da Educação, já chamara, inclusivamente, info-excluídos aos trabalhadores da Câmara, já deixara degradar instalações que eram locais de trabalho dos trabalhadores da Câmara. Aliás, a Câmara permanentemente entregava os espaços verdes ao exterior porque não investia nos seus trabalhadores. ---

----- Mas não era nada disso que estava ali em causa! O trabalho técnico estava feito, era reconhecido, mas a verdade era que para além do trabalho técnico e do conhecimento técnico era também preciso a determinação e a vontade política para concretizar, e, neste momento, o Sr. Vereador não tinha condições para concretizar a Carta Desportiva. Era isso que estava em causa, porque o trabalho técnico não se perdia. Agora, ninguém ia praticar actividade física na cidade em cima de uma carta! -

----- Concluiu dizendo que o trabalho técnico mantinha-se, e em Novembro certamente a Assembleia Municipal iria discutir essa Carta Desportiva. Era isso que estava em causa. -----

----- **A Senhora Presidente**, uma vez que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 664/2009, tendo a Assembleia deliberado rejeitá-la, por maioria, com votos contra do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, votos favoráveis do PS, e a abstenção do BE. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Mais uma vez a Câmara prefere jogar aqui o papel do mártir ao manter, de forma inconsequente, eu diria mesmo irresponsável, propostas que consensualmente, por força da dimensão estratégica que têm, deveria ter aqui apresentado há mais tempo, e não apenas acordado na 25ª hora para, a três semanas de eleições, apresentar estes mesmos documentos estratégicos, e nessa medida o PSD já aqui disse, não nesta

Sessão mas em sessões anteriores, que o espaço de manobra era cada vez mais estreito para o Município apresentar aqui propostas que quer estruturantes da cidade. -----

----- Essas propostas são apresentadas em tempo oportuno, em tempo que não colida com o acto eleitoral como é este caso. -----

----- E, nessa medida, esta e outras propostas que tenham este tipo de natureza, o PSD continuará a suscitar a sua retirada, ou então votará contra as mesmas propostas.” -----

----- **PONTO 15 – PROPOSTA 667/2009 – APROVAR A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS E DA DESIGNAÇÃO DA EPUL – EMPRESA PÚBLICA DE URBANIZAÇÃO DE LISBOA, QUE SE PASSARÁ A DESIGNAR “EPUL - EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DE LISBOA EEM”, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA L) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 667/2009 -----

----- Pelouros do Urbanismo e Planeamento Estratégico e das Finanças, Património, Recursos Humanos e Modernização Administrativa: Vice-Presidente Manuel Salgado e Vereador José Cardoso da Silva -----

----- “Considerando que: -----

----- - foi deliberado em reuniões de Câmara Municipal de 23 e 30 de Julho de 2008 aprovar a proposta n.º 600/2008, para ser submetida a aprovação da Assembleia Municipal a alteração dos Estatutos e da designação da EPUL - Empresa Pública de Lisboa, que se passará a designar “EPUL- Empresa Pública de Lisboa, EEM”; -----

----- - em sede de análise pela Assembleia Municipal, as Comissões Permanentes de Urbanismo e Mobilidade e de Habitação (3ª Comissão) e Reabilitação Urbana e Bairros Municipais (4ª Comissão), considerando embora que a proposta da Câmara se encontrava em condições de ser discutida e votada, apresentaram sugestões de alteração e observações conforme Relatório que se anexa; -----

----- - levado tal Relatório ao Plenário da Assembleia Municipal em 16/6/2009, foi sugerido que a Câmara ponderasse tais observações e, nesse sentido, foi decidido pela Câmara Municipal retirar a proposta em 23 de Junho de 2009; -----

----- - as sugestões e propostas apresentadas pelas Comissões da Assembleia Municipal podem ser acolhidas a benefício da proposta inicial e que, relativamente a todos os outros elementos que constituem e que acompanham a proposta e respectivos Estatutos, não há alterações a introduzir ao que foi aprovado nas reuniões de Câmara Municipal acima identificadas, mantendo-se em tudo as deliberações dessas datas; ----

----- Temos a honra de propor ao Plenário da Câmara Municipal de Lisboa que delibere aprovar, para efeitos de ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, conjugada com a alínea l) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a proposta de alteração dos estatutos e da designação da EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, que se passará a designar “EPUL – Empresa de Urbanização de Lisboa, EEM”, nos termos do projecto de estatutos em

anexo, com as alterações decorrentes da leitura e intervenção das 3ª e 4ª Comissões da Assembleia Municipal.” -----

----- (O projecto de estatutos, que devido à sua extensão não se reproduz nesta acta, fica devidamente arquivado, em anexo à proposta, nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal) -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que esta proposta de alteração dos estatutos da EPUL contemplava, exclusivamente, as alterações que foram ditadas pela Assembleia Municipal e em nada alteravam, na substância, a proposta anterior, tratando-se, apenas, de afinamentos introduzidos em quatro artigos. -----

----- No artigo 3º, n.º 3, sujeitara-se a possibilidade da EPUL participar no capital de outras entidades ou empresas municipais, a prévia autorização dos órgãos municipais, isto é, da Câmara, e frisara-se que a mesma tinha de prosseguir atribuições que cabiam ao próprio Município. Essa era uma das dúvidas que tinha sido levantada e que ficara esclarecida. -----

----- No artigo 6º, n.º 2, ficara estabelecido que a remuneração dos membros do Conselho de Administração passava, previamente, pela Assembleia Municipal. -----

----- No artigo 7º, n.º 1, os poderes de expropriação da EPUL passavam antes pelo crivo da Câmara Municipal. Portanto, só depois de deliberação da Câmara nesse sentido é que a EPUL poderia prosseguir com um processo de expropriação. -----

----- No artigo 11º, n.º 4, as competências do Conselho Consultivo e o seu funcionamento, eram fixadas em regulamento previamente aprovado pela Assembleia Municipal, por proposta da Câmara. -----

----- Estas, disse a terminar, eram as alterações contempladas na actual proposta dos estatutos da EPUL. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que a discussão desta problemática da EPUL, tinha, na opinião do PSD, três áreas. -----

----- Uma, que era a capacidade que teria, ou não, a Assembleia para alterar os estatutos da EPUL; outra, referia-se à forma como a proposta estava elaborada em relação a alguns pormenores, que, aliás, foram levantados na Comissão de Habitação e na Comissão de Urbanismo, e que foram alvo de correcção por parte da Câmara, e, por fim, a terceira área que era a própria substância da proposta, isto é, qual era a finalidade, qual era a intenção dos novos estatutos. -----

----- Em relação à primeira, ou seja, aquilo que era a competência da Assembleia para alterar os próprios estatutos, foi solicitado, a pedido da Sra. Presidente da Assembleia ou da Assembleia segundo julgava, um Parecer jurídico fundamentado relativamente à capacidade da Assembleia para esse efeito, na medida em que, como era sabido, os estatutos da EPUL foram criados por decreto governamental, portanto a norma habilitante para a alteração deveria ser de igual valor, isto é, ser também por decreto governamental. -----

----- Acontecia que o Parecer do Dr. Sérvulo Correia era aquilo que se podia chamar um “nim”, o que era estranho porque quando se encomendava um parecer a um grande juriconsulto, ele normalmente conseguia dar a volta ao texto e apresentar um

Parecer substantivo e afirmativo relativamente àquilo que era a intenção de quem o pedia. Mas esse Parecer do Dr. Sérvulo Correia, que tivera oportunidade de ler, era um Parecer dúbio deixando em aberto a possibilidade do sim e do não. -----

----- Portanto, não sendo jurista havia ali Deputados Municipais que o eram e de alguns já ouvira que a Assembleia não tinha capacidade para alterar os estatutos da EPUL. -----

----- Quanto à questão da substância, disse que estavam a falar de uma empresa que não só tinha 200 trabalhadores como tinha também um universo empresarial que envolvia algumas sub-empresas, e que tinha, como tivera ao longo dos anos, um determinado tipo de característica, que foi utilizada de várias formas, mas nem sempre da melhor, na medida em que se apresentava como um instrumento do Executivo para determinado tipo de acções que o Executivo não podia fazer. Por exemplo, a remodelação do antigo Cinema Roma, hoje Fórum Lisboa e sede da Assembleia Municipal, foi adquirido pela EPUL como forma de aligeirar a responsabilidade do Município e poder acelerar a recuperação do imóvel. E houve ainda outras, a EPUL era como que um braço armado da Câmara para resolver alguns problemas. -----

----- Mas chegara-se à conclusão, por várias vicissitudes, que a EPUL, em si mesma, não tinha capacidade económica e financeira para subsistir sem apoio permanente, em termos de injeção de capital, da própria Câmara, quer através da cedência de terrenos, quer através de outra actividade qualquer. -----

----- Agora, o Executivo elaborara uns estatutos que, no fundo, o que era que eles determinavam? Não determinavam nada em especial, porque diziam que a EPUL ia proceder a urbanizações e pô-las à venda, ia proceder a alguma possível reabilitação, e, portanto, não sabiam se ela ia entrar no mercado da construção concorrente com outras empresas, ou se ia apenas fazer urbanizações e colocar à venda no mercado os lotes urbanizados. -----

----- Em qualquer das circunstâncias, o que era que acontecia? Se o fizesse em termos de concorrência, naturalmente iria prejudicar um número enorme de empresas que labutavam nessa área altamente concorrencial, para poder ter alguma capacidade financeira já que daí podia resultar algum lucro para a sua actividade. Se o não fizesse teria que a Câmara continuar a injectar meios financeiros para a empresa poder subsistir. -----

----- Portanto, estes estatutos, na substância, não respondiam minimamente para aquilo que seria, talvez, o desiderato para a saída dessa situação. Porque todos sabiam que não era fácil sair desta situação: eram 200 trabalhadores de uma empresa que existiam e não se podiam por na rua, ela também não tinha capacidade de intervenção no mercado, o mercado era muito competitivo e havia necessidade de não entrar em conflito com elementos que o pudessem destabilizar. Porque aquela competência que tinha sido atribuída à EPUL de construir habitação para a classe média, essa competência, neste momento, deixara de ser uma acção para a EPUL desenvolver. Desenvolvera algumas situações em relação à EPUL-Jovem com algum êxito e deixara de o fazer, os edifícios da Av. das Forças Armadas, infelizmente passaram de habitação para terciário numa tentativa de valorizar, em termos financeiros, a EPUL

ou a Câmara, mas o que era facto é que a empresa deixara de ter capacidade de intervenção. -----

----- Quanto à reabilitação, disse que a EPUL tinha capacidades para desenvolver trabalhos na área da reabilitação. Mas teria capacidade para desenvolver trabalhos, na área da reabilitação, em termos economicamente favoráveis? Duvidava! -----

----- Senão para que serviam as SRU's? A EPUL seria uma SRU! Bom, a SRU tinha essa capacidade porque era uma empresa muito ligeira, era uma empresa com muito pouco custo com pessoal, era uma empresa com muita agilidade que poderia contratar ali e acolá e tentar resolver problemas que EPUL, pela sua estrutura e pelo seu peso, tornava essa acção imensamente onerosa se o viesse a fazer. -----

----- Por fim, disse que por força da dúvida séria que tinham em relação à capacidade da Assembleia Municipal poder alterar os estatutos, e por força da própria substância da alteração que os estatutos representavam, o PSD iria votar contra a proposta. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que o Grupo Municipal do BE manifestara, ontem, na Comissão de Finanças e desejava agora transmitir ali, que não iria votar favoravelmente a proposta, não pelas razões apontadas pelo orador anterior, que queria fazer milagres e ressuscitar aquelas instituições criadas na gestão do PSD, das quais já fecharam duas que não fizeram nada e que deram um prejuízo de milhões de euros, e ainda faltava fechar uma. -----

----- Estavam habituados a dizer que a prática era o critério da verdade, era pela prática que se via se as coisas resultavam ou não. Havia depois quem fosse cego e não quisesse ver, mas pela prática, o tal critério da verdade, o que se constatara foi que das três SRU's que foram criadas duas já foram fechadas, tiveram milhões de euros dos cidadãos de Lisboa e não fizeram nada. -----

----- Portanto, não era por isso que o BE não estava de acordo. O BE não estava de acordo porque, no início deste mandato depois das eleições intercalares, foi debatido e discutido, e o BE colocara isso com toda a clareza nomeadamente na convergência que assinara na altura com o Dr. António Costa, que um dos pontos fundamentais era a reestruturação do parque empresarial do Município. O BE não estava de acordo e iria continuar a não estar de acordo com o argumento ali colocado, há pouco, de que as empresas municipais eram instrumentos para agilizar e dar capacidade à Câmara para intervir rapidamente, como foi o caso da sede da Assembleia Municipal. -----

----- Era evidente que sabia, porque fizera parte da Comissão que tratara destas instalações, como tudo isso foi feito através da EPUL, etc. Mas voltava a repetir um argumento que têm referido inúmeras vezes: os legisladores da Assembleia da República que criaram legislação que permitia a existência de empresas nos Municípios, de capital municipal ainda que de carácter privado no exercício do seu trabalho, eram os mesmos legisladores que criavam dificuldades aos Municípios para não serem ágeis, e depois se criassem essas tais “coisas” ao lado que a seguir faziam tudo o que era possível e imaginário. E, mais do que isso, era que fugiam ao controlo democrático daqueles que foram eleitos pelos cidadãos! -----

----- Disse que há vários anos vinha perguntando, e foi até chato a perguntar, onde estava o contrato da EPUL elaborado com a SAD do Sporting, quando ao lado a

EPUL estava a inaugurar um edifício completo de serviços, mas em vez de ir para aí foi alugar instalações no edifício da SAD do Sporting. Recordou que na altura foi dito pelo Dr. Santana Lopes que o segredo era a alma do negócio, o que significava que os Deputados Municipais, a quem os cidadãos de Lisboa confiaram o controlo e fiscalização do Município, até hoje estavam a zero em termos de saber por que era que estavam a pagar dezenas de milhar de euros de um arrendamento, e ainda milhares de euros de estacionamento. -----

----- Portanto, continuava a dizer que essa foi uma forma de pagar uma quota ao Sporting por vias travessas. Podiam dizer que era subjectivismo ou que o que quisessem, mas era um facto e o que importava ali colocar era que as empresas municipais serviam exactamente para essa agilidade, agilidade que se transmitia em não transparência, em fazer com que uma empresa municipal sob a qual a Assembleia não tinha controlo sobre a administração, apesar de hoje já estar nos estatutos que iam passar a definir os vencimentos dos administradores, os benefícios que tinham, carros, cartões de crédito, etc., etc. continuasse na mesma situação. -----

----- Por isso, não estavam de acordo que esta Câmara, apesar daquilo que conversaram, não tivesse ainda resolvido a maioria das empresas municipais. Era preciso dizer que se extinguíram algumas: a EMARLIS, as duas SRU's, muito bem, ainda no mandato anterior extinguiu-se a AMBELIS, embora neste caso tivesse muitas dúvidas quanto à transformação de uma associação, com várias entidades, numa S.A. -----

----- Não se acabara com a EMEL, e continuavam à espera! Aliás, por causa dessa tal agilidade e desse princípio que quando se estava à frente do privado, mesmo quando fosse capital do Estado, era-se mais ágil porque se sentia mais que quando se estava no Estado. De resto, princípio que o tem feito rir a bandeiras despregadas era que a pessoa que estava como ministro era a mesma que depois ia presidir a um conselho de administração. Ele era ágil e óptimo no conselho de administração, mas como ministro não conseguia tratar das empresas do Estado! -----

----- O que seria que acontecia nessa viagem de passar de ministro a presidente do conselho de administração de uma multinacional? Mas era louvadíssimo quando chegava a presidente do conselho de administração de uma multinacional, ou quando chegava a assessor da administração de um banco espanhol, depois de ter sido Ministro das Finanças. -----

----- Voltando a referir-se à EPUL, disse que a empresa tinha que ser mudada. A EPUL, no entender do BE, era, provavelmente, a única empresa que o Município precisava por ter capacidade de intervir no próprio mercado. -----

----- Já ali ouvira os Deputados Municipais dizerem que a Câmara estava, abusivamente, a imiscuir-se nas leis normais do mercado, mas não conhecia ninguém no mundo, nas múltiplas correntes, das mais neo-liberais, incluindo americanas, que não dissessem que os Estados tinham que interferir directamente no mercado se não queriam que voltasse a acontecer o que acontecera. Aliás, ainda no tempo do George Bush, nos Estados Unidos da América, foram dadas centenas de milhões de dólares a uma multinacional de seguros gigantesca, das maiores do mundo, passados uns dias o

Conselho de Administração decidira premiar os administradores – à moda da PT e outros que tais em Portugal – com milhões de dólares, e o Presidente do Banco Federal Americano dissera numa entrevista: “eu desliguei o telemóvel quando me ligaram porque eu não falo mais com essa gente”, e o Governo americano deliberara no dia seguinte: “todos os administradores que recebam prémios superiores ao seu salário serão taxados em 95%”. Isto nos Estados Unidos da América! Era pena que em Portugal não se tivesse feito isso aos administradores da PT neste escândalo que agora ocorrera em que se acabaram de se auto-compensar com uns milhões. -----

----- E estava a dizer isto porque não se acabara ainda com a EMEL, com a GEBALIS e outras, porque a EPUL tinha que ser tratada para outra coisa. Era evidente que havia coisas muito positivas e os estatutos da EPUL tinham que ser resolvidos, não tinham dúvidas sobre isso. Primeiro porque era necessário adaptá-los à nova Lei, segundo porque os estatutos da EPUL tinham uma coisa que já era um passo positivo, que era a intervenção da empresa na reabilitação da cidade, o que para o BE era fundamental porquanto era o fio da meada para se resolverem os problemas da cidade. -----

----- Por fim, disse que iam votar contra porque achavam que era preciso ter coragem para dizer que era necessário acabar com as empresas municipais e passar tudo para o controlo da Assembleia, que era a casa soberana da cidade e não os conselhos de administração das empresas municipais. -----

----- **O Deputado Municipal João Saraiva (PCP)**, no uso da palavra, disse que escutara com muita atenção estas duas intervenções e, sobretudo, a interessantíssima intervenção do Deputado Municipal Carlos Marques que lhe dera oportunidade de ver ali o BE a defender o modelo económico americano. Foi uma coisa muito interessante da qual não estava à espera, mas tomara a devida nota. -----

----- Disse, depois, que este assunto, como foi dito, já foi ali discutido várias vezes, foi sujeito a adiamentos devido a pequenas alterações, que foram meras alterações de pormenor, e, nesse sentido entendia que se mantinha a substância da questão política que dera origem à proposta, e, quanto a essa, tal como no passado, continuavam a discordar dela frontalmente. -----

----- A EPUL constituía, no entender do PCP, um indiscutível referencial de competência que poderia e deveria desempenhar na cidade o importante papel de proporcionar eficácia às políticas municipais. Ganharia, assim, a EPUL em se dedicar a um âmbito de actuação eminentemente técnico de suporte às políticas da Câmara, e nessa linha deveria alargar o campo da sua vocação inicial de intervenção no urbanismo ao âmbito da reabilitação, frente que assumidamente se deveria apresentar hoje com uma dinâmica fundamental ao desenvolvimento sustentável da cidade. -----

----- Continuavam também a considerar que as competências para a elaboração de instrumentos de planeamento municipal, deveriam recair exclusivamente na Câmara e não ser delegáveis, já que constituíam um instrumento essencial ao exercício da capacidade política na intervenção e na construção da cidade. -----

----- Entendiam, por isso, que a EPUL não deveria intervir, quer na questão política do processo de reabilitação, quer na própria articulação com as populações residentes. Somar o erro da criação de algumas SRU's ao erro de encarar a EPUL como de uma

nova SRU se tratasse, não iria certamente ao encontro das necessidades existentes, quanto a um processo de reabilitação urbana da cidade queurgia reforçar e desenvolver através de estudos que permitissem concretizar novas metodologias de intervenção, tarefa que, essa sim, deveria caber à EPUL. Assim como lhe deveriam caber, também, as competências de intervenção no âmbito do projecto, dando resposta aos programas definidos na Câmara, na promoção dos respectivos cadernos de encargos, no apoio aos concursos de adjudicação da construção e, finalmente, na fiscalização da execução das obras, mitigada dos poderes de sanção que deveriam continuar a residir, exclusivamente, na esfera da competência municipal. -----

----- Por outro lado, entendiam que quer na área da urbanização, quer na da reabilitação, à EPUL caberia melhorar o seu desempenho ao nível do mercado imobiliário, eliminando as componentes especulativas que a ele se encontravam associadas, e, sobretudo, contribuindo para uma maior regulação dos desequilíbrios existentes. Com efeito, à EPUL deveria pedir-se que se assumisse como reguladora do mercado e como arma de combate à especulação fundiária. -----

----- Referiu que não eram esses os princípios que têm estado na base da sua actuação, e que a actual proposta não alterava por concorrer directamente no mercado, quer ainda por, em substituição do Município, ter desenvolvido a sua intervenção nas áreas do planeamento urbano e do ordenamento do território. -----

----- Pretendia deixar ali, no essencial, aquilo que era o entendimento do PCP quanto ao papel que à EPUL caberia desempenhar em termos de contributo para a concretização de uma correcta política de urbanização e edificação para a Cidade de Lisboa. -----

----- Para a maioria da Câmara, esta era, como muitas outras, uma área onde, assumidamente, não pretendia exercer as competências que lhe cabiam e que deveria assumir, como garantia da intransigente defesa do interesse público e do reforço da coesão social. -----

----- Para o PCP, ao contrário, a visão que defendiam era a recondução da EPUL ao seu papel original de intervenção, a jusante dos planos de urbanização e de pormenor que à Câmara, e só à Câmara, competia delinear no exercício das responsabilidades que lhe foram outorgadas pela população. -----

----- Eram duas visões totalmente opostas, que determinavam o voto contra do PCP. --

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que, com esta proposta, a Câmara pretendia que a EPUL se passasse a denominar “Empresa de Urbanização de Lisboa, EEM”, deixando de ser designada como “Pública”, e passasse a entidade com natureza empresarial. O seu objecto passaria a ser a promoção, manutenção e conservação de infra-estruturas urbanísticas públicas, bem como a gestão do património edificado, a renovação e reabilitação urbanas e a promoção do desenvolvimento urbano. -----

----- Quanto aos seus órgãos sociais, para além dos órgãos de administração e de fiscalização, passava a ser acompanhada por um novo conselho consultivo com competências de aconselhamento. -----

----- Disse que com esta proposta de criação de novos estatutos, a empresa deveria ser sujeita a uma profunda reestruturação e inverter a sua anterior estratégia, fazendo com que deixasse de ser concorrente no mercado da promoção imobiliária e de competir no mercado com os restantes privados, como vinha a fazer ultimamente, onde a sua actuação tem sido desastrosa, para assumir uma vocação incentivadora do urbanismo e da reabilitação urbana. -----

----- Em consequência, a Câmara, ao deliberar sobre os estatutos da EPUL, atribuíra-lhe ainda uma nova definição que passava pela promoção do solo público, colocando-o no mercado com programas pré-definidos, e por uma nova vocação no âmbito da reabilitação urbana, mas absorvendo, porém, algumas competências que antes estavam atribuídas às extintas SRU's. -----

----- Em suma, o que iria fazer a empresa? Planeamento, recuperação, reabilitação, edificação? Seriam os futuros estatutos um documento adequado aos novos objectivos de gestão? Não era o próprio Programa Local de Habitação que previa que a EPUL permanecesse no mercado da habitação com os seus programas de venda? Com efeito, a proposta 667/2008, em discussão, pretendia que a Assembleia Municipal de Lisboa, ao aprovar a alteração dos estatutos da empresa, permitisse que a EPUL assumisse um perfil de conduta empresarial comum às empresas privadas do sector. -----

----- E era justamente nesse ponto que para “Os verdes” residia o cerne da questão. Ou seja, o que estava em causa, e citava a própria proposta, era uma “adaptação jurídico-formal dos estatutos da EPUL ao novo regime jurídico do sector empresarial local”, aí se revendo a sua “filosofia de actuação” e o “respectivo objecto social”. -----

----- Para tal, referia a Proposta: “torna-se necessário que as relações entre o Município e a EPUL se passem a reger por contratos-programa”. Assim, depois da Câmara assumir, e bem, a extinção das SRUs, atribuíra agora à EPUL, citou de novo, “as missões de reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística”, nela concentrando a filosofia que tinha modelado as SRUs, de incentivo às iniciativas dos proprietários ou de parceiros públicos e privados na reabilitação, incluindo o licenciamento, como referia o preâmbulo da proposta. -----

----- Em primeiro lugar, consideramos que a EPUL não deveria substituir a gestão política do processo de reabilitação da cidade, nem era desejável que, para a capacidade de intervenção preconizada, detivesse competências municipais delegadas, cujo papel de decisor político devia pertencer à própria Câmara. -----

----- Referiu que para “Os Verdes” também não fazia qualquer sentido que à EPUL fossem concedidas participações no capital de outras sociedades ou empresas municipais, incluindo sociedades com objecto diverso do seu. Ou que incluísse nos seus órgãos sociais um conselho consultivo sem objecto concreto de intervenção e onde, para cúmulo, o seu presidente fosse, por inerência, o do próprio Conselho de Administração, fazendo de juiz em causa própria. -----

----- E muito menos fazia sentido permitir-se que a empresa, saltando por cima da sua dependência dos órgãos municipais, se dirigisse directamente ao Governo para despacho de matérias que só ao Município competia determinar. Permitir também que

a evolução dos salários ficasse dependente dos denominados “ganhos de produtividade” estava longe de ser uma atribuição pública, sendo claramente empresarial, e era sabido já ter dado maus resultados noutras empresas municipais onde se auto-atribuíram os prémios. -----

----- Em contrapartida, “Os Verdes” consideravam que a empresa poderia antes proporcionar outra eficácia às políticas municipais, pelo que perguntavam se não seria que a EPUL ganharia em se especializar num âmbito de intervenção eminentemente técnico, maximizando a competência da sua intervenção, constituindo-se como um suporte no domínio do planeamento urbano e de instrumento de controlo do mercado de arrendamento e da habitação a custos controlados. -----

----- Disse ainda que, atendendo às actuais necessidades do Município e ao desenvolvimento da vocação inicial de urbanização atribuída à EPUL, impunha-se agora alargar a sua vocação, imprimindo-lhe uma dinâmica urbanística na Cidade de Lisboa, que tanto dela necessitava. -----

----- Era espectável que a EPUL tivesse, como vocação prioritária, a necessária e desejável habitação social, eliminando as componentes especulativas, quer na construção nova, quer na reabilitação, moderando, desse modo, o desempenho do mercado imobiliário. -----

----- Por outro lado, os serviços municipais não podiam descentralizar a sua faculdade de elaboração de instrumentos de planeamento urbanístico, enquanto política de intervenção iminentemente municipal. Poderia ou deveria a EPUL ser envolvida no processo de execução dos instrumentos e planos municipais de ordenamento do território, desde os planos de urbanização aos planos de pormenor? -----

----- Disse que a empresa, apesar de municipal, não devia assumir competências que estavam eminentemente ligadas ao Executivo, pelo que não se podia substituir à própria Câmara. A EPUL não era um regulador, mas um instrumento de regulação. Devia ser a Câmara a fazer a cidade e não a empresa. A EPUL não podia ser uma grande SRU, como se pretendia plasmar nos estatutos, pelo que era a própria questão legal das entidades empresariais que devia ser posta em causa. As competências na área do planeamento deviam ficar na Câmara. Senão, para que serviriam as Direcções de Planeamento Estratégico e de Reabilitação Urbana? -----

----- Em suma, a Câmara deveria antever, nas competências e nas atribuições da EPUL, os meios adequados para dar resposta a programas municipais e à intervenção em domínios de regulação e de requalificação. Faria assim todo o sentido atribuir-lhe uma missão em áreas de aplicação no terreno de projectos e processos construtivos, um papel no urbanismo centrado na execução de programas de construção e de reabilitação urbana na cidade, mas nunca um papel decisório, autónomo sobre estas matérias. -----

----- Assim a Vereação as soubesse prever, dotar e integrar nos futuros estatutos, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, começou por avisar que na sua intervenção não iria abordar a questão dos estatutos porque essa estava mais que abordada, mas ia referir

uma matéria que tinha a ver com aquilo que a Câmara fazia das decisões da Assembleia Municipal, e a vergonha que era uma empresa municipal não respeitar as deliberações da Assembleia. -----

----- Referiu que, em 2002, a EPUL estava situada na Quinta dos Lilases, num palacete e tinha 80 viaturas que estacionavam dentro da quinta, portanto naquele digno espaço verde que ali estava. Todas as forças políticas do Lumiar e a Junta se uniram para resolver a situação da Quinta das Conchas e dos Lilases. -----

----- Em Julho de 2002, o Sr. Presidente da Câmara de então determinara a saída da EPUL daquelas instalações, mas a EPUL, que tem tantos técnicos, não conseguira de 2002 a 2008 construir instalações para se instalar noutra local, nem tão pouco a Câmara, que tinha inúmeros palácios, palacetes, quintas, etc., abandonadas na Cidade de Lisboa, tivera, como entidade que tutelava a EPUL, capacidade para dizer à EPUL que se não podia estar ali, recuperasse a Quinta Nossa Senhora da Paz e fosse para lá, ou recuperasse este ou aquele palacete e fosse para lá. -----

----- Em vez disso, a Câmara, liderada pelo Dr. António Costa, com os dois Vereadores responsáveis pela EPUL, o Sr. Vereador do Urbanismo e o Sr. Vereador do Património, em convívio com a EPUL aceitaram que essa empresa regressasse à Quinta dos Lilases, desrespeitando, na totalidade, uma recomendação que na Assembleia Municipal havia sido aprovada, por unanimidade. -----

----- Por isso dizia que a Assembleia Municipal, particularmente pela dignidade que a Sra. Presidente lhe tem dado na forma como a dirigia, não era merecedora que o Executivo tivesse essa atitude relativamente à Assembleia. -----

----- Aliás, havia outras recomendações a que o Executivo também não ligara. Bastava ver, por exemplo, a recomendação que foi aprovada para que no Alto do Lumiar se instalasse uma Divisão da PSP de competência genérica, e, parecia que nem de propósito, foi para lá a Divisão de Trânsito, que não resolvia absolutamente nada em termos de policiamento de proximidade. -----

----- Por outro lado, chamaram também a atenção para a falta de médicos no centro de saúde, através de uma recomendação aprovada, por unanimidade, e nunca o Executivo ali dissera nada acerca disso, como, aliás, de outras recomendações aprovadas na Assembleia, por unanimidade. -----

----- Ainda sobre a EPUL, disse que muito melhor seria que os Srs. Vereadores com responsabilidades nessa área, ali viessem dizer aquilo que se tem passado com a EPUL, desde 2002. Ele próprio estava na Junta de Freguesia do Lumiar há oito anos e conhecera já quatro administrações na EPUL, e se fossem ver as indemnizações que os seus membros receberam ao deixar os cargos, se calhar teriam a contrapartida para dar à EPUL quanto à resolução da questão do património da Quinta dos Lilases. -----

----- Disse, ainda, que estavam perante uma situação em que a EPUL estava a gastar um balúrdio na Quinta dos Lilases, e estava a colocar a Academia Portuguesa de História, uma instituição de relevo nacional, num espaço cada vez mais reduzido, provavelmente para criar algum conflito e para proporcionar cada vez menos condições para que ela ali pudesse funcionar. De facto, esta Câmara, em termos culturais, muito pouco fizera pela cidade. -----

----- Por fim, disse que a Câmara, nesse particular, desrespeitara a Junta de Freguesia, não só pelas diversas moções que apresentara, aprovadas por unanimidade, no sentido de que o pavilhão da Quinta dos Lilases fosse destinado à Junta, como também a recomendação aprovada, por unanimidade, na Assembleia Municipal, nesse sentido. Antes pelo contrário, acordaram com uma administração recentemente nomeada para a EPUL, que a EPUL voltasse às instalações antigas. Só esperava que qualquer dia não tivessem na Assembleia a população a dizer que não queria mais construção ao lado, que era o que se tratava também, que não queria mais viaturas na Quinta dos Lilases, e, mais do que isso, a querer que fossem respeitadas as deliberações da Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, disse que, centrando-se única e exclusivamente no objectivo desta proposta, ou seja, alterações aos estatutos da EPUL, desejava apenas referir o seguinte. -----

----- O objecto que era proposto para a EPUL estava expresso no artigo 3º, pontos 1 e 2, e era perfeitamente claro. E julgava, pelo menos assim o entendera, que o que foi apresentado como aquilo que deveria ser a EPUL, de acordo com vários Deputados Municipais que intervieram, era exactamente aquilo que constava dos referidos pontos. Tudo estava ali contemplado, não estava nada que contrariasse aquilo que disseram! -----

----- Por outro lado, o artigo 13º dizia, expressamente, que a EPUL faria planos plurianuais de actividade segundo orientações estratégicas aprovadas pela Câmara. E no artigo 14º referia-se que a EPUL celebraria contratos-programa com a Câmara Municipal para desenvolver as suas actividades. -----

----- Portanto, tudo aquilo que os Srs. Deputados Municipais entendiam que deveriam ser as funções da EPUL, estava contemplado no artigo 3º, e o modo de as levar à prática nos artigos 13º e 14º. -----

----- Disse que aquelas questões que foram levantadas em reuniões anteriores, nomeadamente nas Comissões, foram introduzidas nos estatutos para responder exactamente às dúvidas e objecções levantadas pela Assembleia. -----

----- **A Senhora Presidente**, visto que mais ninguém desejara intervir, encerrara o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 667/2009, tendo a Assembleia deliberado rejeitá-la, por maioria, com votos contra do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, votos favoráveis do PS, e a abstenção de um Deputado Municipal do PS. -----

----- **PONTO 16 – PROPOSTA 671/2009 – APROVAR O REGULAMENTO DO REGIME DE ACESSO À HABITAÇÃO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 671/2009 -----

----- Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal -----

----- “Considerando que: -----

----- I. Para assegurar maior equidade e eficiência na gestão do património habitacional municipal, este executivo entendeu criar uma norma regulamentar, com sujeição prévia a apreciação pública, no intuito de regular de forma clara e objectiva as condições de acesso e os critérios de selecção para atribuição do direito à habitação; -----

----- II. A Câmara Municipal, através da Deliberação n.º 1011/2008, nos pontos 1 e 2, incumbiu a Direcção Municipal de Habitação de elaborar e submeter a prévia apreciação e discussão pública, no prazo de 45 dias úteis, um projecto de Regulamento que estabeleça «os critérios de acesso ao arrendamento de habitação municipal», tendo como normativo orientador, o concurso público, previsto no Decreto-Lei n.º 797/76, de 6 de Novembro e o Decreto Regulamentar n.º 50/77 de 11 de Agosto, com as necessárias adaptações à realidade social actual; -----

----- III. Nessa medida, os serviços competentes (DMH) elaboraram um projecto de proposta de “Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal”, cujo conteúdo foi objecto de análise e, consequentemente, resultou no “Projecto Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal”, aprovado pela Deliberação nº 324/2009, tomada em Câmara Municipal, em 13 de Maio de 2009; -----

----- IV. O órgão competente deve, em regra, submeter à apreciação pública, para recolha de sugestões o projecto de regulamento, nos termos do artigo 118º do Código do Procedimento Administrativo; -----

----- V. A Deliberação nº 324/2009, tomada em 13 de Maio de 2009 – que determinou submeter à apreciação pública o PROJECTO REGULAMENTO DO REGIME DE ACESSO À HABITAÇÃO MUNICIPAL -tornou -se disponível no sítio da Internet gerido pela Câmara Municipal de Lisboa, no dia 20 de Maio de 2009, através da publicação em 2º Suplemento do Boletim Municipal 795, de 14 de Maio de 2009 – vide nesse sentido informação (via e-mail) da DACM, ora junta e integrante do dossier de suporte à presente Proposta; -----

----- VI. O artigo 118º, nº 2 do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 442/91, de 15 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 6/96, de 31 de Janeiro, estabelece que os interessados devem dirigir por escrito as suas sugestões, dentro do prazo de 30 dias contados da data da publicação do projecto de regulamento; -----

----- VII. O prazo, supra mencionado, começou a contar a 21 de Maio de 2009 e terminou no dia 3 de Julho de 2009, uma vez que de acordo com as regras da contagem dos prazos, nos termos das alíneas a) e b) do nº 1 do artigo 72º do Código do Procedimento Administrativo, não se inclui na contagem o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o prazo começa a correr e suspende-se nos sábados, domingos e feriados; -----

----- VIII. Terminou a fase de apreciação pública, nos termos do artigo 118º do Código do Procedimento Administrativo, tendo apenas sido recebidos nesta fase duas participações por parte dos interessados (via e-mail), ora juntos e integrantes do dossier suporte à presente Proposta, para os devidos efeitos, não obstante o teor dos

mesmos não reflectir nenhuma proposta in concreto quanto ao Projecto de Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa; -----

----- Considerando ainda que: -----

----- IX. A presente Proposta de Regulamento (Reg.) vertente integra um modelo de procedimento que salvaguarda o direito a aceder às habitações municipais a todos os que preencham os requisitos determinados, e cuja tramitação é prosseguida pelo rigoroso cumprimento dos Princípios da Concorrência ou Competição Aberta, Igualdade, Publicidade, Imparcialidade e Transparência; -----

----- X. Nessa medida, toda a estrutura procedimental, ora proposta, enforma um procedimento concursal nomeadamente: todos os interessados que preencham os requisitos podem se candidatar à atribuição de uma habitação municipal (não há limite numérico - vide artigo 2º do Reg.), publicidade e estabilidade de todas as regras procedimentais, um critério de selecção tornado público previamente (vide artigos 6º e 8º do Reg.), existência de uma classificação hierarquizada (vide artigo 14º do Reg.) e a respectiva atribuição ao titular do pedido mais bem posicionado na lista (escolha automática – vide artigo 16º do Reg.); -----

----- XI. Esta proposta, visou procurar uma resposta adequada às dinâmicas sociais, tendo por escopo o reforço da coesão social, estruturando-se numa maior transparência no processo de acesso ao direito à habitação, através das seguintes linhas orientadoras: -----

----- a) Os interessados poderão, em qualquer altura, solicitar a atribuição de habitação municipal, através de requerimento; -----

----- b) A classificação dos requerentes será efectuada mediante a aplicação da matriz, constante do Anexo I do presente Regulamento, à medida que os requerimentos derem entrada; -----

----- c) Criação de uma bolsa de requerentes a habitação municipal, através de uma base de dados com toda a informação tratada, resultante da análise dos pedidos de atribuição de habitação, efectuados em formulário próprio; -----

----- d) Atribuição de habitação com tipologia e características adequadas aos agregados, mediante a disponibilidade de fogos devolutos e com condições de habitabilidade, aos interessados que apresentem maior classificação, por ordem decrescente relativamente à sua situação de carência socioeconómica e habitacional. --

----- XII. Para efeitos de apuramento e cálculo dos rendimentos auferidos pela totalidade dos membros do agregado foi assumido, como normativo o Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de Maio; -----

----- XIII. Optou-se, por recorrer ao Indexante de Apoios Sociais (IAS), criado nos termos da Lei nº 53-B/2006, de 29 de Dezembro, enquanto referencial para a determinação das condições de acesso plasmadas na presente Proposta de Regulamento, dado que o IAS é um indexante objectivo e autónomo da retribuição mínima garantida, que permite fixar princípios de maior rigor e transparência, sendo fixado anualmente por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do trabalho e da solidariedade social; -----

----- Considerando, por fim, que -----

----- XIV. Neste momento, no ordenamento jurídico nacional o único regime jurídico susceptível de ser aplicado no universo das habitações municipais, é o regime da renda apoiada nos termos plasmados no Decreto – Lei nº 166/93, de 7 de Maio, e subsidiariamente o Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), aprovado pela Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro, e pelo Regime geral de locação civil, não havendo oportunidade da previsão de um regime transitório em sede regulamentar; -----

----- XV. A aplicação do regime de renda apoiada impõe a celebração de um contrato de arrendamento para fim habitacional, no qual se estabelecem as condições e termos dessa contratualização, e por outro lado, foi consensual, que dever-se-ia clarificar os direitos e deveres do arrendatário; -----

----- XVI. Essa opção foi, entretanto, consubstanciada na minuta – tipo de contrato de arrendamento para fim habitacional, em regime de renda apoiada, submetida e aprovada no órgão Câmara Municipal, perfilhou-se, assim, necessário a introdução da menção expressa a essa minuta em sede regulamentar; -----

----- XVII. O Regulamento subjacente tem eficácia externa e, por conseguinte, compete à Assembleia Municipal a sua aprovação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos das disposições conjugadas do artigo 53º, nº 2, alínea a) e artigo 64º, nº 6, alínea a), ambos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA DELIBERE: -----

----- Aprovar e submeter à Assembleia Municipal o REGULAMENTO DO REGIME DE ACESSO À HABITAÇÃO MUNICIPAL, ora anexo, e que faz parte integrante da presente proposta, nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea i) do nº 1 do artigo 13º e artigo 24º, ambos da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, da alínea a) do nº 6 e alínea d) do nº 7, ambas do artigo 64º e da alínea a) do artigo 53º, todos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” -----

----- (O Regulamento, que devido à sua extensão não se reproduz nesta acta, fica devidamente arquivado, junto à proposta, nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal) -----

----- **A Senhora Vereadora Ana Sara Brito**, no uso da palavra para apresentação da proposta, disse que o Regulamento dizia respeito ao acesso a toda a habitação municipal, quer ela estivesse integrada em bairros municipais, quer estivesse no chamado património disperso, portanto em qualquer zona da cidade, com excepção de alguns fogos ligados à reabilitação urbana que estavam comprometidos. -----

----- Disse que desde o dia 21 de Maio este documento estivera em audição pública, e que ele resultara do trabalho de uma equipa alargada, ou seja, dos Serviços Municipais de Habitação, da GEBALIS, do Departamento de Acção Social. Foi apresentada a primeira versão em Câmara, foram colhidas todas as sugestões emanadas de todos os partidos políticos representados na Câmara, foi elaborada uma nova proposta que voltara novamente à reunião de Câmara onde foram apresentadas novas sugestões, foram acolhidas umas e outras não, que aí mesmo foram explicitadas. -----

----- Portanto, este documento era o resultado do trabalho de todo o colectivo, de todas as sugestões das forças políticas da Câmara, e também da audição pública que decorrera, durante trinta dias úteis, a partir do dia 21 de Maio até ao dia 3 de Julho. Ele voltara à reunião de Câmara, comunicaram à Associação de Inquilinos e às Associações de Moradores para participarem nessa discussão, e houve apenas duas sugestões: uma de espírito xenófobo e racista, outra que tinha a ver não com o regulamento que estava em causa mas com uma outra situação. -----

----- Por conseguinte, o documento, embora apresentado por si, era o documento que a Câmara quisera que viesse à Assembleia Municipal. Não foi fácil contemplar todas as propostas, mas foi por via dessa contratualização que o documento estava agora na Assembleia. -----

----- Referiu que a Câmara atribuía a habitação através do Decreto-Lei 35106, de Novembro de 1945, Decreto-Lei esse que foi revogado pela Assembleia da República em Maio, e bem, porque ele permitia que a Vereadora, ou Vereador, do Pelouro tivesse poder discricionário na tomada de decisões. -----

----- Acabada essa situação já tinham começado a fazer este trabalho, mas demoraram mais porque tiveram que fazer o levantamento de todas as situações do chamado património disperso, saber quem morava lá, em que freguesia e quanto pagava de renda. Fizeram também o levantamento dos bairros municipais e colocaram no *site* da Câmara todos os fogos municipais, atribuídos sob o ponto de vista social, pelo que podiam consultar todas as pessoas a quem foi atribuída habitação, quanto pagavam de renda e a freguesia. Não a morada porque, como sabiam, isso não era possível fazer dada a privacidade que tinham que salvaguardar. -----

----- Disse, ainda, que o Regulamento pretendia ser transparente, ter regras claras, e ser por concurso, ou seja, ter regras concursais. Isto é, todas as pessoas tinham o direito de concorrer, mas sabiam que, de acordo com o Regulamento onde as regras estavam bem claras, seriam classificadas, seriam seriadas, e então sabiam que poderiam ter habitação nesse dia, no dia seguinte, daí a uma semana ou daí a um mês, quando as casas estivessem vagas. Mas sabiam que teriam direito a uma habitação municipal, assim como as que não tinham direito saberiam que foram recusadas, com a decisão devidamente justificada e fundamentada. -----

----- Tudo isso estaria sempre no *site* de Câmara, sem moradas mas com a indicação das freguesias a que diziam respeito, e haveria uma base de dados, que estava já construída, para monitorizar toda a situação, e o futuro Executivo, se este Regulamento fosse aprovado, saberia quem procurava habitação, as condições que tinha, e porque razão procurava habitação. -----

----- Referiu que agora já sabiam mais ou menos, porque tinham um estudo. Por exemplo, sabiam que, em média, recorriam à Câmara a pedir habitação cerca de 1.500 famílias por ano. Este ano, até Setembro, recorreram 1.089 famílias, que vinham – e com isto respondia já a uma proposta da Comissão de Habitação – de vários concelhos: da Amadora, de Loures, de Vila Franca de Xira, de Almada, do Seixal, etc., sendo que os que vinham de fora eram cerca de 130 a 200 por ano. Mas neste Regulamento não contemplavam as pessoas que residiam fora do concelho de Lisboa.

E porquê? Porque tendo ainda poucos fogos disponíveis tinham que responder às necessidades da população da Cidade de Lisboa. Já não havia barracas em Lisboa mas tinham ainda muitos jovens, já casados, a viverem com os pais, e também a esses casos, se estivessem dentro dos critérios estipulados, deveriam responder para que se pudessem ter casa a tivessem. -----

----- Portanto, ainda não tinham condições de poder alargar a quem vivia dentro da Área Metropolitana, mas essa questão estava salvaguardada. Senão recebiam essas famílias mas teriam de expulsar as de Lisboa. -----

----- Mas havia a possibilidade de fazer permuta. Por exemplo, uma família que vivia em Sintra e outra em Lisboa, por questões laborais desejavam trocar de casa, as duas Câmaras entendiam-se e, se fosse possível, fariam a permuta das famílias entre as casas municipais de uma Câmara e outra. -----

----- As regras estavam claras, e indexaram a possibilidade da três IAS, indexaram a Acção Social que era aquele que era mais justo e transparente, aquele que era sempre utilizado, e, nesse sentido, as pessoas podiam concorrer desde que vivessem na Cidade de Lisboa, tivessem como rendimento menos de 1.200 euros por mês. -----

----- E o Regulamento tinha as definições todas de acordo com a Lei, o que era que se entendia por uma casa adequada, o que era que se entendia como família numerosa, o que era uma família que tinha um deficiente em casa. Portanto as regras eram claras e se o Regulamento fosse aprovado estaria de imediato no *site* da Câmara. -----

----- No entanto, havia um problema para qual chamava a atenção, sem qualquer pressão. É que a partir do momento em que a Lei 35106, de 21 de Maio, entrara em discussão no dia 21 de Junho, a Câmara estava proibida de atribuir qualquer habitação municipal, enquanto não houvesse aprovado um regulamento sobre a matéria. Só em situações extremas de ruína iminente, um incêndio ou um problema gravíssimo. -----

----- Mas este Regulamento tinha ainda uma outra vantagem, obrigava a que se cumprisse a Lei, o que não acontecia na Câmara Municipal de Lisboa há mais de uma década, porque tinha de aplicar a renda apoiada. Isto é, o Decreto-Lei 166/93 obrigava a Câmara a aplicar esse a renda apoiada mas ela não foi aplicada. -----

----- Uma outra vantagem, se este Regulamento fosse aprovado, era que as famílias teriam na sua posse um contrato de arrendamento, com direitos e deveres, pelo que não mais haveria destruição e vandalismo das casas como às vezes as encontravam. Haveria sanções porque as famílias teriam que perceber que a casa era um bem essencial e que não poderiam destruir aquilo que era de todos. -----

----- Disse, depois, que a Comissão de Habitação tinha razão quanto a um ponto que apresentara no seu relatório, pelo que no ponto 5 do artigo 17º teria que se dizer que era a Lei 166/93 (não o Decreto-Lei), de Maio, que era a renda apoiada. Faltara-lhes ali colocar isso, e, por essa razão, aceitavam colocar ali que era a Lei 166/93, de Maio, que era a renda apoiada, porque esclarecia melhor o Regulamento. -----

----- Por fim, disse que o Regulamento era claro e transparente, era claro, era mais justo, e as pessoas sabiam que podiam concorrer. Era uma regra concursal com uma lista aberta, as pessoas concorriam e sabiam se tinham direito a uma habitação ou não. Cumpria-se, assim, porque, neste momento, a Câmara já estava a aplicar a renda

apoiada e já estava a assinar o contrato de arrendamento para o património disperso porquanto houve uma deliberação da Câmara e tiveram que ouvir, família a família, as 1.348 famílias que aí moravam, para fazer o levantamento económico e financeiro. ----

----- **O Deputado Municipal Rui Coelho (PSD)**, no uso da palavra na qualidade de membro da Comissão Permanente da Comissão Permanente de Habitação, Reabilitação Urbana e Bairros Municipais, apresentou um Relatório relativo a várias propostas, que no que dizia respeito à proposta 671/2009, dizia o seguinte: -----

----- “A Comissão considera que a proposta em causa, fundamentalmente pelo propósito de clarificar as regras de atribuição de habitação camarária é merecedora da maior atenção e deve ser discutida em sede plenária, assentando no princípio positivo da concursabilidade. -----

----- Contudo a Comissão alerta para as seguintes questões na especialidade: -----

----- - Al) B do nº 1 do Artº 5º - não deve ser exclusiva a residência no concelho de Lisboa, pois pode inviabilizar uma política metropolitana de habitação. Deste modo deve ser dada uma preferência à residência em Lisboa, mas não como facto exclusivo;

----- - Nº 8 do Artº 17º - deve ser mencionada a referência ao diploma legal concreto, tal como consta do considerando XIV. Trata-se assim de incluir tal referência legal no respectivo texto do Regulamento.” -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra na qualidade de Presidente da Comissão Permanente da Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade, apresentou o Relatório que a seguir se transcreve: -----

----- **RELATÓRIO** -----

----- “Por solicitação da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa, reuniu dia 14 de Setembro de 2009 a CPUM com a presença da Sra. Vereadora Dra. Ana Sara Brito e responsáveis da Direcção Municipal de Habitação, que expuseram todo o desenvolvimento do processo relativo à realização e tramitação deste regulamento e ainda esclareceram os elementos da Comissão sobre as dúvidas formuladas. -----

----- A CPUM agradece a disponibilidade da Sra. Vereadora e da sua equipa bem como todo o trabalho desenvolvido na elaboração deste documento imprescindível para a moralização e equidade nesta importante intervenção do Município. -----

----- A Comissão considera-se satisfeita com os esclarecimentos prestados às questões formuladas e recomenda à Assembleia Municipal de Lisboa a viabilização deste Regulamento, o qual poderá ter imediata aplicabilidade. -----

----- Os membros da CPUM aproveitam a oportunidade para, neste último contacto com a Sra. Vereadora Ana Sara Brito, nesta qualidade, lhe desejar as maiores felicidades e agradecer a disponibilidade e simpatia sempre demonstradas.”

----- Finda a leitura do Relatório, o Deputado Municipal Victor Gonçalves, agora na qualidade de membro do Grupo Municipal do PSD, disse que ali estava um exemplo daquilo que era a forma como actuava o PSD na Assembleia Municipal de Lisboa. Não estavam ali em face de um projecto que visava regular o futuro, mas sim em face de um projecto que era absolutamente necessário e que amanhã mesmo poderia ter aplicabilidade, porque, como ali foi dito, e bem, pela Sra. Vereadora, desde Maio

que, por força de um Decreto-Lei, a Câmara estava impossibilitada de atribuir habitação a quem quer que fosse, só o podendo fazer em casos absolutamente excepcionais. -----

----- Portanto, era de facto absolutamente necessário que hoje ali fosse aprovado o Regulamento consubstanciado nesta proposta. -----

----- Disse que o Regulamento estava bem feito. Ele, de facto, como foi ali explanado pela Sra. Vereadora, respondia a todos os requisitos necessários para que a Câmara estivesse descansada, porque da sua aplicação não resultariam problemas para o Município e para os Vereadores, desde que os serviços o aplicassem correctamente, e esperavam que sim na medida em que as fórmulas aplicáveis eram perfeitamente equilibradas e atribuíam as pontuações a quem as devia ter, na exacta medida que essas pontuações deveriam ser assinaladas. -----

----- Por isso, pensava que com a aplicação deste Regulamento não iriam voltar a ter notícias desagradáveis que a todos incomodavam. A partir de agora, com a aplicação deste Regulamento, haveria equidade, haveria transparência e capacidade de resposta aos munícipes que não tinham possibilidade de ter uma habitação condigna. -----

----- Disse, ainda, que na Comissão aprovaram que este Regulamento se destinasse, prioritariamente, e nesta fase mesmo exclusivamente, aos munícipes da Cidade de Lisboa. Estavam em Lisboa, os meios eram os da Câmara de Lisboa, os contribuintes eram de Lisboa, portanto, fundamentalmente, teriam que responder às necessidades dos lisboetas. No futuro, logo se veria como disse a Sra. Vereadora, e se fosse possível alargar-se-ia a outros concelhos da Área Metropolitana, mas sempre, como foi dito, na correspondência entre a Câmara de Lisboa e as outras que viessem a cooperar com ela. -----

----- A terminar, deu os parabéns à Sra. Vereadora e desejou-lhe as maiores felicidades, lembrando o íntimo contacto político que tiveram durante muitos anos. --

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que do ponto de vista do BE esta proposta tinha duas razões essenciais para não ser inviabilizada, independentemente do conjunto de opiniões particulares que pudessem ter sobre vários pontos da proposta. -----

----- Uma das duas razões por que ela não podia ser inviabilizada, era que com o fim da Lei de 1945, a Câmara estava legalmente impedida, a não ser em casos de tragédia, de entregar uma habitação a quem quer que fosse. E este problema era fundamental porque a Câmara não podia permanecer nesta situação visto que quem não tinha casa sofria. -----

----- A segunda razão, era que os critérios que existiam até hoje eram absolutamente subjectivos, para não dizer outro nome. Naturalmente os serviços analisavam, aferiam da necessidade ou não necessidade de casa, mas não havia um diploma da Câmara que regesse com clareza a atribuição de casas. Portanto, o trabalho que agora foi feito, desse ponto de vista era fundamental. -----

----- No entanto, existiam neste projecto algumas matérias sobre as quais havia opiniões diferentes. Por exemplo, no entender do BE havia um caso em relação ao qual tinham sérias dúvidas. -----

----- Como sabiam, o BE não estava de acordo com o regime das leis da habitação social, quer da renda técnica, quer da renda apoiada. Aliás, nesta campanha eleitoral ouvira dizer coisas interessantíssimas, como que havia pessoas que não tinham renda atribuída. Não conhecia isso em Lisboa, portanto era pura demagogia dos que andavam constantemente a apregoar contra o rendimento mínimo e essas coisas todas, porque pessoalmente conhecia casos concretos e seguramente todos os Deputados Municipais conheciam. Só dava um exemplo: uma das dirigentes do Bairro da Boavista, uma pessoa extremamente popular nesse bairro, que várias pessoas ali conheciam, pagava de renda de casa para cima dos 300 euros. Portanto, não podiam estar de acordo com isso. -----

----- Disse, depois, que a Lei geral das rendas não era imposta às Câmaras, porque elas podiam também criar um regime de rendas próprio. Mas para que ficasse claro que o BE não estava de acordo com esse problema das leis, iriam viabilizar a proposta mas dando o sinal que iriam propor, no próximo mandato, uma alteração ao Regulamento que agora iam votar, porquanto achavam que não fazia sentido que estivessem a criar bairros municipais para apoio aos munícipes de Lisboa, que tinham o direito constitucional à habitação, que era uma responsabilidade do Estado, e depois colocavam-lhes rendas que às vezes eram maiores que as prestações que se pagavam aos bancos pela compra de casa. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que nas condições de acesso fazia-se referência à residência em Lisboa, e muito bem, mas não se fazia referência ao recenseamento em Lisboa, pelo que perguntava à Sra. Vereadora se foi contemplado ou não, se foi uma opção deliberada, ou se se presumia que com o cartão de cidadão, por força de algumas decorrências práticas que tinha, que isso ficaria resolvido por essa via. Mas nem nas condições de acesso, nem nas causas de improcedência do pedido, o recenseamento, por um lado, favorável para aceder à residência em Lisboa, e para o pedido não proceder, que era não estar recenseado em Lisboa. -----

----- Quanto à mobilidade intermunicipal, a seu ver uma questão muito pertinente e positiva, disse que também deixavam, até para futuro, uma interrogação sobre se deveria ser a Câmara Municipal a deliberar a celebração desses acordos, ou deveria ser uma proposta da Câmara a trazer à Assembleia quando essa questão se viesse a colocar. -----

----- Seguidamente, disse que na matriz de classificação também gostava de perceber o seguinte em relação a duas variáveis: em relação à variável “motivo do pedido de habitação”, e em relação á variável “tipo de família”. Nas outras percebiam-se bem as razões que levavam a classificar, ou a pontuar, as últimas subalíneas das variáveis, portanto as últimas alíneas das categorias dentro das variáveis com zeros. Mas já tinha dificuldade em entender o saco muito grande que significava os “outros motivos para pedido de habitação” que fossem pontuados de zero. Na variável “motivos do pedido de habitação” havia quatro categorias, e a última categoria era “outros motivos”, portanto um saco muito genérico que era pontuado com zero. -----

----- Admitia que entre seis, que era a última pontuação da 3ª categoria, e zero, houvesse um espectro grande para eventualmente haver motivos, que não os três anteriores, que justificassem alguma pontuação e não um zero apenas. Mas essa questão do zero ainda lhe era mais difícil de entender, dando já de barato a dificuldade de definir a matriz, como era óbvio, que era nos “tipos de família” em que havia cinco categorias, que era a “família monoparental com menores” ou “família com três ou mais dependentes” que tinha uma pontuação de oito; “família sem núcleo com uma pessoa com idade igual ou superior a 65 anos”, que tem seis pontos; “família tipo casal com idade igual ou superior a 65 anos”, que tinha quatro pontos; “família sem núcleo com outras pessoas com idade igual ou superior a 65 anos”, que tinha também quatro pontos; e depois “outros tipos de família” que tinha zero pontos. Nomeadamente, por exemplo, uma família monoparental que não tivesse menores mas que pudesse ter dois adultos com 19 ou 20 anos, ou famílias que tivessem menos de dois dependentes, não tinha a certeza que também todas as situações desse tipo de famílias devessem ser classificadas com zero -----

----- E porquê? Porque se dizia na nota justificativa que os outros tipos de família não eram pontuados por se considerarem situações de menor vulnerabilidade, com maior capacidade de resolução do seu problema habitacional. Mas como isso era uma matriz podia acontecer que uma família monoparental com menores que tinha nos escalões de rendimento *per capita*, em função do IAS, de 80% a 100% tivesse melhores condições para encontrar uma situação habitacional, do que um outro tipo de família mas que tivesse 0% a 20% do IAS. -----

----- Por isso, o que queria perceber melhor era porque razão foram identificadas essas categorias e não outras, e, sobretudo, por que era que foi dada uma pontuação zero em situações excessivamente abrangentes. Por exemplo, uma família sem núcleo só com uma pessoa que tivesse 64 anos, estaria assim em tão melhor situação para arranjar habitação do que uma pessoa que era elemento único da família com 65 anos, e levava zero. -----

----- Terminou dizendo que não estava a colocar em causa nem em crise a matriz, porque era extremamente complicado definir critérios, mas realmente queria perceber melhor esse saco grande do “outro tipo de famílias” e “outros tipos de motivos”. -----

----- **A Senhora Vereadora Ana Sara Brito**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, disse, dirigindo-se ao Deputado Municipal Saldanha Serra, que quando viam no Regulamento uma família monoparental com menores ou com dependentes, os dependentes aí não tinha a ver com situação de qualquer dependência física por qualquer questão de saúde. Os dependentes poderiam também ser maiores que não tivessem qualquer rendimento de trabalho. -----

----- Quanto aos 65 anos, disse que era a Lei que assim o determinava para essas classificações. Naturalmente que uma pessoa com 65 anos podia ser uma pessoa saudável e uma outra pessoa com 64 anos poderia ter uma doença que a tornasse dependente, mas aí a pontuação já seria diferente. -----

----- Sobre a questão dos menores, das famílias com núcleo e famílias sem núcleo, disse que esse tipo de situações foram buscá-las dentro das regras já estipuladas, e

dentro das divisões que a própria Segurança Social e a Câmara já possuíam. Eram aquelas famílias que, dentro dos vários cenários que colocaram, podiam ter maiores problemas. -----

----- Disse que esta matriz era aquela que tinha a ver também com a área do social, e tinham que ter algum termo de comparação. Ele estava monitorizado e se houvesse problemas que tivessem que ser analisados, eles seriam apresentados à Câmara e trazidos à Assembleia. -----

----- Ontem colocaram-lhe a questão de saber se empatassem como era. Mas não havia possibilidade de nenhuma família empatar, dado os pormenores a que chegaram para definir a matriz de classificação. Fizeram mais de 50 cenários e não era possível haver empates. Mas, se houvesse, não seria por sorteio, seria a Câmara que teria de tomar a decisão sobre qual seria a família que tinha mais problemas. -----

----- Quanto aos “outros”, disse que às vezes a família parecia não entrar nessa classificação, mas, por exemplo, uma mulher, ou um homem, vítima de violência doméstica, mais as mulheres que os homens como era sabido, era uma excepção que teriam que considerar numa atribuição transitória e que se levaria à Câmara numa reunião fechada, para que não houvesse discricionariedade do Vereador ou Vereadora. -----

----- **A Senhora Presidente**, visto que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e, de seguida, submeteu à votação a proposta 671/2009, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PS, PCP, PEV e 14 Deputados Municipais do PSD incluindo a Sra. Presidente, e a abstenção do PSD, BE e CDS-PP. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 2 de Março de 2006, inserida a páginas 40 da respectiva acta (acta n.º 6). -----

----- Seguidamente, a **Senhora Presidente** deu por encerrada a reunião, informando que a Sessão prosseguiria, em terceira reunião, no próximo dia 22 do corrente mês Setembro, pelas 15 horas. -----

----- Eram 20 horas e 15 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com o Segundo Secretário, _____.

----- A PRESIDENTE -----